

As comemorações do 60.º aniversário da Revolução de Outubro em Portugal contaram com numerosas iniciativas de grande significado e de que damos notícia na pág. 5. Na gravura, a sessão no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Comemorações de 60.º aniversário da Revolução de 17

PELA PAZ E PELO SOCIALISMO!

Editorial

OS REVESES DA DIREITA AS SUAS MANOBRAS E OS REAIS INTERESSES DO POVO E DO PAÍS

A crise interna do PPD resultante da manobra de Sá Carneiro, que levou ao facto insólito da demissão de toda a Comissão Política Nacional daquele partido e à convocação do congresso extraordinário, apesar dos seus aspectos teatrais, está longe de ser um episódio de opereta ou uma questão puramente interna do PPD/PSD.

São acontecimentos que não se pode deixar de inserir na aguda crise económica, financeira, social e política em que se debate o país e que evidenciam de maneira notória, um certo desarranjo e fraccionamento nas fileiras da direita, reveladores das contradições actuais da sociedade portuguesa.

A fonte principal dessas contradições e conflitos é a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo do PS, apoiada e incentivada pelos círculos mais reacçãoários do capital financeiro e os seus partidos mais representativos — o CDS e o PPD — e o facto dessa política se chocar cada vez mais com os interesses profundos do povo trabalhador e do país e com as realidades da Revolução de Abril no seu desenvolvimento.

Não é ainda suficientemente conhecida a trama de interesses e de cabalas que está por detrás da manobra demissionista de Sá Carneiro que provocou o desencadeamento da crise interna do PPD/PSD. Mas o que se pode desde já afirmar — e a nota da Comissão Política do CC do PCP é esclarecedora — é que os conflitos internos daquele partido coram uma série de desaires sofridos pela direita reacçãoária nos últimos tempos, entre os quais avulta com particular relevo o fracasso da manifestação fascista de sexta-feira passada no Porto.

As indefinições e as hesitações políticas da direcção do PS quanto ao problema essencial de uma plataforma democrática para sair da crise estão além disso a agravar o mal-estar nas suas próprias fileiras, as suas dificuldades internas e a originar factores de instabilidade e de desestabilização que adensam os perigos da situação actual.

As massas populares, os trabalhadores da cidade e do campo, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, todos os portugueses patriotas civis e militares, têm o dever de se manter vigilantes perante a evolução dos acontecimentos e os perigos da hora actual.

Os desaires das forças reacçãoárias, o seu relativo desespero e frustração que nem as insolências e ataques de Sá Carneiro ao próprio Presidente da República conseguem disfarçar, mostram que no nosso país amadurecem, a par da consciência dos perigos e ameaças contra o Estado democrático e da vontade de lhes opor uma sólida barreira, as condições favoráveis à defesa da democracia. Todo o peso da acção popular e democrática deve ser posto na necessidade do diálogo e da negociação entre as forças políticas e sociais mais amplas, sem discriminações para que um grande esforço colectivo, um grande empenhamento nacional e patriótico, abra o caminho à solução da crise.

Neste caminho, as forças sinistras da reacção colherão novas derrotas, o livre desenvolvimento das nossas instituições democráticas será assegurado, a independência e o futuro do nosso país serão defendidos, a unidade do nosso povo será garantida.



Páginas centrais

Uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes e Pires Jorge esteve na URSS onde participou nas celebrações do 60.º aniversário de Outubro. Na gravura, a delegação portuguesa quando depunha um ramo de flores no monumento aos 600 000 soviéticos tombados durante a resistência de Leninegrado à agressão nazi.

COMÍCIOS

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa numa sessão de esclarecimento que amanhã se realiza, às 21 horas na Sociedade Musical de Santa Iria de Azóia.

Entretanto, no sábado, o camarada

Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, participa no comício que pelas 18 e 30, no Pavilhão da Académica (Reboleira), assinalará o encerramento da I Assembleia da Organização da Amadora do PCP.



Pág. 3

EMPRESAS NACIONALIZADAS Em preparação o Encontro!

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Cada hora que se perde para negociar uma plataforma significa que a degradação económica e financeira se aproxima do desastre nacional

1. A Comissão Política do CC do PCP, reunida no dia 8 de Novembro, examinou os últimos acontecimentos da vida política nacional.

2. Num momento em que as forças políticas deviam concentrar os seus esforços na busca das soluções para fazer sair Portugal das tremendas dificuldades económicas e financeiras, o Governo PS continua a ofensiva contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária e as outras conquistas da revolução e mostra-se incapaz de dar solução aos problemas nacionais; e as forças reacçãoárias, sentindo-se incapazes e impotentes para, no quadro das instituições, imporem ao País os seus projectos da rápida restauração do poder do capitalismo monopolista, intensificam a conspiração e as intrigas e lançam-se em novas manobras e operações que visam a desestabilização política, social e militar.

3. O aprofundamento da crise interna do PS agora expressa em nova cisão, a manifestação fascista no Porto que se saldou por um notável desaire e as divisões na direita, designadamente a crise do PPD, traduzem por um lado o fracasso da política do Governo PS e traduzem por outro lado o fracasso das tentativas das forças reacçãoárias, após a "contra-revolução legislativa", para imporem a sua política e forçarem a formação de um novo governo ainda mais à direita.

4. A Comissão Política do CC sublinha que as perturbações da vida política nacional pelas forças e elementos reacçãoários têm, entre outros objectivos, comprometer a possibilidade de negociação e entendimento acerca de uma plataforma para se sair da gravíssima crise económica e financeira em que Portugal se encontra.

Cada hora que se perde para negociar uma plataforma para a saída da crise, cada hora que se atrasa para sustentar a ofensiva contra as conquistas da revolução e iniciar o grande esforço nacional e patriótico que o PCP há muito propõe, significa que a degradação económica e financeira se aproxima do desastre nacional.

Enquanto o défice da Balança Comercial atinge em Setembro 80 milhões de contos e o FMI faz exigências que, a serem aceites, representariam a capitulação e a ruína de Portugal, o Governo não dá andamento às negociações e as forças reacçãoárias procuram a desestabilização.

5. Considerando a gravidade da situação, a Comissão Política do CC do PCP, sem prejuízo de um exame num quadro político e social mais vasto, insiste uma vez mais nas suas propostas de examinar no imediato com o Governo e com o PS o momento político actual e soluções de emergência para os problemas económicos e financeiros antes que a situação atinja um ponto de rotura.

6. A Comissão Política do CC do PCP apela para todos os democratas, para todos os antifascistas a fim de que, neste momento grave da vida nacional, procurem o diálogo, a aproximação, o entendimento e a acção comum para a saída da crise, para a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução para que a Constituição seja integralmente respeitada e cumprida.

A reacção não passará e o Povo português levará por diante a construção de Portugal livre, democrático e independente.

Lisboa, 8 de Novembro de 1977

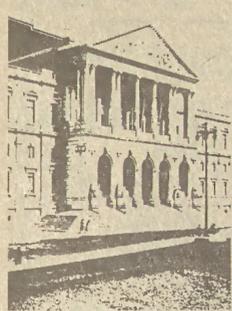
A COMISSÃO POLÍTICA
DO CC DO PCP



No Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a presença da Promoção Conquistas de Abril

A META DOS 10 000 QUASE ALCANÇADA!

Ainda a dois meses do fim da Campanha, a meta nacional dos 10 000 está quase alcançada! Isto significa que devemos redobrar os nossos esforços, ultrapassar todas as metas largamente e tornar a Campanha numa grandiosa vitória política!



Os Comunistas na Assembleia da República

«A AR não pode ser um instrumento de pressão sobre as Forças Armadas»

As manobras desencadeadas na Assembleia da República na passada sexta-feira pelo PPD/PSD, com o apoio declarado do CDS, e destinadas a instrumentalizar as Forças Armadas, consumaram-se na sessão de anteontem, saldando-se com uma derrota dos desígnios dos partidos da direita.

O caso é conhecido e teve repercussões em todo o país: a pretensão da saída do brigadeiro Pires Veloso do comando da Região Militar do Norte, o PPD/PSD, pela voz do seu líder Barbosa de Melo apresentou à Assembleia da República um voto de saudação àquela figura militar, manobra a que rapidamente se associou o CDS.

Nessa sessão, o Grupo Parlamentar do PS requereu o adiamento da votação para a sessão da passada terça-feira. O PCP adiantou, no entanto, e através dos deputados Carlos Brito, Veiga de Oliveira e Jorge Leite, alguns pedidos de esclarecimento à bancada de Sá Carneiro.

Nesses pedidos de esclarecimento, os deputados do PCP formulavam legítimas dúvidas sobre as razões de tal iniciativa do PPD. Como diria na altura Carlos Brito, os pedidos de esclarecimento traduzem a nossa surpresa ante a natureza do voto proposto. Os deputados comunistas interrogaram debarbe Barbosa de Melo sobre as razões específicas de tal voto, sobre os seus motivos, a sua oportunidade — enfim, sobre as razões desta homenagem singular.

Conforme já referimos, o voto do PPD/PSD foi rejeitado pelos votos conjuntos dos deputados do PS, PCP, UDP e Independentes. O CDS, claro, associou-se à manobra dos seus parceiros da direita.

Em declaração de voto, Carlos Brito sublinharia: **Votando contra, como agora fizemos, queremos mostrar que consideramos este voto uma tentativa inadmissível de intromissão nas coisas internas das Forças Armadas, uma tentativa de instrumentalização das Forças Armadas.**

Anteriormente, Carlos Brito, reportando-se aos pedidos de esclarecimento formulados pela bancada do PCP, acentuou que já nessa altura os deputados comunistas tinham tido ensejo de deixar claras as nossas objecções à iniciativa do PSD.

E sublinhou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP: **A Assembleia da República não pode ser um instrumento de pressão sobre as Forças Armadas.**

Nota insólita

Uma nota verdadeira insólita percorreu na passada terça-feira as bancadas da Assembleia da República: um deputado do CDS — o único partido que votou contra a Constituição da República — produzindo uma intervenção sobre o problema dos cimentos, citou nada mais nada menos do que oito vezes a Constituição.

O CDS de pedra e cal com a Constituição? Ou o CDS pretendendo des-cimentar as nacionalizações da Constituição?

Obras Escolhidas de Lênine em português

AUMENTO DA INFLUÊNCIA DAS IDEIAS DE LÊNINE EM PORTUGAL E EM TODO O MUNDO

A propósito do lançamento do I Tomo das Obras Escolhidas de Lênine em Português, acontecimento importante na divulgação dos clássicos do marxismo-leninismo entre nós, ouvimos Francisco Melo, Director das «Edições Avante!», e José Oliveira, responsáveis por esta edição.

— A edição das **Obras Escolhidas de Lênine** é naturalmente um passo importante na vossa actividade editorial. De que forma o enquadram na vossa actividade de edição de clássicos do marxismo?

— A edição das **Obras Escolhidas** é um acto político que, se por um lado, corresponde a um dos objectivos, a uma das linhas de acção da Editorial «Avante!».

— A divulgação do marxismo-leninismo —, acompanha por outro a realidade do aumento da influência das ideias de Lênine em Portugal e em todo o mundo.

No que se refere ao primeiro aspecto, a nossa Editorial considera como um objectivo essencial do seu trabalho essa divulgação. Alguma coisa já fizemos nesse aspecto, não tanto quanto as condições o exigiriam, mas que as nossas possibilidades têm permitido. Consideramos que a publicação de uma edição de obras de Lênine numa edição acessível, de fácil consulta e fiel ao texto original, se impunha no quadro da luta ideológica que hoje se trava entre nós contra a ideologia burguesa de todos os matizes. Podemos mesmo dizer que por parte do público — dos trabalhadores, dos democratas — se manifestava o desejo de poder dispor de um instrumento de estudo e trabalho como são estas **Obras Escolhidas**.

O que a nosso ver, corresponde à crescente influência do marxismo entre nós, acompanhando o que se passa em todo o mundo: basta dizer que Lênine é hoje o autor que conta com maior número de edições em todo o mundo!

— O trabalho de tradução de clássicos do marxismo-leninismo não é simples: há exigências grandes de rigor atendendo a que se lida com textos de grande riqueza científica. Qual a vossa opinião sobre o trabalho realizado para esta edição?

— Como tem sido anunciado, a iniciativa desta edição pertence à Editorial «Avante!» e às Edições Progresso de Moscovo.

A edição portuguesa corresponde à selecção feita para a edição russa de 1970 da Politizdat, preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao Comité Central do PCUS, naturalmente a maior autoridade na matéria.

O rigor crítico com que se procedeu à tradução mantém-se após a sua conclusão: temos a ideia de que uma versão portuguesa definitiva, digamos, absolutamente definitiva, exigirá ainda mais estudos, até mesmo todo um conjunto de trabalhos de análise da língua russa na perspectiva da tradução para o português (que o fascismo impediu até nos seus aspectos meramente linguísticos, gramaticais, etc.).

Para realizarmos a revisão da tradução portuguesa, feita directamente do texto russo, utilizámos as traduções já existentes em espanhol, francês e inglês das Edições Progresso de Moscovo e a tradução alemã de Dietz Verlag, de Berlim. Contámos ainda com a colaboração preciosa — e que é justo sublinhar — do camarada Stárostine, chefe da redacção portuguesa das Edições Progresso, que reviu todo o texto do primeiro tomo e nos prestou uma ajuda inestimável como os profundos

Acresecé — adiantou Carlos Brito — que o voto do PPD aparece de par com movimentações reaccionárias orientadas na direcção da mesma personalidade militar. A manifestação fascista do Porto é bem a demonstração do que acabamos de dizer.

Acresecé ainda que a personalidade em causa não se demarcou da manifestação a ponto de podermos afirmar que lhe foi completamente alheia — sublinhou ainda o deputado comunista.

E a terminar salientou Carlos Brito: **Afirmámos, em pedidos de esclarecimento ao senhor deputado Barbosa de Melo, que este voto não contribuiu para a estabilidade, para o prestígio das Forças Armadas. A Assembleia da República tudo deve fazer para a estabilização e o prestígio das Forças Armadas e o voto do PSD conduzia ao contrário.**

Somos passageiros destes velhos cacilheiros em marcos comprados

«Chegaram, há dias, cinco "reliquias" ao Tejo. Os trabalhadores que atravessam diariamente o rio contam, a partir de agora, com cinco cacilheiros velhos em troca de oito velhos cacilheiros. Lisboa tem as barcas que não merecem...»

Nascidas entre 1928 e 1957 foram compradas em marcos bem contados. Mais de dois milhões, que é como quem diz bem mais de 30 mil contos, a que há que juntar os milhares necessários para as porem em condições de navegabilidade e serviço.

Foi com estas palavras que o deputado comunista Sousa Marques iniciou a sua intervenção no período de antes da ordem do dia da passada terça-feira sobre o "refúgio" que os nossos "amigos" da RFA nos impingiram para atravessar o Tejo.

Se hoje aqui se traz esta questão — acentuou Sousa Marques — é pela consciência de que se trata de um pequeno-grande problema.

E prosseguiu o deputado do PCP: Pequeno, face à situação económico-social que se atravessa no nosso País; pequeno, face a toda a problemática dos transportes de que as ligações entre as duas margens do Tejo são uma pequena parte; pequeno ainda, face à situação estrutural e conjuntural da indústria naval portuguesa.

Mas que, por outro lado, se transforma num grande problema para os milhares de trabalhadores que diariamente sabem das corridas ao som do apito, das esperas à chuva e ao vento, dos atrasos ou angústias provocados pelo nevoeiro ou pela maré alta, das lotações esgotadas e superesgotadas das pequenas "casas de noz".

Anteriormente, o deputado Sousa Marques tinha referido os

conhecimentos que tem das obras de Lênine.

Em relação a muitas obras de Lênine publicadas em Português sem os mais elementares cuidados é evidente que as **Obras Escolhidas** são muito mais rigorosas, mas mesmo para além desses termos de comparação pouco significativos, julgamos que esta edição constitui um elemento de trabalho e de estudo cientificamente honesto e eficaz.

— Que textos inclui este primeiro volume?

— Neste primeiro tomo incluem-se as principais obras escritas por Lênine no período compreendido entre 1897 e 1916, nomeadamente "Que fazer?", "Um passo em frente, dois passos atrás", "Duas tácticas da social democracia na revolução democrática", "Sobre o direito das nações à autodeterminação" e "O Imperialismo, fase superior do capitalismo" e outros textos mais curtos e menos conhecidos que auxiliam a compreensão dos diversos aspectos da doutrina leninista.

— Qual a tiragem deste lançamento? E os preços?

— O empreendimento editorial acompanha, naturalmente, na sua dimensão, a importância ideológica da publicação: o conjunto da obra terá três tomos, cada um com cerca de 800 páginas e uma tiragem de 25 000 exemplares. Se acrescentarmos que a tiragem média em Portugal oscila entre os 3000 e os 5000 exemplares, ter-se-á uma ideia da importância excepcional desta edição no panorama editorial português.

— Quais os projectos da Editorial «Avante!» quanto à publicação de outros clássicos do marxismo-leninismo?

— Por um lado, vamos continuar com a publicação de obras em separado tal como temos vindo a fazer. A publicação do 2.º e 3.º volume das **Obras Escolhidas** de Lênine está já em fase avançada e estamos também a trabalhar na publicação das **Obras Escolhidas** de Marx e Engels. A tradução está a cargo de um colectivo de camaradas profundamente conhecedores da língua alemã e da obra de Marx e Engels. O trabalho, se bem que require ainda um espaço de tempo considerável, está já bastante adiantado e esperamos poder publicar o primeiro tomo no decorrer do próximo ano.

alertas lançados em Janeiro e Fevereiro deste ano pelas Comissões de Trabalhadores da Transtejo e da Argibay, e ainda pela Comissão Coordenadora da Indústria Naval, alertas dirigidos ao Governo e que acentuavam a grande saída de divisas do País caso se viessem a comprar barcos no estrangeiro, possibilitando ainda assim o aumento do subemprego e do desemprego no sector.

Por outro lado ainda, e conforme salientou Sousa Marques, a Argibay recordava em Março deste ano ao Governo que, tendo sido realizado em Novembro do ano passado o concurso e sendo de dez meses o prazo de entrega do primeiro barco, hoje já o teríamos em funcionamento, se construído em estaleiros nacionais.

Foi por todas estas razões que o deputado do PCP fez a sua intervenção e requereu ao Governo o esclarecimento de algumas questões, nomeadamente: Porque não se repararam a tempo e horas e eficientemente as unidades ainda em serviço? Porque não se encomendaram barcos aos estaleiros nacionais que satisfizessem as necessidades? Porque se compram barcos em segunda mão já "cansados" de navegar em calmas águas doces, a necessitar de reparações (como, por exemplo, a de tapar quatro dos cinco cascos até meia-nau com coberturas metálicas), com cerca de 2000 lugares (dos quais apenas 1000 sentados e destes perto de 300 a descoberto)?

Ratificações e ausências

A Assembleia da República iniciou, na passada terça-feira, a discussão da ratificação 19/1, do decreto-lei que criou o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), ratificação solicitada pelo PPD/PSD.

A discussão do pedido de ratificação mobilizou todo o período da ordem do dia dessa sessão e prosseguiu hoje, quinta-feira, estando inscrito para falar o deputado comunista Vítor Louro.

No entanto, parece que o partido que requereu a ratificação não parece muito interessado, nesta altura no debate da questão, uma vez que meia-hora antes da sessão acabou apenas 27 dos seus 71 deputados estavam presentes no hemiciclo. Ou será que, nessa altura, outros valores mais altos se levantavam?

Quando ao CDS dignava-se ter no plenário 7 dos seus 41 parlamentares.

Entretanto, na sessão de sexta-feira passada, para além de ter sido ratificado por unanimidade o decreto-lei sobre a orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico, foram igualmente aprovados por unanimidade dois pedidos de urgência para a discussão de projectos de lei: um apresentado pelo PCP que prevê a revogação do Artigo 109.º da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (ver artigo na página 9); outro, solicitado pelo PPD, que se prende com a prorrogação do pagamento de impostos. No que respeito a este último trata-se, por assim dizer, de uma medida complementar da celebríssima e infuça Lei das Indemnizações.

O PCP votou a favor da concessão da urgência a esta iniciativa do PPD porque, conforme acentuou na altura Carlos Brito, quanto mais depressa esse projecto for chumbado, melhor!

O Presidente da Assembleia da República informou o plenário, na passada terça-feira, da comunicação que lhe tinha sido dirigida por três deputados. Nesse documento, os deputados Lopes Cardoso, Vital Rodrigues e Brás Pinto, ao mesmo tempo que comunicavam a sua desvinculação do Partido Socialista, informavam a Assembleia da sua decisão de prosseguir no exercício do mandato para o qual foram eleitos, na qualidade de deputados independentes.

A Assembleia da República passa, pois, a ter seis deputados independentes: cinco saídos do PS (registre-se que anteriormente já tinham abandonado a bancada socialista os deputados Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues) e um saído do CDS — Galvão de Melo.

O pluriemprego na Comunicação Social

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, por maioria e com a oposição dos deputados do PS, um voto de protesto apresentado pelo CDS pela suspensão imediata do decreto governamental que acabou com o pluriemprego nos órgãos de Comunicação Social.

Explicando as razões do voto comunista, o deputado do PCP Jorge Lemos referiu: **O problema do pluriemprego não pode ser isolado, não pode ser desligado do quadro global das medidas que o Governo pretende aplicar na Comunicação Social, nomeadamente no sector estatizado.**

Em nosso entender — prosseguiu o deputado do PCP — e no campo dos princípios seria moralizadora uma medida sobre o pluriemprego. Mas, e depois de uma análise objectiva, reconhece-se que não são significativos os casos de acumulação de emprego na Comunicação Social estatizada, sendo que, em numerosos casos as situações de pluriemprego no sector derivam, de facto, de situações de subemprego.

Sallentando que, além do mais, o despacho em causa admite casos excepcionais, permitindo assim práticas de discriminação e de corrupção, com a agravante de não se prever para o efeito dos casos excepcionais a consulta das estruturas representativas dos trabalhadores, Jorge Lemos acentuou:

O nosso voto decorre, ainda, de considerarmos que é demagógica a medida ora tomada, que não resolve os graves problemas com que se debate a Comunicação Social, nem esconde o caos para que o Governo atirou as empresas jornalísticas, não as reestruturando, abandonando-as à política dos azares, criando condições que dão pretexto a medidas como a cessação de publicações, desinvestimento em importantes órgãos, ameaça de despedimentos colectivos do chamado "pessoal excedentário", além do propósito já manifestado pelo Secretário de Estado da Comunicação Social de entregar ao capital privado uma empresa jornalística estatizada.

Definindo como sendo significativa a atitude de dar acolhimento à discussão deste problema nos órgãos controlados pelo partido governamental — **órgãos que normalmente se conservam alheios das lutas e problemas que preocupam o sector** — Jorge Lemos referiu:

Em nosso entender, tal é uma maneira de distrair as atenções das efectivas ameaças que pairam sobre os trabalhadores da Comunicação Social estatizada e criar uma corrente de opinião favorável a esta medida e, logo, favorável a todo o pacote de medidas previstas para este sector.

Finalmente, referiu ainda o deputado comunista: **O nosso voto favorável baseia-se ainda no facto das citadas medidas de irradicação do pluriemprego na Comunicação Social estatizada atentarem de maneira flagrante contra a liberdade individual dos jornalistas ou outros trabalhadores da Comunicação Social, nomeadamente tentando restringir o direito à informação e à criação previstos na Constituição da República.**

Vorster tem bons parceiros nos partidos da direita

A Assembleia da República aprovou um voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a situação na África do Sul. A esmagadora maioria dos deputados presentes deu o seu voto favorável à condenação veemente das violências exercidas pelo regime racista de Pretória e à expressão de solidariedade para com a luta dos povos daquela região. Apenas um deputado, Galvão de Melo — o tal que acalenta a esperança pirâmida de poder incendiar Portugal — se atreveu a abster-se de votar esta iniciativa, o que é perfeitamente natural.

Mas atrás não lhe ficaram os seus cúmplices da direita. Se bem que tenham dado o seu voto favorável, os deputados da direita depressa se denunciaram e demonstraram eloquentemente o seu apoio às falidas teses colonialistas e neocolonialistas, o seu profundo ódio ao movimento de libertação dos povos, o seu alinhamento com os círculos mais ferozes do imperialismo internacional.

Rui Pena e Amaro da Costa, expoentes do CDS, "teorizaram" com a situação, condenaram a tese da maioria negra, produziram violentos ataques contra os países progressistas de África, preconizaram soluções neocolonialistas para a África Austral, desferiram ódio contra as ex-colónias portuguesas.

O líder recém-chegado do Oriente confundiu até

a Assembleia da República com uma sessão de esclarecimento dos "ameaças" e vá de se tornar em divulgador das estatadas teses chinesas. "Les beaux esprits se rencontrent..."

A direita, cada vez mais condenada perante a evolução da História, confundiu a condenação do racismo, do apartheid e da violência com anticomunismo. E de tal modo que o deputado comunista Veiga de Oliveira não pôde deixar de dizer: **Em matéria de anticomunismo os que na África do Sul espelham os direitos humanos são bons parceiros dos anticomunistas desta Câmara.**

Alda Nogueira, em declaração de voto do PCP, sublinhou a determinada altura: **Com a nova vaga de violência e de terror desencadeada contra a maioria negra e todos os cidadãos e organizações que lutam contra o apartheid, o governo da África do Sul espelha as mais elementares liberdades fundamentais dos cidadãos negros e brancos anti-racistas e anticolonialistas.**

Pondo em relevo a onda de protestos que, por todo o Mundo e de todos os quadrantes, se levanta contra a repressão do regime de Pretória, a deputada comunista salientou: **É nossa convicção de que, a somar aos protestos internacionais levantados, o protesto desta Assembleia da República reforçará a pressão internacional junto do governo da África do Sul, única forma de o fazer recuar nos seus propósitos e actividades repressivas contra os cidadãos negros, bem como contra os cidadãos e organizações anti-racistas.**

Também a bancada socialista votou favoravelmente a iniciativa dos deputados comunistas. Gualter Basílio, em nome do PS, referiu que, **fiéis ao espírito anticolonialista do glorioso 25 de Abril, que proporcionou o fim da guerra colonial e a independência das novas nações de expressão portuguesa, não poderíamos calar a nossa repulsa pelo crescendo da onda repressiva do governo racista da África do Sul.**

Para deixar Lisboa às escuras: «ó cavalheiro, vai um tirinho?»

Os discípulos de Ramiro Bastos, o coronel de Ilhéus, chegaram à Assembleia da República. Tomando a novela por realidade, aparecem nas bancadas de S. Bento, sem pala no olho, a defender, não os cortes de peixe, mas os cortes de electricidade a Lisboa.

E tal como os "coronéis" da novela, combinam essas jogadas, não no "Bataclá", mas numa estalagem, entre dois "whiskies" e em tom de brincadeira!

Discutia-se o voto de protesto apresentado em sessão anterior pelo deputado socialista Raul Rego contra afirmações de teor terrorista proferidas pelos presidentes das Câmaras de Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé, um ligado aos "coronéis" de Sá Carneiro, outro aos "jagunços" de Freitas do Amaral.

Um deputado do PPD resolveu "absolver" o seu colega de Macedo de Cavaleiros. E disse que não senhor, que era uma conversa informal entre o seu corregedor e o jornalista, que isso do tiro tinha sido dito à laia de brincadeira. O deputado do mesmo partido Sérvulo Correia resolveu deitar mais um bocadinho de pós de ficção para tornar a novela mais irreal e disse que essa conversa tinha tido lugar em torno de alguns copos de "whisky".

Apenas conseguiram uma coisa: que toda a gente ficasse a saber que a impunidade de quem atenta contra a liberdade e a democracia chega ao ponto de nem sequer precisarem de se remeter ao secretismo. A impunidade é de tal ordem que uma mera estalagem pública é suficiente para ameaçar Lisboa com tiros e escuridão, para sabotar a democracia com verdades ditas à laia de brincadeira... Os "coronéis" e seus "jagunços" não saberiam fazer melhor.

A defesa frágil que o PPD encetou ficou-se por aqui. Quanto ao CDS, esse remeteu-se ao silêncio, abandonando o seu presidente. Nenhuma das questões fundamentais colocadas por deputados antifascistas mereceram resposta por parte do PPD e do CDS, nomeadamente a acusação formulada por um deputado do PS eleito por Trás-os-Montes. Segundo este deputado, os chefes locais do PPD e do CDS foram os que comandaram a agressão perpetrada contra um jornalista de «o diário» aquando da visita do Presidente da República àquela região. E mais: foram os mesmos senhores que controlaram as entradas para uma reunião efectuada há tempos pelo chefe do MIRN, Arriaga. A isto a direita disse nada, porque para a direita tudo isso não passa de brincadeira, em torno de dois ou três "whiskies"...

A condenação do bombismo e do terrorismo acabou por ser aprovada com os votos dos deputados do PS e do PCP e a oposição do CDS e do PPD.

O Governo tem de respeitar os direitos e interesses da Função Pública

Os graves problemas dos trabalhadores da Função Pública foram uma vez mais, levados à Assembleia da República, desta vez através da intervenção do deputado do PCP Dias Ferreira.

No início da sua intervenção, Dias Ferreira começou por recordar palavras proferidas pelo Primeiro-Ministro no decorrer da discussão das leis do Plano e do Orçamento, e segundo as quais os trabalhadores da Função Pública seriam, a par dos trabalhadores agrícolas, daqueles que mais duramente sentiram os desfavores e a exploração do regime fascista.

Esperaram alguns — disse a propósito o deputado Dias Ferreira — que o Governo dedicasse aos problemas dos trabalhadores da Função Pública todo o seu interesse, de forma a pôr-se cobro às distorções e injustiças de que são vítimas.

Mas a prática do Governo em breve contrariou essas esperanças. Foi o que sucedeu logo em 31 de Dezembro com a publicação do Decreto-Lei 923/76, que atribuiu indistintamente a toda a Função Pública o aumento de 15 por cento. Foi isso que sentiram os 60 000 trabalhadores que assinaram uma petição dirigida a esta Assembleia, e em que protestavam contra o aumento decretado; foi isso que afirmaram os milhares e milhares de trabalhadores que apoiaram as direcções dos seus sindicatos no momento da entrega dessa petição — acentuou, no entanto, o deputado do PCP.

Referindo a dura repressão que durante o fascismo se abateu sobre os trabalhadores da Função Pública, no sentido de os impedir de se organizarem, Dias Ferreira acrescentou:

Só que, contrariando textos legais imperativos, pondo de parte o Programa que apresentou a esta Assembleia, esquecendo repetidas promessas, o Governo produz:

A determinada altura da sua intervenção, o deputado do PCP referiu que, pelo que de então para cá se passou, mais uma vez o Governo não está interessado em cumprir os textos legais que conferem direitos aos trabalhadores da Função Pública, não está interessado em passar das promessas aos actos.

E a terminar a sua intervenção, salientou Dias Ferreira: **Como deputado a esta Assembleia, e também como trabalhador de Função Pública ergo aqui a minha voz, alertando a minha voz para a necessidade, para a urgência de serem respeitados os direitos e interesses dos trabalhadores da Administração Central, Local e Regional.**



Na Conferência Nacional de 4 e 5 de Junho, de que recordamos um aspecto, o PCP analisava a crise económica e propunha soluções, através de um grande esforço nacional baseado nos recursos e energias internas. Hoje, na mesma linha de acção, o PCP prepara, para início do próximo ano, um Encontro Nacional sobre a dinamização do sector nacionalizado, contra a nova estratégia económica da reacção que pretende regressar ao «modelo económico» de antes do 25 de Abril

COMO NOS CAMPOS DO SUL FAÇAMOS AS «SEMENTEIRAS» NO SECTOR NACIONALIZADO

- Preparemos o Encontro Nacional sobre a dinamização do sector nacionalizado
- O trabalho já começou

As nacionalizações correm perigo. A recuperação capitalista, cuja dinâmica é facilitada pelo Governo dos dirigentes do PS, dirige as suas ambições para o sector nacionalizado. Grandes empresas, banca e seguros estão na mira dos restauradores dos monopólios. Tabacos, pesca, construção e reparação naval, transportes, siderurgia e outros ramos do sector nacionalizado apresentam problemas que o Governo não resolve. "O CDS, o PPD, a CIP e a CAP - refere a última resolução do CC do PCP - exigem pura e simplesmente uma nova estratégia económica, a liquidação das conquistas da Revolução consagradas na Constituição e o regresso ao 'modelo económico' de antes do 25 de Abril, ou seja, ao poder dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários que, governando através da ditadura fascista, exploraram e tiranizaram o Povo português durante quase um século. As ameaças e a arrogância da reacção revelam mais claramente a sua verdadeira face e a sua disposição de recorrer a formas inconstitucionais e ilegais de pressão e acção".

A ameaça às nacionalizações é clara e a curto prazo. Para enfrentar a ofensiva neste campo, o Comité Central do PCP convocou para início do próximo ano um Encontro Nacional sobre a dinamização do sector nacionalizado.

É urgente a preparação desse Encontro. O trabalho já começou, mas é preciso activá-lo diariamente tendo em conta que o sector nacionalizado desempenhará um papel determinante na saída da crise, na autentica recuperação económica, no desenvolvimento do nosso país e na defesa do regime democrático.

Segundo a Constituição, as nacionalizações são irreversíveis. Não poderão voltar ao sector privado. As empresas públicas, incluindo a banca e os seguros, devem poder assumir integralmente, com os trabalhadores e não contra eles, o papel que lhes cabe na recuperação económica - causa de todo o povo.

O INTERESSE COMUM

Na base das transformações democráticas alcançadas após o 25 de Abril, todas as classes e camadas interessadas em impedir a restauração do capitalismo monopolista e a destruição do regime democrático estão em condições de dar uma contribuição, que é indispensável, para superar as dificuldades económicas e financeiras actuais. Não só a classe operária - reafirma o CC do nosso Partido - não só os trabalhadores das indústrias, dos transportes, da agricultura, dos serviços, não só os pequenos e médios agricultores, mas os quadros técnicos, os intelectuais, os homens e mulheres das profissões liberais, os pequenos e médios comerciantes e industriais

estão objectivamente interessados numa política de recuperação económica de carácter antimonopolista, sem alteração das novas estruturas socioeconómicas criadas com a Revolução.

É assim que o nosso Partido desenvolve o empenhamento nacional na saída da crise e, mais particularmente, na defesa do sector nacionalizado contra quaisquer tentativas de o destruir ou de reprivatizar empresas do sector público.

Para evitar isso, para afastar de vez essa ameaça, o PCP vai examinar no Encontro programado as soluções e os métodos adequados. Designadamente, serão definidas as formas de intervenção dos trabalhadores na melhor eficiência económica do sector nacionalizado, incluindo a prática do controlo de gestão, parte integrante do regime democrático português.

UM ESFORÇO NACIONAL

A defesa das nacionalizações e das restantes conquistas de Abril exige um esforço nacional. Trata-se de aumentar a produção, de viabilizar empresas, de lutar contra o desperdício, de melhorar as condições de trabalho, e a contratação colectiva, de activar o controlo de gestão, de lutar contra a sabotagem económica, que ainda existe, de evitar a hemorragia de técnicos que abandonam o sector nacionalizado, de melhorar o sistema de crédito. Trata-se, enfim, de parar a recuperação capitalista.

Para isso é imprescindível a unidade dos trabalhadores, a unidade do povo, a unidade

contactos com todos os sectores e tendências antifascistas, promovendo sempre que possível formas permanentes de organização, cooperação e acção comum.

O TRABALHO JÁ COMEÇOU!

O trabalho para o Encontro Nacional já começou. No seguimento da Conferência Nacional do PCP de 4 a 5 de Junho findo, a saída da crise através de um grande esforço nacional reclama urgência.

A nova estratégia económica do CDS, PPD, CIP e CAP tem de ser liquidada para que não liquide as conquistas da Revolução. Afirmar, como fazem os partidos reaccionários, que o capital privado e a iniciativa privada são determinantes é fingir esquecer que a banca, os seguros e os sectores fundamentais da economia portuguesa determinam em qualquer processo de desenvolvimento, estão nacionalizados e que, segundo a Constituição, as nacionalizações são irreversíveis, não podem reverter a favor do grande capital monopolista.

Para que a Constituição não seja um ramo seco de Abril, para que as conquistas fundamentais se mantenham, é preciso parar as campanhas e manobras que o grande capital e os seus agentes políticos actualmente desenvolvem contra as empresas nacionalizadas.

É urgente manter as fronteiras entre as formações económicas consagradas pela Lei Fundamental do nosso país. É necessário barrar o caminho à entrega das empresas nacionalizadas aos grandes capitalistas.

Nesse sentido vai o Encontro Nacional promovido pelo PCP para o sector nacionalizado. A ele devem dar o seu contributo todos os que se identificam com as conquistas consagradas na Constituição para a solução dos problemas nacionais.

Os professores em luta

«NÃO AO DESEMPREGO - ENSINO PARA TODOS»

Há um mês, o MEIC anunciou e «garantiu» a todo o País o início das aulas. Hoje, largas centenas de estudantes continuam sem professores; largas centenas de professores continuam sem colocação.

As organizações representativas dos estudantes e docentes denunciam a situação, apontam os responsáveis, propõem medidas para a solução dos graves problemas existentes.

O MEIC, insistindo em processos e métodos descobridores de qualquer utilidade, «responde» com uma linguagem autoritária. O sr. Cardia e os seus mais directos colaboradores continuam a repudiar o diálogo. E a (alarmante) situação continua! Foi neste quadro que o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa promoveu, no passado dia 4, uma grandiosa manifestação apoiada pela CGTP-Intersindical, na qual se incorporaram milhares de professores que partiram, ao fim da tarde, do Marquês de Pombal para S.Bento.

Num comunicado «dos professores à população», distribuído no decorrer da manifestação, salienta-se que a ninguém é indiferente o que se passa no Ensino. Há 20 estudantes em cada 100 portugueses.

E mais adiante, aquele documento refere: Os professores estão em luta pelo direito ao trabalho, pela estabilidade de

emprego, pelo direito à contratação colectiva, pelo funcionamento regular das escolas, contra a degradação do Ensino.

O comunicado do Sindicato denuncia ainda que num país com mais de um milhão e meio de analfabetos, com reduzido número de salas de aula, despedem-se professores, não se constroem edifícios em quantidade, limitam-se as possibilidades de estudo.

No decorrer de um breve plenário realizado na escadaria frontal do palácio de S.Bento, seria aprovada uma moção, com as reivindicações dos professores, que foi entregue na Presidência da Assembleia da República por uma delegação sindical constituída por João Barroso (presidente), César de Oliveira e Rui Canário, que também usaram da palavra durante o plenário.

Num comunicado dirigido a pais, alunos e docentes, a célula dos professores comunistas do concelho de Leiria declara que as últimas medidas tomadas pelo ministro Cardia, que se integram numa vasta ofensiva contra os direitos e conquistas alcançados no sector do ensino, têm vindo a merecer em todo o país o justo repúdio por parte dos docentes de todos os ramos de ensino, alunos e encarregados de educação.

Apelo da DORN do PCP

INTENSIFICAR A PROPAGANDA COMBATER A ILEGALIDADE

A cidade do Porto continua a ser cenário de graves atentados às liberdades democráticas e à Constituição, não obstante já ter decorrido quase um mês sobre a decisão do Tribunal Municipal que considerou inconstitucionais as acções policiais baseadas na portaria fascista, ressuscitada por alguns vereadores da edilidade portuense. Dezenas de democratas têm sido presos e identificados, grandes quantidades de propaganda têm sido apreendidas e arrancadas tiras de pano com inscrições por "zelosas" brigadas camarárias.

A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP divulgou, na passada segunda-feira, um comunicado que denuncia a insistência dos vereadores responsáveis pela decisão e apela à intensificação da propaganda. Perante a decisão judicial aqueles "edís" só tinham um caminho a seguir: reconsiderar a decisão tomada. Mas insistem em cegas posições partidárias, no desprestígio de uma Câmara Municipal democraticamente eleita.

"Este desafio descarado a uma decisão de um Tribunal", acentua a DORN, "tende a colocar a maioria da Câmara do Porto e, por arrastamento, toda a Câmara numa situação de criminosa ilegalidade prevista no art. 21.º da Constituição".

Salientando que "tudo fará

para evitar situações de choque e de rotura irreversíveis, mas também tudo fará para a reposição imediata da ilegalidade constitucional", a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP alerta "para o carácter nacional desta ofensiva contra as liberdades" relacionando "esta acção fascizante da maioria dos vereadores da CMP com o incremento paralelo das actividades impunes dos grupelhos fascistas:

manifestação fascista contra a "ameaça russa" que terminou numa manifestação-zinha de apoio ao irmão do Presidente da Câmara (PS) e de assobios ao Presidente da República, pseudo-desestabilização militar, etc."

"A terminar, o comunicado "saúda os largos sectores da PSP e dos próprios serviços camarários que se manifestam descontentes pelo seu envolvimento em acções de repressão claramente política", exortando os

comunistas, todos os democratas, todos os trabalhadores "a intensificarem a sua acção de protesto e de denúncia, a levantarem um amplo movimento de desmascaramento dos responsáveis, a darem um insistente combate à ilegalidade, a intensificarem a sua acção de propaganda, fazendo uso dos direitos que a Constituição da República lhes confere e nenhuma Câmara lhes pode negar".

PROVOCAÇÃO FASCISTA FRACASSA NO PORTO

Fracassaram os intentos de um grupo de fascistas que, aproveitando ensejos que a Constituição claramente lhes nega, tentaram manifestar-se em força no Porto, mobilizando com meios avultados de propaganda os seus apunhados do Norte. Ao todo, participaram na arruçada entre quatro a cinco mil pessoas que não esconderam, nem daram o seu ódio à democracia, às instituições democráticas e à lei fundamental da República.

Num comunicado divulgado, na véspera, pelo Comité Local do Porto do Partido, que reclamava das autoridades a proibição da marcha silenciosa, denunciava-se que se tratava de uma grave provocação, em que a coberto de uma demagogia «deleza dos direitos do homem», do anticomunismo e do anti-sovietismo que tresanda

a linguagem da antiga PIDE, na realidade se apela à luta contra a democracia, contra as instituições democráticas e a própria Constituição da República".

Como «testas de ferro» desta inclinação fascista surgiram vários plúmitos entre os quais se incluíam os mais arqui-reaccionários. Lá estava a directora de um pasquim pídico, dois escribas de um matutino estalizado portuense, «O Comércio do Porto», que, desde o Verão de 75, deram ampla cobertura e difusão às actividades dos bandos de fascistas que promoveram assaltos às sedes dos partidos progressistas, agrediram democratas, planejaram, apoiaram e executaram as largas dezenas de atentados bombistas. Igualmente figurava entre os

subscritores da convocatória a um elemento eleito pelo PS para a Assembleia Municipal do Porto, que não só se tem salientado pelo culto reaccionário que tem imprimido à sua actuação naquele órgão, como também pelo apoio e cobertura dado aos sabotadores irmãos Carvalho, antes e durante o seu regresso à empresa de Leça da Palmeira.

Aliás, esta «adesão» suscitou como seria de esperar problemas na organização do Porto do PS que considerou um escândalo ver um elemento eleito pelo partido para a AM incluído num grupo de fascistas. Em Viana do Castelo, os participantes no primeiro Congresso da Federação Distrital do PS aprovaram uma moção de repúdio à «marcha» dado o seu carácter «puramente fascista».

Revelando os seus intentos fascistas, viam-se entre aqueles saudosos do 24 de Abril, concentrados a partir das 16 e 30 horas, na praça General Humberto Delgado, grupos de choque armados de «cassetetes» de borracha, com luvas pretas à boa moda nazi, indivíduos com capacetes e dois cães «pastor alemão». Várias vezes estes arruceiros carregaram sobre populares que exprimiam o seu repúdio pela provocação.

Os invés de que anunciaram os promotores não houve «marcha silenciosa». Ao contrário, gritaram consignas provocatórias que não só traduziam o carácter do desfile, como espelhavam a amargura e desespero de quem, andando de luto desde a madrugada libertadora, desceu à rua com tarjas, gravata e camisas negras, numa clara ofensa aos sentimentos «democráticos» dos trabalhadores e do povo da cidade.

Concluído o trajecto da Praça do General Humberto Delgado à Praça da República, uma comissão composta por Vera Lagoa e por outros figuras dirigi-

-se para o interior do Quartel General da Região Militar do Norte, onde entregaram uma «Moção» ao brigadeiro Pires Veloso que surgiu à janela acompanhado pela Vera Lagoa. Pouco depois, o comandante da Região Militar do Norte decidiu falar através da instalação sonora. Mal referiu que a moção lhe havia sido entregue para enviar ao Presidente da República, os fascistas iniciaram um coro de assobios vaiando o general Farnalho Eanes. Mais adiante, o brigadeiro Pires Veloso acentuou:

«Foi com o maior agrado que decidi descer cá abaixo pois estou perante o verdadeiro povo português».

O bando de fascistas concentrado em frente do aquartelamento gritava várias consignas, designadamente: «Abaixo o Governo», «Pires Veloso ao poder», e «Pires Veloso não sai». Quando estavam prestes a dispersar um estampano assinalava mais um acto de provocação. Um carro estacionado numa artéria contigua sofreu alguns danos provocados pelo - sopra de um petardo.

Aconteceu no MEIC

SECRETÁRIO DE ESTADO AMEAÇA PROFESSORES

A arrogância, a incompetência e o autoritarismo estéril, continuam a caracterizar a acção do MEIC a todos os níveis.

A orientação do sr. Cardia e dos seus principais adjuntos continua a basear-se na recusa sistemática ao diálogo produtivo e esclarecedor.

Trata-se, na verdade, de uma política desastrosa, antidemocrática e antipedagógica, de consequências alarmantes, uma política que não tem em conta as propostas e sugestões das organizações representativas dos professores e estudantes, e dos organismos de gestão.

Um exemplo: os secretários de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica, respectivamente, srs. Almerindo Marques e Romero de Magalhães receberam, na passada semana, uma delegação dos Conselhos Directivos (CD's) da Grande Lisboa, que se propunha entregar-lhes uma proposta aprovada no dia 29 do passado mês de Outubro, no decorrer de uma reunião em que os 50 CD's presentes analisaram as consequências do processo de colocações imposto pelo MEIC para este ano lectivo, consequências essas que afectaram todos os alunos, professores e órgãos de gestão. Depois de esperar quatro horas (!) pelos srs. secretários de Estado, a delegação - que era constituída por professores dos Liceus Camões e D. Leonor e das Escolas Afonso Domingues, Preparatória de Sesimbra e Industrial do Seixal - só ouviu declarações autoritárias, desabafo confuso e ameaças (com procedimentos disciplinares!) da boca do sr. Almerindo Marques.

As ameaças proferidas, em termos bastante grosseiros, por aquele membro do Governo voltariam a ser tema numa extensa nota divulgada no passado dia 3 pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Esta recusa do MEIC ao diálogo e a forma como os CD's foram recebidos pelos secretários de Estado, mostra claramente que o MEIC começa a ter consciência de não ter sido capaz de cumprir as promessas feitas ao País sobre o início do ano lectivo em condições normais e o reconhecimento de não conseguir resolver correctamente os inúmeros problemas que este sistema de colocações determinou - sublinha o comunicado do Sindicato.

OS CD's REUNEM-SE HOJE NO LICEU CAMÕES

Entretanto, no passado dia 4, os Conselhos Directivos reuniram-se de «emergência» na Escola Preparatória Manuel da Maia para analisar e tomar posição sobre o «encontro» entre a sua delegação e os srs. Almerindo Marques e Romero de Magalhães.

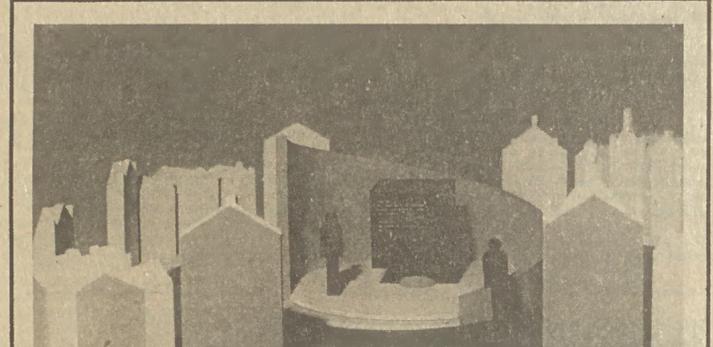
Os elementos presentes aprovaram um documento onde se repudia a atitude prepotente do secretário de Estado da Administração Escolar, e reafirmaram o seu apoio à proposta sobre o processo de colocações aprovada anteriormente, na reunião efectuada no Liceu Camões.

Saliente-se que a referida proposta apontava o meio de ultrapassar os problemas gerados pelo processo de colocações imposto pelo MEIC.

O plenário realizado na Manuel da Maia convocou para hoje, no Liceu Camões, uma reunião cuja ordem de trabalhos compreende a discussão e aprovação de um documento sobre o processo das colocações, que será divulgada à opinião pública. A atitude a assumir pelos CD's face ao desenvolvimento daquele processo, será também definida na reunião de hoje.

A RESPOSTA DO SINDICATO

No mesmo dia, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa divulgava um



MONUMENTO AOS MORTOS DO TARRAFAL

No Campo de Concentração do Tarrafal morreram algumas dezenas de antifascistas e é em homenagem a esses combatentes da liberdade lá assassinados que surgiu a ideia de construir o monumento cuja maquete está aqui presente, para nele serem colocadas e ficarem para sempre as ossadas dessas vítimas do fascismo - foi dito na conferência de imprensa levada a efeito pela Comissão Promotora da Trasladação dos Antifascistas Mortos no Tarrafal. E adianta:

Invocando o sacrifício desses filhos do nosso povo, este monumento é ao mesmo tempo uma homenagem a todos os que, durante o fascismo, se bateram pela liberdade e contra a tirania. Olhando este monumento as gerações futuras poderão saber que o fascismo existiu e que existiu também o Campo de Concentração do Tarrafal.

São 65 antifascistas os membros da Comissão Promotora. Todos nomes de combatentes da liberdade que passaram mais de 570 anos no Campo da Morte Lenta,

num total de mais de 686 anos de prisão! Ninguém com mais autoridade para promover hoje a recordação impericível daqueles que morreram pela liberdade e contra o fascismo. São todos os sobreviventes do Tarrafal.

A intenção, já anunciada, de trasladar os restos mortais dos 32 prisioneiros que ficaram sepultados no Campo de Concentração e de erigir um monumento à sua memória encontrou apoio de muitas individualidades antifascistas, para além do apoio certo de todos os antifascistas portugueses.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º - Lisboa 1. Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - Lisboa 1. Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa 1. Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1. Tel.: 769705
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa 2. Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel.: 26394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel.: 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - Évora. Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Alentejo: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa 1. Tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A - Lisboa 1. Tel.: 41787

Composto e impresso na Heaska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 79.500



UEC PROMOVE CAMPANHA DE RECRUTAMENTO

A situação estudantil, tanto no Ensino Superior como no Ensino Secundário, mereceu, por parte da Comissão Central da UEC, a aprovação, na passada semana, de um documento de análise intitulado «A Política do MEIC é contra os estudantes e os interesses do País».

Com o objectivo de fazer o balanço do trabalho de organização desde Setembro até agora, e de apontar as principais tarefas do momento, reuniu-se no passado sábado, no Centro de Trabalho do PCP de S. Bernardo, a Comissão Central da União dos

Estudantes Comunistas (UEC), que sublinhou o importante êxito do Encontro Nacional «A Juventude pelo Direito ao Trabalho», realizado em 29 e 30 de Outubro.

Segundo refere um comunicado da UEC, os camaradas da Comissão Central destacaram, em relação ao Encontro Nacional, o levantamento feito da situação de desemprego e da falta de saídas profissionais entre a juventude trabalhadora, estudantil e recém-licenciada; o levantamento de necessidades e carências económicas e sociais da juventude, nalguns sectores de actividade; o desmascaramento e denúncia da ligação existente entre a situação de desemprego que afecta 300 000 jovens e a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo minoritário do PS, e em particular da sua política de ensino, responsável pela expulsão das escolas, só no último ano lectivo, de 15 000 estudantes; e o conjunto de propostas apresentadas no Encontro para dar resposta e saída a estes graves problemas da juventude estudantil.

igualmente aludida.

Foi também decidido desenvolver esforços no sentido de se realizarem assembleias de cooperantes para discutirem os problemas e dificuldades existentes e assim se dinamizar a vida democrática das cooperativas.

Estas algumas das conclusões aprovadas e que resultaram de uma viva participação dos quadros presentes, que apresentaram críticas e sugestões de grande importância para o reforço da organização.

Faziam parte da mesa que dirigiu o encontro os camaradas Vítor Santos, Joaquim Velez, Regina Martins, Álvaro Ferreira, Avelar, Romão, Nascimento, Pinho, António Pedro e Medeiros, da Comissão Concelhia de Sintra e os camaradas do Comité Central Abílio e Marília Vilaverde Cabral, a qual fez uma intervenção sobre a actual situação política e, no final, respondeu a diversas perguntas apresentadas pelos camaradas presentes.

Ensino Superior como no Ensino Secundário mereceu, por parte da CC da UEC, a aprovação de um documento de análise, intitulado «A política do MEIC é contra os estudantes e os interesses do País».

O início do ano lectivo de 1977/78 tem sido marcado pelo reforço da política de brutal restrição do acesso à Universidade, seguida pelo MEIC. Concretizando medidas anteriormente anunciadas e que haviam suscitado o protesto e a indignação dos estudantes, o MEIC provocou o «chumbo colectivo» de 58 por cento dos cerca de 15 000 estudantes que foram submetidos aos aberrantes e antipedagógicos exames de aptidão; instaurou o «numerus clausus» em todas as escolas superiores portuguesas, fixando em 10 566 o número de estudantes que este ano poderão frequentar os seus primeiros anos; e institucionalizou um enigmático ano propedéutico, que se anuncia brutalmente e monstruosamente antipedagógico — refere o documento da UEC que, prosseguindo a análise da grave situação gerada no Ensino pela política do MEIC, sublinha mais adiante:

A nível do ensino secundário, o MEIC, tendo em vista retirar ao exame de aptidão e ao «numerus clausus» o odioso de um «chumbo colectivo», através da reprovação antecipada de um grande número de estudantes, fez sair um conjunto de circulares e despachos, de entre os quais se destaca aquele que acaba com a nota de dispensa de exame de 14 por cento dos estudantes que ingressam no 1.º ano dos cursos complementares. Sem qualquer justificação, o MEIC acaba definitivamente com a possibilidade de os estudantes que justificaram pelo seu trabalho ao longo do ano, a passagem, de ficarem libertos da arbitrariedade do exame final.

Segundo a UEC, o início do ano lectivo é ainda marcado por mais dois aspectos: pelo reforço da política de asfixia e estrangulamento económico do sistema escolar, que tem vindo a ser seguida pelo MEIC; e pelo anúncio da criação do chamado Ensino Superior Curto. Em relação ao primeiro aspecto, o documento da UEC salienta: Ao optar por restrições orçamentais crescentes no sector da educação (de 25,2 milhões de contos em 1977 para 24,5 milhões de contos em 1978), o Governo e o MEIC, vergando-se às exigências do imperialismo, optam por uma política que declaradamente contraria as necessidades de expansão e crescimento do sistema escolar em todos os seus aspectos. E neste contexto — lê-se mais adiante — que se inserem medidas como o aumento de preços das cantinas universitárias, as ameaças de restrição do número de bolsas de aumento superior a 100 por cento do preço das residências universitárias, bem como a restrição de subsídio às actividades culturais e desportivas no ensino secundário.

Sobre o segundo aspecto, a UEC sublinha: As anunciadas velocidades de reestruturação do Ensino Superior, ao cabo de um

ano de quase total inactividade das Comissões Científicas Inter-universitárias nomeadas, limitaram-se, pois, até agora, à promessa vaga de criação de um Ensino Superior Curto para cuja concepção e planeamento têm desempenhado importante papel as missões e conselheiros do Banco Mundial. Reconhecendo-se incapaz de dar corpo a esta iniciativa a curto prazo, o MEIC deixa em suspenso questões centrais a respeito de tal projecto. Se «Ensino Superior Curto» significa introduzir uma via dupla a nível do Ensino Superior, com a consequente discriminação classista e profissional, a posição dos estudantes comunistas será a firme recusa de tal projecto.

O documento da UEC denuncia em seguida a política do MEIC como antinacional porque, seguindo à risca os «conselhos» do FMI e do Banco Mundial, contraria as necessidades do País em quadros técnicos com formação superior: antipopular (porque visando o reforço da natureza elitista da Universidade portuguesa, fechando-a à força transformadora da classe operária, dos seus filhos, da esmagadora maioria do Povo português, pretende transformá-la num feudo de elites privilegiadas); e antiestudantil porque empurra para o desemprego milhares de jovens sem qualquer formação profissional, transformando-os em pesos mortos para a sociedade, frustrando a sua generosidade e os seus anseios de realização pessoal e profissional, e porque, provocando uma degradação sem precedentes no sistema de ensino, compromete a formação escolar e profissional da juventude.

No referido documento afirma-se ainda que as eleições para os órgãos de gestão, tanto no Secundário como no Superior, serão certamente um factor de reforço do amplo movimento de massas contra a política de ensino actual, por uma nova política ao serviço dos estudantes e do País.

«PROMOÇÃO 1.º CONGRESSO»

Depois de saudar os estudantes que nas lutas dos candidatos a das cantinas têm continuado, neste início do ano lectivo, a opor uma resistência combativa às medidas antiestudantis e antinacionais do MEIC o comunicado refere: A CC da UEC confia em que esta importante acção de resistência do movimento estudantil prosseguirá e se continuará a afirmar. E sauda igualmente os professores na sua justa luta contra as medidas do sr. Cardia relativas a colocações, medidas essas que estão a criar alarmantes situações de desemprego, desorganizam a vida escolar e provocam uma maior deterioração do ensino.

No âmbito da actividade preparatória do 1.º Congresso, que foi marcado em definitivo para os dias 21 e 22 de Janeiro (6.º aniversário da fundação da UEC), foi decidido lançar uma campanha de recrutamento — «Promoção 1.º Congresso» — sob o lema «Uma Escola para a vida no Portugal de Abril», com o objectivo de aumentar até lá o número de efectivos da UEC em 1500 novos camaradas.

Foram também tomadas medidas de carácter diverso para dinamizar e acelerar os trabalhos preparatórios do Congresso.

SAUDAÇÃO AO PC DA GRÃ-BRETANHA

AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA GRÃ-BRETANHA

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas e certo de interpretar os sentimentos da classe operária de Portugal, saúda fraternalmente o 35.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Grã-Bretanha e os seus delegados. Por seu intermédio, saúda a classe operária, todas as forças democráticas e amantes da paz que lutam por uma nova política que defenda as aspirações e os interesses do povo trabalhador da Grã-Bretanha, que derrote os inimigos do desanuiamento internacional, dando assim um contributo positivo para o reforço da cooperação e segurança europeias e da paz mundial.

Fazemos votos para que os trabalhos do Congresso e a ulterior aplicação das suas decisões sejam coroadas de sucesso.

O capitalismo mundial atravessa uma grave crise. A Grã-Bretanha constitui um significativo exemplo dessa crise. A actual política do governo trabalhista visa fazer pagar aos trabalhadores o preço dessa mesma crise.

Os comunistas portugueses estão solidários com a luta dos comunistas britânicos pela defesa dos interesses vitais do povo trabalhador, a cooperação, o desanuviamento e a paz.

Em Portugal, o movimento popular trava uma tenaz luta para defender as conquistas revolucionárias de Abril, ante a ofensiva do imperialismo e da reacção interna para as liquidar e na qual infelizmente, e até agora, a direcção do PS tem participado.

O PCP, vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa, continua empregando todas as suas energias para defender e reforçar a unidade da classe operária, e de todas as forças democráticas com vista a defender as conquistas de Abril.

O movimento popular reforça-se. Crescem os sentimentos da unidade do movimento sindical. Alarga-se a sua influência e prestígio. Há condições para conter a ofensiva reaccionária. O PCP defende que só uma plataforma política poderá abrir caminho para sair da crise, para salvar o país do colapso financeiro e económico. Essa plataforma implica a participação efectiva interessada dos trabalhadores e do seu Partido de classe, o Partido Comunista Português.

Queridos Camaradas,

Eleva-se na Grã-Bretanha a luta de massas contra as consequências da política do governo.

Decresce a influência das ideias do «Contrato Social». Abrem-se perspectivas favoráveis à acção conjunta das forças de esquerda.

Podéis estar certos da solidariedade dos comunistas portugueses para que obtenhais a unidade do movimento operário e na luta contra os monopólios, a fim de que não sejam os trabalhadores os únicos a pagar o preço da crise.

Uma vez mais expressamos o nosso firme desejo de alargar e reforçar os laços de amizade e cooperação fraternas entre os nossos dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário assim como os laços de amizade e solidariedade entre o povo português e o povo britânico.

Viva o 35.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Grã-Bretanha!

Viva o Partido Comunista da Grã-Bretanha!

Viva a unidade do movimento comunista internacional!

22/10/77

O Comité Central do Partido Comunista Português

ENCONTRO DE QUADROS NO CONCELHO DE SINTRA

Com o objectivo de superar algumas dificuldades em levar à prática as decisões da 1.ª Assembleia Concelhia de Sintra do PCP, efectuada em Maio último, realizou-se no passado dia 1 de Novembro, no Cacém, um encontro concelhio de quadros do Partido e que contou com a presença de 97 camaradas representando a quase totalidade dos organismos do concelho.

Quatro pontos foram discutidos durante os trabalhos que se prolongaram desde as 10 horas até às 20: questões de organização, fundos, trabalho unitário e trabalho camponês.

As conclusões aprovadas foram já reunidas em documento a difundir por todos os organismos do concelho e irão certamente constituir um excelente instrumento de trabalho visando melhorar a organização e a aplicação prática da orientação política do Partido.

Nas conclusões aprovadas foi salientada a exigência das instalações do Partido

existentes no concelho e a necessidade de melhorar as instalações já existentes.

Por seu turno, foi considerada positiva a existência de cursos no concelho, iniciativa que corresponde a uma necessidade há muito sentida.

Relativamente à campanha «Promoção das Conquistas de Abril» era geral a ideia da pequena dimensão da meta atribuída ao concelho, pois se foram levadas à prática as iniciativas de massas previstas é possível ultrapassá-la.

No sector da propaganda várias dificuldades foram analisadas, tendo sido realçada a importância que este organismo pode e deve ter, não só nas iniciativas do Partido, como nas iniciativas locais.

Relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos foi decidido que as Comissões de Freguesia devem envidar esforços para dinamizar o trabalho camponês. A ajuda, tanto com jornadas de trabalho como financeiramente, às cooperativas do concelho foi

Carlos Brito em Leiria

O PPD E O CDS LANÇADOS NUMA GRANDE OFENSIVA

Importa denunciar a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS; mas importa não perder de vista o inimigo principal, toda a direita reaccionária, que já não se contenta com esta ou aquela medida, mas quer restaurar toda a «ordem social» do 24 de Abril, quer recuperar os seus privilégios, quer o fascismo ou uma situação fascizante — recordou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, no decorrer de um comício-festa realizado em Leiria, no passado dia 5, e integrado na Campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

No mesmo comício falou um dos novos militantes do PCP, o camarada Filipe Fanha, trabalhador da Rodoviária Nacional, cuja inscrição no Partido se efectuou já no decorrer da Campanha. Foi aliás na qualidade de novo militante que usou da palavra, salientando no final do discurso:

As minhas palavras são para todos os trabalhadores e trabalhadores sem partido, mas que têm consciência da exploração a que estão sujeitos. São também para os jovens — estudantes ou não — à procura de primeiro emprego ou em risco de irem engrossar o exército dos desempregados. Dirijo-me também aos pequenos proprietários e aos rendeiros que lutam há dezenas de anos por uma vida melhor e mais digna.

Para todos os nossos problemas — prosseguiu Filipe Fanha — existe uma solução: unidade, organização e luta.

Sozinhos — lembrou — cada um de nós nada poderá fazer contra o avanço das forças do passado.

Só unidos encontraremos forças para vencer a reacção e o fascismo e avançarmos com segurança para a construção da sociedade socialista que desejamos.

Salientando a necessidade de

um Partido Comunista maior e mais forte, pois só assim terá possibilidades de melhor defender os interesses do proletariado, o novo militante terminou com um apelo.

Se estáis dispostos a intervir activamente na solução dos vossos próprios problemas, se queiris lutar organizadamente, se desejais um futuro mais livre e melhor sem exploradores nem explorados, o PCP é o vosso partido.

Fernando Vendelirinho, membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, e ex-deputado à Assembleia da República foi outro dos oradores do comício.

A SITUAÇÃO NÃO TINHA REMÉDIO

Na sua intervenção, o camarada Carlos Brito, que encerrou o comício, pôs em evidência a gravidade da situação económica e financeira do país, referindo nomeadamente que se o bloco de leis, aprovado na Assembleia da República, a que os deputados comunistas chamam contra-revolução legislativa, fosse levado até às últimas consequências, se por exemplo fossem dados mais de 100 milhões de contos aos ex-monopolistas e agrários, a situação agravar-se-ia de tal modo que poderíamos afirmar que não tinha remédio, nos tempos mais próximos.

Referindo-se, depois, às responsabilidades pela actual situação, o camarada Carlos Brito afirmou:

Os partidos da direita, o PPD e o CDS, que agora se procuram demarcar desta política, quer da VI Governo Provisório, quer particularmente da do Governo actual, sempre a apoiaram. Antes disso reclamaram-na e apontaram-na e finalmente aplaudiram-na. Quando o Governo decretou o 1.º pacote de medidas económicas

e financeiras — e é bom lembrar que o 2.º pacote é a consequência necessária e lógica do 1.º pacote — o PPD afirmava que em seu torno se tinha realizado um consenso «democrático», criticando o PCP por não ter aderido a tal consenso; enquanto isso, o CDS saudava o 1.º pacote como o «25 de Novembro» da economia, o que na linguagem do CDS significa que lhe tecia os maiores elogios.

Nós, comunistas, afirmamos: o PPD e o CDS são responsáveis pelo desastre económico e financeiro da política do Governo de Mário Soares, realizada com o seu apoio e com o seu aplauso.

LANÇADOS NUMA GRANDE OFENSIVA

Salientando mais adiante que a recuperação económica, tarefa central, exige e implica a manutenção e subida dos salários reais e o consequente alargamento do mercado interno, acompanhado de uma política de substituição dos produtos importados por produtos nacionais, o camarada Carlos Brito prosseguiu:

A recuperação económica implica o aumento da produção nacional e exige uma política de austeridade, que atinja as grandes fortunas e os consumos dos produtos suptuários, superfluos ou dispensáveis.

Referindo-se à situação política actual, o camarada Carlos Brito disse que o PPD e o CDS estão lançados numa grande ofensiva, que se é em primeiro lugar contra o PCP, e também contra o Governo e o PS, não deixa de pôr em causa o próprio Presidente da República, visando no seu conjunto a desestabilização da ordem da República e a desestabilização militar e tendo como pano de fundo as conspirações, incitamentos à violência, projectos e planos de sabotagem — como no caso das afirmações públicas dos presidentes das câmaras de Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.

Por último e salientando a necessidade da unidade, organização e acção do movimento popular e de todos os democratas, o camarada Carlos Brito afirmou:

Nenhum partido sozinho, nenhuma força política isolada poderá realizar a obra da defesa da democracia, da recuperação económica, da defesa da independência nacional, na transição para o socialismo. O PCP procura e defende firmemente o diálogo, a cooperação, a unidade com todas as outras forças democráticas e progressistas. Entendemos que é necessário neste momento uma grande, intensa, poderosa acção dos trabalhadores e de todo o movimento popular para travar a ofensiva da direita reaccionária, que aí está patente, não poupando ninguém, nem o Presidente da República, e visando globalmente as liberdades e o regime democrático.

«A POLÍTICA DO MEIC É CONTRA OS ESTUDANTES E OS INTERESSES DO PAÍS»

Sobre o trabalho de organização e a participação dos estudantes comunistas no Movimento Associativo e nos órgãos de gestão, os camaradas da CC sublinharam a necessidade de levar à prática as conclusões dos documentos debatidos e aprovados nas organizações.

A situação estudantil tanto no

INICIATIVAS DOS CAMARADAS DA REGIÃO DO ALGARVE

Decorreram na passada semana, nos Centros de Trabalho do PCP em Silves e Messines, duas reuniões com militantes e simpatizantes do Partido, nas quais esteve presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central. A actual situação política e as tarefas do PCP no momento presente foram os temas centrais das sessões.

Em Albufeira, realizou-se, também na passada semana, uma reunião que teve como objectivo fundamental analisar as principais questões da actualidade política.

O camarada José Vitoriano deslocou-se igualmente ao CT de Portimão, onde participou num almoço-conívio para angariação de fundos.

No passado dia 31 de Outubro realizou-se no Centro de Trabalho do Partido de Faro uma jornada de convívio promovida pelo organismo local das mulheres comunistas. Houve comes-e-bebes e um espectáculo com o Rancho Juvenil daquela cidade.

Por iniciativa da SIP da Direcção da Organização Regional do Algarve, do PCP, realizou-se em Faro, uma reunião a nível distrital sobre o trabalho de propaganda,

em que participou o camarada Vítor Neto, da SIP central.

NO PRÓXIMO DOMINGO: 1.ª ASSEMBLEIA CONCELHIA DE FARO

Entretanto, no próximo domingo, realiza-se a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Faro, do Partido, cujos trabalhos decorrerão na Escola Comercial e Industrial daquela cidade, entre as 9 e as 18 horas. A partir das 18 e 30, haverá uma festa aberta à população.

Os camaradas inscritos no Partido estão desde já convidados a assistir à Assembleia, para tal basta a apresentação do cartão de militante.

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Assinalando uma intensa actividade da vida orgânica do Partido Comunista Português, que corresponde aliás a uma

A CÉLULA DA CEL-CAT EXISTE MUITO ANTES DE ABRIL DE 1974

A implantação da célula do PCP na CEL-CAT remonta a muito antes do 25 de Abril de 1974. A sua influência faz-se sentir de forma preponderante em todas as importantes lutas aqui travadas, nomeadamente nas greves de 1958, 1970 e 1973.

Começando por recordar este passado ainda recente o relatório de actividades — aprovado por unanimidade no decorrer da Assembleia da Célula da CEL-CAT e que no sábado passado reuniu 70 delegados — debruça-se em seguida sobre os problemas específicos da vida da célula após a legalidade reconquistada. Procurando interpretar o que se passou o relatório acrescenta:

A adesão ao nosso Partido de muitos trabalhadores que sendo antifascistas de sempre escolhem como garante dos seus interesses e ideais, a fraca formação política de muitos — natural em quem vinha da longa noite fascista — a escassez de quadros e a necessidade de levar à prática outras tarefas não permitiram que a célula se organizasse convenientemente e parece-nos estar aqui uma das maiores deficiências que dificultou a sua acção futura.

Contudo e na consciência de ultrapassar as dificuldades do relatório, na parte dedicada à organização, acrescenta ao terminar:

Aproveitamos para referir que a campanha de recrutamento que está a ser levada a cabo pelo nosso Partido está a ter bom êxito na

nossa empresa e a prova-lo está o facto de até ao momento o número de adesões já ultrapassar a dezena.

A actividade da secção de propaganda foi igualmente analisada no relatório, salientando-se que na Campanha dos 50 Mil Contos teve um papel preponderante e foi com a sua ajuda que a meta de 40 contos fixada pela nossa célula foi ultrapassada em cerca de 50 por cento.

É o relatório acrescenta: Como acontecimento de destaque na empresa, os militantes souberam trazer ao encontro da célula trabalhadores sem partido, tendo estes contribuído com a oferta de um dia de salário.

Entretanto, outros assuntos foram focados no relatório de actividades da célula, nomeadamente o ponto respeitante aos fundos, onde se salienta a criação das mais diversas iniciativas destinadas a esse fim.

Por seu turno, como salienta o relatório, as quotizações da nossa célula, devido à boa compreensão deste dever por parte dos seus militantes e ao esforço desenvolvido pelos camaradas encarregados desta importante tarefa estão em ligeiro aumento das quotas. No entanto deve incrementar-se para que esse aumento seja mais significativo.

A Assembleia, que foi presidida pelo camarada Adriano Fonseca, decorreu num ambiente de grande participação, verificando-se numerosas intervenções por parte dos delegados presentes. O novo Secretariado da célula foi eleito por unanimidade.

No início, em nome do Organismo de Direcção da Organização da Amadora do PCP, o camarada Afonso Abrantes fez uma saudação à Assembleia.

Após o encerramento, o camarada José Casanova, membro do Comité Central, abordou na sua intervenção a presente situação política, a que se seguiu um animado debate com todos os presentes, entre os quais se contavam, como convidados, cerca de 30 simpatizantes e amigos do Partido, bem como delegações de algumas das principais células de empresa da Amadora.

à venda

MEDALHÍSTICA

Estão à venda os exemplares ainda disponíveis, nas

Populares Livrarias CDL

1977

UMA FESTA PARA TODA A GENTE

PCP

FESTA DO AVANTE!

DELEGAÇÃO DO PCP VISITOU A JUGOSLÁVIA

A convite do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, deslocou-se à República Socialista Federativa da Jugoslávia uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC e Francisco Lanchinho, membro do Comité Central.

Os dois membros da direcção do Partido regressaram no passado dia 5 do corrente. Segundo declarou ao «Avante!» o camarada Ângelo Veloso, a delegação foi recebida com cordialidade e grande destaque pela direcção da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e teve conversações com os camaradas Grilickov e Dusko Popovic, membros do Executivo da Presidência do Comité Central da LJC, com quem dialogou com grande franqueza acerca das respectivas situações nacionais e das questões mais candentes do movimento comunista internacional.

A delegação teve ainda oportunidade de contactar directamente — segundo informou o camarada Ângelo Veloso — com vários aspectos da realidade da República da Sérvia e de conhecer melhor a experiência da construção do socialismo na Jugoslávia.

O camarada Ângelo Veloso concedeu ainda uma entrevista ao «Kommunist», órgão teórico da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

No Coliseu do Porto DEFENDER OS DIREITOS DO HOMEM SAUDAR O POVO SOVIÉTICO

Neste momento estamos a comemorar a instauração do primeiro sistema socialista do Mundo, a etapa mais decisiva, mais eficaz para a defesa dos Direitos Humanos. É instaurando um sistema que acaba com

um fundo rubro - uma efígie de Lénine, os símbolos dos comunistas e palavras vitoriantes a Revolução Soviética. Presidiu Ruy Luís Gomes, que se encontrava ladeado pelo vice-Primeiro-Ministro da República Socialista Soviética da

regimes racistas da Rodésia e África do Sul, negar quaisquer direitos aos cidadãos negros nos seus próprios países, e vir depois falar em Direitos Humanos, é o cúmulo do cinismo, é menosprezar a inteligência

a capacidade produtiva do meio milhão de desempregados; de 300 mil jovens à espera de emprego; e de milhão e meio de emigrantes, que mourejam lá fora a contribuir para a acumulação de riquezas das grandes potências capitalistas.

O que é preciso, acrescentou, é reverter para a economia nacional essa capacidade desperdiçada de criação de riqueza. Do que estamos precisados não é de empréstimos humilhantes, mas de um Plano Nacional de Construção Socialista.

A oportunidade e relevância destas palavras seriam confirmadas ao longo da intervenção do chefe da delegação soviética, que se deslocou ao nosso país para testemunhar o enorme carinho que a Revolução de Outubro encontra entre os portugueses. Noutro local resumimos as realizações e êxitos alcançados na Ucrânia que foram exuberantemente aplaudidos pelos participantes na sessão. O camarada Igor Stepanienko começou por saudar, em nome dos 50 milhões de ucranianos, os milhares de pessoas presentes no Coliseu e, por seu intermédio, a classe operária e todos os trabalhadores de Portugal que travam uma luta difícil pela manutenção e fortalecimento das conquistas democráticas, pelo desenvolvimento livre e independente do seu país.

Por último, usou da palavra o camarada Vidal Pinto, membro do Comité Central do PCP, que reafirmou a posição internacionalista e a activa solidariedade com a União Soviética dos comunistas portugueses, assim como a sua fidelidade sem limites a causa da classe operária, dos trabalhadores de Portugal que, na via percorrida há 60 anos pelo Partido de Lénine, caminharão na estrada da democracia rumo ao socialismo.

Dirigida ao Soviete Supremo da URSS e ao Povo Soviético, os milhares de participantes na sessão solene aprovaram uma saudação salientando - a dado passo - que hoje, os homens de todo o mundo, de tendências diferentes, mas empenhados na construção de uma sociedade livre de exploração, reconhecem facilmente que o antissoviétismo é uma capa, cada vez mais frágil, que procura esconder as forças mais reaccionárias, os mentores da guerra fria, os responsáveis pela opressão dos povos.

É, por isso, que os sucessos na construção do socialismo na URSS e outros países, são sentidos por todos os povos do Mundo.



Milhares de pessoas no Pavilhão dos Desportos JORNADA COMEMORATIVA DO GRANDE OUTUBRO SUBLINHOU A AMIZADE LUSO-SOVIÉTICA

A condição mais necessária para a actividade criativa do nosso povo é a compreensão mútua e a amizade com todos os povos do mundo. É assim que a União Soviética apoia o desenvolvimento livre e independente de Portugal, só possível após a Revolução de 25 de Abril - declarou o camarada Igor Stepanienko, vice-Primeiro-Ministro da República Socialista Soviética da Ucrânia, no decorrer da sessão comemorativa do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, promovida no passado dia 5, no Pavilhão dos Desportos, pela Comissão Nacional das Comemorações, em colaboração com a Associação Portugal-URSS.

Apesar da chuva intensa que caiu na noite de sábado, o Pavilhão foi pequeno para albergar os milhares de pessoas que ali acorreram para testemunhar o seu apoio e solidariedade ao povo soviético, obreiro da primeira Pátria socialista.

A sessão, que decorreu num ambiente de grande vibração e entusiasmo, foi presidida por Álvaro Salema. Na mesa

encontravam-se, entre outras personalidades, o embaixador da URSS, Arnold Kalinin; o vice-Primeiro-Ministro da Ucrânia, Carlos Aboim Inglês, da Associação Portugal-URSS e membro do Comité Central do Partido; o historiador Victor de Sá; o professor Orlando de Carvalho; o poeta José Gomes Ferreira; o compositor Fernando Lopes Graça; e ainda Vasco Magalhães Vilhena, Fernando Piteira Santos, Armando Myre Dóres, Duarte Vidal, Maria Velho da Costa, Blasco Hugo Fernandes e Lopes de Almeida.

Entre a assistência, viam-se, entre outros, Sérgio Vilarigues e Carlos Costa, membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, Francisco Miguel e Aurélio Santos, do CC; Mário Neves, ex-embaixador de Portugal em Moscovo; Orlando da Costa e Silva Graça, além de outras personalidades da esfera intelectual e membros do corpo diplomático acreditado no nosso país.

"COMPLETAR NA EUROPA O DESANUVIAMENTO POLÍTICO COM O MILITAR"

Viemos para vos falar sobre a vida da nossa gente, e fortalecer a amizade que já existe. E para também, ter a possibilidade de conhecer de perto o vosso povo, a vossa cultura, o vosso país - afirmou o camarada Igor Stepanienko, frequentemente interrompido pelos vibrantes aplausos da assistência.

Depois de se referir em particular às grandes conquistas do povo soviético, alcançadas no decorrer de 60 anos marcados pelo desenvolvimento da sociedade socialista, o vice-Primeiro-Ministro da República Soviética da Ucrânia sublinhou a necessidade de completar na Europa o desanuviamento político com o desanuviamento militar e apelou à cooperação entre os povos de Portugal e da URSS, em todos os sectores.

Salientando que a União Soviética não se poupará a esforços para evitar qualquer guerra, Igor Stepanienko declarou que só o Povo armado das ideias de Lénine tem forças, não só para curar as feridas da guerra, mas para tornar a sua pátria mais poderosa e mais próspera.

OS CAMINHOS DO FUTURO

Por seu turno, o camarada Aboim Inglês sublinhou ao longo

da sua intervenção, calorosamente aplaudida, a riqueza histórica da Revolução de Outubro, tendo afirmado que a Grande Revolução Socialista de Outubro, a façanha heróica dos "Dez Dias que abalaram o Mundo", em 1917, e a obra titânica do povo soviético nestes 60 anos, encerram experiências e realizações de uma riqueza e importância verdadeiramente excepcionais, porque com a Revolução de Outubro se puseram em acção determinantes na cena histórica, como protagonistas em parte inteira, massas imensas de trabalhadores até então mero objecto da História; e porque o povo soviético abordou e resolveu problemas radicalmente novos, desbravou caminhos até então nunca explorados, caminhos que serão na sua essência (seja qual for a concreta paisagem e o passo próprio doutros povos e doutros tempos) os caminhos do avanço de toda a humanidade para o seu futuro.

A intervenção de Victor de Sá foi, em parte, uma análise dos erros e das contradições da 1.ª República. Aquele historiador fez também uma reflexão sobre o 25 de Abril à luz das experiências, realizações e dificuldades do Grande Outubro.

A sessão artística da "Jornada" contou com a exibição do grupo folclórico ucraniano "Zapárajets", que arrancou longos e vibrantes aplausos da assistência, de um trio instrumental que tocou bandura, instrumento tradicional da Ucrânia, uma cantora da ópera daquela República Soviética e Adriano Correia de Oliveira.



Um aspecto da assistência que encheu a sala do Coliseu do Porto

a exploração do homem pelo homem, que garante o trabalho, o pão, um serviço gratuito de saúde para todos, a educação para todos os cidadãos, que melhor se defendem os Direitos Humanos, realçou o Professor Ruy Luís Gomes aos milhares de pessoas que encheram o Coliseu do Porto para participarem na sessão solene comemorativa do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, durante a qual foi aprovada uma entusiástica saudação ao Soviete Supremo da URSS e ao povo soviético assinalando a importância da efeméride.

Num clima de grande entusiasmo, a primeira salva de palmas do comício sublinhou a abertura do pano do palco, onde se encontrava a mesa da sessão, atrás da qual se encontrava - sob

Ucrânia, camarada Igor Stepanienko, por outros membros da delegação soviética e, ainda, por numerosos elementos da Comissão Nacional Promotora das Comemorações do 7 de Novembro.

O primeiro orador foi o Reitor Vitalício da Universidade do Porto, prof. Ruy Luís Gomes, que explicou sumariamente o significado que assumia e assume no nosso país, antes e depois de Abril, a luta em defesa dos Direitos do Homem. Denunciando a profunda demagogia e cinismo dos imperialistas e demagogos que tecem campanhas mistificadoras em torno daqueles princípios sagrados para os povos, Ruy Luís Gomes frisou:

Queimar homens, mulheres e crianças com "napalm", como no Vietname e na África, armar os

humana é, no fundo, atentar contra os Direitos do Homem.

A concluir a sua intervenção, sublinhou que sentia estar a defender os Direitos do Homem quando, na sua qualidade de antifascista e de presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, saudava o povo soviético na passagem do 60.º aniversário da sua Grande Revolução Socialista de Outubro.

Seguidamente, falou o historiador Vitor Sá, também membro da Comissão Nacional das Comemorações que, depois de ter traçado um paralelismo entre a situação existente nos primeiros anos da Revolução de Outubro no nosso país, referiu algumas das repercussões em Portugal dos ecos da histórica vitória dos soviéticos, designadamente a criação da Federação Maximalista, no seio da qual se formariam os germes do Partido Comunista Português, criado em 1921.

Nós não precisamos de nos vergar às imposições económicas dos imperialistas estrangeiros, diria a terminar Vitor Sá, quando estamos diariamente a desperdiçar

Embaixada da URSS promoveu recepção em Lisboa

Por ocasião do 60.º aniversário do Grande Outubro, o embaixador da União Soviética, camarada Arnold Kalinin, ofereceu na passada segunda-feira, num hotel de Lisboa, uma recepção que contou com a presença de destacadas personalidades dos diferentes sectores da vida portuguesa.

O nosso Partido esteve representado pelos camaradas Octávio Pato, Joaquim Gomes, Sérgio Vilarigues e Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Dias Lourenço, director do "Avante!" José Vitoriano, Jaime Serra e Carlos Brito, da Comissão Política do CC.

DANÇAS E CANTARES DA UCRÂNIA EM LEIRIA

Integrado nas comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o núcleo de Leiria da Associação Portugal-URSS, em colaboração com a Comissão Nacional das

Comemorações, promoveu uma série de realizações culturais, que tiveram o seu ponto alto com o espectáculo de coros e danças da Ucrânia, realizado no Teatro José Lúcio da Silva, na noite de 4 de corrente.

Aquela casa de espectáculos esgotou a sua lotação e teve também a presença dos presidentes da Comissão de Turismo e da Câmara Municipal de Leiria.

O famoso agrupamento folclórico soviético "Zaparojets" e o "Trio Sonoro", maravilhosam a assistência com as danças e cantares ucranianos.

Como nota curiosa o facto de quando estavam a ser apresentados os elementos do grupo e a serem indicadas as profissões, a assistência ter distinguido especialmente, com fortes aplausos, um trabalhador mineiro.

A espectacularidade das danças, a exibição excepcional da cantora de ópera de Kiev e a excelente actuação do "Trio Sonoro", foram constantemente acarinhados e correspondidos pelo público leiriense, que obrigou à repetição de praticamente todos os números e nos final, de pé, aplaudiu com um calor

extraordinário todo o agrupamento.

Depois do espectáculo, houve um bebereje no Hotel Lis, tendo-se trocado brindes pela cooperação dos dois povos e pela consolidação da democracia em Portugal.



AS COMEMORAÇÕES EM ALMADA

Uma moção de saudação à Revolução Socialista de Outubro e ao 25 de Abril que nos deu a perspectiva de poderemos seguir o exemplo revolucionário da Grande Revolução, aprovada na última sessão da Câmara Municipal de Almada, foi lida pelo seu presidente, aquando das comemorações levadas a efeito na cidade de Almada, no passado dia 6 e que tiveram lugar no largo Gabriel Pedro. Na pequena alocução alusiva ao acto comemorativo, usou da palavra o representante da Embaixada da União Soviética, camarada Leonid Vesselovski, que deu uma panorâmica do que a Revolução de Outubro tornou possível na União Soviética e lembrou a luta heróica que os trabalhadores travaram contra todos os seus inimigos, internos e externos, na defesa das conquistas da revolução e do aprofundamento desta em todos os domínios.

a humanidade à sua verdadeira libertação.

Em nome das colectividades promotoras das comemorações, um elemento do S. Paulo Clube Recreativo de Almada, desejou que aquele dia fosse uma grande manifestação de solidariedade para com todos os operários, camponeses, intelectuais e restantes trabalhadores que constroem hoje a pátria do Socialismo e da Liberdade: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E não estamos sozinhos nesta manifestação de solidariedade, pois neste preciso momento há milhões de trabalhadores com os mesmos propósitos que nós. Seja em recintos iguais a este, em salas ou casas particulares nos países onde ainda existe repressão política, seja ainda nas prisões do Chile ou onde lutam os guerrilheiros nacionalistas, desde a América à Oceânia, da África ao Vietname, somos, uma multidão incontável de trabalhadores que comemoramos um grandioso dia, o 7 de Novembro de 1917, o dia em que os trabalhadores marcharam para a conquista da felicidade e do Socialismo - alimou.

Após esta alocução, que foi precedida do desfile das

colectividades participantes com as suas secções desportivas/culturais e bandas de música, tiveram início as diversas actividades de expressão juvenil, que se prolongaram por todo o dia.

Esta jornada comemorativa do 60.º aniversário da Revolução de Outubro contou com a participação das colectividades do concelho, nomeadamente os bombeiros e teve o apoio da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia e terminou com a apresentação da Escola de Ballet e Grupo de Teatro Amador da Academia Almadense e ainda a colaboração da Cooperativa de Teatro Popular de Almada.

Entretanto, na passada segunda-feira decorreu no salão de Teatro da Academia Almadense o espectáculo comemorativo do Grande Outubro, em que actuaram jovens de uma escola de Ballet, o Grupo de Teatro Amador da Academia Almadense e ainda a Cooperativa de Teatro Popular de Almada, com os actores José Viana, Dora Leal, Maria Dulce, António Machado, António Anjos, Manuel Coelho, Maria Alexandra, Janine Osório, Carlos Ivo, Elena Silva e Luísa de Guizete.

Arnold Kalinin: É POSSÍVEL O REFORÇO DA COOPERAÇÃO LUSO-SOVIÉTICA EM TODOS OS SECTORES

Na passagem do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o embaixador da União Soviética em Lisboa, camarada Arnold Kalinin, concedeu uma entrevista à Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), no decorrer da qual sublinhou que comemorar o Grande Outubro é festejar a data da Revolução que mudou radicalmente a vida do nosso país e que impôs uma marca dominante e notável no processo de desenvolvimento de toda a história contemporânea - o começo da viragem histórica, da mudança da sociedade capitalista para a sociedade socialista.

E prosseguiu o camarada Arnold Kalinin: É com orgulho justificado que nós olhamos para as últimas seis décadas, pois, no plano económico, actualmente a URSS produz o mesmo que se produzia em todo o Mundo há 25 anos, e no plano social, já ninguém se lembra da palavra desemprego.

Detendo-se ainda na situação social, na União Soviética, salientou os direitos de todos os cidadãos na educação, ensino, assistência médica e habitação, tendo referido a propósito que na URSS a renda das habitações não ultrapassa quatro a seis por cento do rendimento do agregado familiar.

Sobre a nova Constituição soviética, o embaixador da URSS afirmou que ela reflecte claramente a nossa realidade, tendo salientado que na sua elaboração participaram 140 milhões de cidadãos, e que foram apresentadas 400 mil propostas de alteração, de emenda ou de adiamento.

Referindo-se às relações entre o nosso país e a União Soviética, Arnold Kalinin sublinhou que se estabeleceram e consolidaram múltiplos laços de carácter político, económico, comercial e cultural. Neste contexto, declarou ainda que actualmente existem todas as possibilidades para que este processo continue a ampliar-se, para bem dos nossos povos e para bem da paz geral mundial.



VISITA À SEDE DO COMITÉ CENTRAL

O camarada Igor Stepanienko, vice-primeiro ministro da República Socialista Soviética da Ucrânia e chefe da delegação daquela república soviética que se deslocou ao nosso país a fim de participar nas comemorações nacionais do 60.º aniversário do Grande Outubro, foi recebido na sede do Comité Central do PCP por uma delegação do nosso Partido composta pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, e José Casanova, membro do CC. Outros membros da delegação soviética acompanharam o camarada Igor Stepanienko na sua visita à sede do Comité Central do PCP, registando-se igualmente a presença de Armando Myredores, da Associação de Amizade Portugal-URSS.



Em Benavente, o 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro foi comemorado com uma sessão realizada na sala do Cinema. A assistência, numerosa e interessada, aplaudiu a intervenção da camarada Margarida Bento sobre a importância da participação das mulheres portuguesas na luta pela solução dos seus problemas específicos. O camarada Domingos Lopes, que falou depois sobre a Revolução de Outubro, viu a sua intervenção prolongada pelas perguntas que muitos dos presentes lhe dirigiram, a demonstrar o interesse e a profunda solidariedade que os trabalhadores portugueses merecem as vitórias do povo soviético e a fidelidade do Partido de Lénine à causa da libertação de todos os trabalhadores.

A natureza democrática da Revolução de Outubro

(conclusão)

A verdade reside no facto de, como os bolcheviques se aperceberam em Outubro de 1917, a vitória nas eleições e o seu corolário, a criação das instituições políticas, não poderem ainda ser consideradas como uma vitória definitiva da revolução se o regime deposto dispuser dos meios e da força para opor uma resistência sob um outra forma, nada pacífica e nada política.

É assim que a Assembleia Constituinte parecia ser, pela sua forma, uma instituição de democracia política. Mas na realidade, sem mesmo esperar pelo resultado das eleições, não sabendo ainda qual seria a repartição dos lugares na Assembleia Constituinte, as forças da contra-revolução desenvolveram uma enorme actividade para fazer dali um estandarte de luta contra o poder dos Sovietes. V. Nabokov, vice-presidente da comissão para as eleições, lembra-se que esta comissão tomou uma posição "tendo por base o não-reconhecimento do novo poder do "conselho dos comissários do povo". O "Comité de defesa da Assembleia Constituinte" criado pelas forças hostis aos Sovietes, empreendeu, com a Comissão militar do CC do partido dos socialistas-revolucionários a elaboração detalhada dos projectos de extermínio dos dirigentes do Estado soviético. No dia da abertura da Assembleia Constituinte, isto é em 5 de Janeiro de 1918, a reacção propunha-se organizar uma insurreição armada. Mas ela não conseguiu pura e simplesmente juntar as forças necessárias. É desta auréola de "legalidade" e de "democracia" que estava envolvida a Assembleia Constituinte antes da sua convocação, sem falar do que aconteceu mais tarde, quando os representantes da maioria de direita se tornaram os inspiradores políticos do terror branco.

Pelo contrário, a insurreição armada de Outubro, acto violento pela sua forma, foi a expressão duma democracia autêntica, pois neste caso havia violência da maioria popular sobre a minoria exploradora que manifestou, duma maneira evidente para todos, tanto a sua inaptidão como a sua má vontade de respeitar os interesses do país e do povo.

O APOIO PELA MAIORIA POPULAR E O FACTOR PRINCIPAL DA CONSOLIDAÇÃO DO NOVO REGIME

Sem subestimar o papel histórico do Exército na salvaguarda do poder da classe operária conquistado em Outubro, convém, contudo, sublinhar claramente que o factor principal da consolidação do novo regime foi o seu apoio pela maioria do povo.

Podemos destacar duas orientações principais no trabalho realizado com este fim pelo partido bolchevique. Em primeiro lugar, foi o prejuízo causado à força económica dos exploradores e a demolição do próprio sistema socioeconómico burguês. Daqui resultou que a tentação burguesa que atraía objectivamente o proprietário pequeno-burguês foi diminuída.

Em segundo lugar, nas decisões práticas do poder dos Sovietes eram levados em conta duma maneira realista os interesses e as necessidades de todos os trabalhadores, de todas as camadas e de todos os grupos da população que se distinguem da "elite" dos burgueses e dos proprietários fundiários. A grande atenção consagrada às

por

Konstantin Zarodov, membro suplente do CC do PCUS e director da "Revista Internacional"

bolcheviques fizeram os possíveis para excluir, ou pelo menos para reduzir ao mínimo os actos de violência, sobretudo de violência armada, quando da passagem do poder de Estado para as mãos da classe operária. Na sessão do Soviete de Petrogrado, em 4 de Novembro, Lênine declarou: "Acusam-nos de praticar o terror mas não é o terror dos revolucionários franceses que guilhotinavam as pessoas desarmadas e espero que não chegaremos até aí". Já em 26 de Outubro, o governo soviético publicou um decreto abolindo a pena de morte. Os bolcheviques punham em liberdade sob palavra os seus adversários (ministros do governo deposto, oficiais que tinham atirado sobre os operários revolucionários durante a insurreição, o general Krasnov que tinha dirigido a primeira acção armada contra o poder dos Sovietes, etc).

Foram as acções armadas dos inimigos do poder dos Sovietes que desencadearam o terror branco e os obrigaram a recorrer às armas e à violência armada.

A vitória de Outubro encarnou uma lei concreta da transição revolucionária do capitalismo ao socialismo: esta transição que significa a mudança dos próprios princípios das relações económicas e sociais e, antes de mais, a liquidação da exploração do homem pelo homem, modifica ao mesmo tempo a natureza de classe do sistema político da sociedade, isto é, elimina todas as vantagens e privilégios das classes exploradoras que este sistema contém, afirmando em substituição os direitos e as liberdades reais para o homem trabalhador.

A verdade da história é bem mais rica e complicada que toda a concepção inventada, subordinada a investigações preconcebidas de contradições teóricas ou históricas entre a revolução e a democracia. Quaisquer que sejam as vias pelas quais ela se desenvolve, a Revolução Socialista entra em conflito não com a democracia em geral, mas sim com a democracia tendo um conteúdo concreto, isto é, um conteúdo burguês, limitado. Na Rússia, os ardores da luta por um novo regime social queimaram também certas formas e instituições da antiga democracia, conquistada em Fevereiro. Mas isto foi a consequência do desenrolar dos acontecimentos concretos e específicos para o nosso país, para a nossa revolução. O nosso proletariado revolucionário não lutava contra as formas da democracia; ele lutava contra o sistema político da dominação de classe da burguesia, inclusive contra o seu aspecto formalmente democrático.

É evidente que este aspecto da experiência da Revolução de Outubro tem, nas condições actuais, uma importância cada vez maior, pois a classe operária e os outros defensores do progresso social cresceram e fortaleceram-se a ponto de frequentemente serem capazes de utilizar as formas existentes da democracia burguesa em defesa dos seus interesses, de lhes dar um conteúdo de classe que as tarefas da luta contra o poder dos monopólios e dos capitalistas exigem. Porque, como dizia Lênine, é impossível suprimir a dominação do capital financeiro pela conquista dos direitos e das liberdades democráticas



recomendações, às exigências e às esperanças do campesinato é um exemplo flagrante. A solicitude e o respeito manifestados para com os representantes da "intelligentsia" e também para com os oficiais e os generais do velho exército que procuravam honestamente, ainda que com hesitações, pôr as suas forças e os seus talentos ao serviço da nova sociedade são também muito significativos.

Na prática, o processo da formação dum apoio seguro ao poder dos Sovietes era suficientemente complicado e a ciência histórica marxista-leninista nunca o simplificou. Como escreveu Lênine, "a realidade mostra que só a dura experiência da pequena burguesia hesitante numa longa e violenta luta a leva, depois de ter comparado a ditadura do proletariado à dos capitalistas, a concluir que a primeira é preferível à segunda".

Os falsificadores da História não podem por vezes deixar de se ouvir: uns não se cansam de repetir que a revolução socialista era, por assim dizer, estranha ao espírito nacional da Rússia e por isso, foi "importada"; outros declaram que, pelo contrário, esta revolução não provinha do "marxismo" mas sim das "tradições russas de revolta". A Rússia não "importou" o marxismo mas, como dizia Lênine, conquistou-o depois de rudes provas. Por outro lado, Outubro continuou a causa dos movimentos populares de libertação, dos séculos XVII a XIX, a causa das duas revoluções russas anteriores no século XX e conduziu a sociedade até à realização dos ideais pelos quais o pensamento democrático da Rússia lutava há muitas décadas.

O poder revolucionário do proletariado consequentemente democrático pela sua natureza de classe, pelo seu laço indissolúvel com o povo afirmou-se precisamente porque ele possuía no país não só a maior base social, como também uma base nacional histórica e intelectual.

Dai o humanismo sem precedente manifestado literalmente pelo poder dos Sovietes desde os primeiros dias da sua existência. É um facto histórico que Lênine e os

Leonid Brejnev:

A PAZ SERÁ SEMPRE UM OBJECTIVO DA URSS

Ao fazer o balanço da trajectória percorrida em 60 anos pelo primeiro país socialista do mundo Leonid Brejnev sublinhou no seu relatório o carácter consequente da via soviética nos assuntos internacionais. Desde os primeiros dias, o primeiro país socialista, delineou os novos horizontes que se abrem à Humanidade na luta pela paz e pelo progresso social.

Ao prosseguir esta via, os soviéticos apoiam-se na enorme experiência que possuem como primeiros do socialismo e no seu potencial económico, científico, técnico e cultural. Já não estão só neste caminho. Juntamente

canais da corrida aos armamentos. Criou-se uma rede ramificada de acordos bilaterais de cooperação inter-estatal.

Finalmente, a política de coexistência pacífica que Lênine proclamou, afirma-se na vida e ganha raízes cada vez mais profundas e horizontes mais amplos.

A etapa actual nas relações internacionais, a do desanuviamento, fez com que a política mundial se encontrasse numa encruzilhada: ou opta pela via da confiança e da cooperação, ou pela via da corrida aos armamentos. Brejnev afirmou nomeadamente que seria um crime desaproveitar a via pacífica. Em primeiro lugar,



O camarada Leonid Brejnev no uso da palavra

com eles está a família das nações socialistas.

Os soviéticos são fieis ao seu dever solidário para com os trabalhadores, aos seus irmãos de classe nos países capitalistas. São fieis à aliança das forças do socialismo com as da libertação nacional; estão dispostos a prestar toda a ajuda possível aos jovens Estados no seu desenvolvimento. Querem, de facto, levar à prática um dos principais preceitos da Revolução: «paz para os povos». Uma paz sólida, verdadeiramente democrática e justa.

O processo do movimento mundial para o socialismo não é igual em todo o lado, sublinhou Brejnev. Não é verdade que o PCUS imponha a sua receita de edificação socialista da sociedade aos comunistas do Ocidente, como o pretendem fazer certos meios. No processo de aperfeiçoamento da estratégia e tática dos partidos irmãos, existem muitas posições com carácter de procura, afirmou. O PCUS nas suas relações internacionais pratica estritamente os princípios adoptados pelo movimento comunista: igualdade, independência, não ingerência nos negócios internos, solidariedade e apoio recíproco entre os comunistas dos diferentes países.

A PASSOS SEGUROS

Ao ultrapassar o umbral do seu 60.º aniversário, nas condições de um mundo que é socialmente heterogéneo, mas que sofre transformações radicais em todas as esferas da vida e da política, a União Soviética põe à disposição da comunidade internacional toda a experiência que tem e todos os recursos da sua política de paz. Já foi adoptado o código das normas das relações internacionais honestas e justas, o que, no caso da Europa, por exemplo, foi consagrado nos acordos de Helsínquia. Os primeiros passos - até agora limitados - encaminham-se para o encerramento de alguns

porque a tarefa número um é cessar a corrida armamentista, que abrange o mundo inteiro.

Estas palavras dirigem-se em primeira mão para os Estados Unidos, onde parece haver quem não resista à tentação de praticar a política de «superioridade de forças», atribuindo simultaneamente tais intenções à União Soviética. A doutrina da estratégia político-militar soviética é extremamente clara: ao preocupar-se justamente com a sua própria defesa, a União Soviética não procurará nunca alcançar a superioridade sobre a outra parte. Em troca, a outra parte não deve alterar o equilíbrio alcançado. O equilíbrio em si não é o objectivo final, mas sim o fruto da partida para baixar o nível da confrontação.

NOVAS PROPOSTAS DE PAZ

Não existe maior perigo para a Humanidade que uma guerra nuclear. Fiel aos seus princípios revolucionários, a URSS apresenta a proposta de acordo de todos os Estados para se pôr fim ao fabrico de armas nucleares e, a par disso, a proposta de declaração de uma moratória para as explosões nucleares com fins pacíficos.

Mas a missão do socialismo não se esgota com a tarefa de assegurar uma paz sólida, de maneira que as armas nucleares sejam eliminadas para sempre dos arsenais e que se acabe, de uma vez para sempre, com o perigo de uma guerra nuclear.

A solução de muitos dos problemas com que a Humanidade se debate, apenas começa agora. O crescimento demográfico que, segundo as previsões, chegará aos 60 mil milhões de habitantes no final do século, complicará consideravelmente a tarefa do abastecimento de viveres, de energia e das matérias-primas.

Pela sua natureza e nível de desenvolvimento, o sistema socialista está preparado para contribuir para a solução destas tarefas. Mas estas requerem também a colaboração de todos os povos.



O POVO

Um vasto conjunto de cerimónias e manifestações assinalou em toda a União Soviética o 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

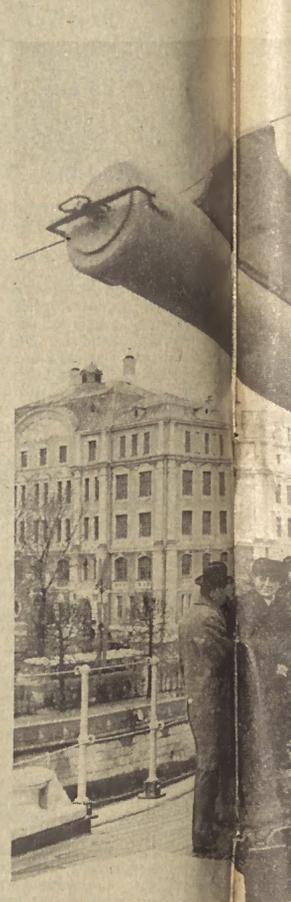
O 7 de Novembro - a data mais importante do calendário soviético - festajada na rua e no ambiente familiar - foi celebrado pelo Povo. Forças Armadas, membros do Governo e dirigentes do PCUS numa impressionante afirmação de esperança, alegria e paz, tocou de perto todos os povos do Mundo.

As comemorações foram inauguradas pelo camarada Leonid Brejnev, presidente do Soviete Supremo e secretário-geral do PCUS, numa sessão de dois dias realizada no Palácio dos Congressos do Kremlin. A vitória da Revolução de Outubro - afirmou Leonid Brejnev - possibilitou pela primeira vez aos operários acabarem com a exploração e libertarem-se do jugo da desordem económica. A anarquia da produção cedeu lugar à gestão científica e planificada da economia.

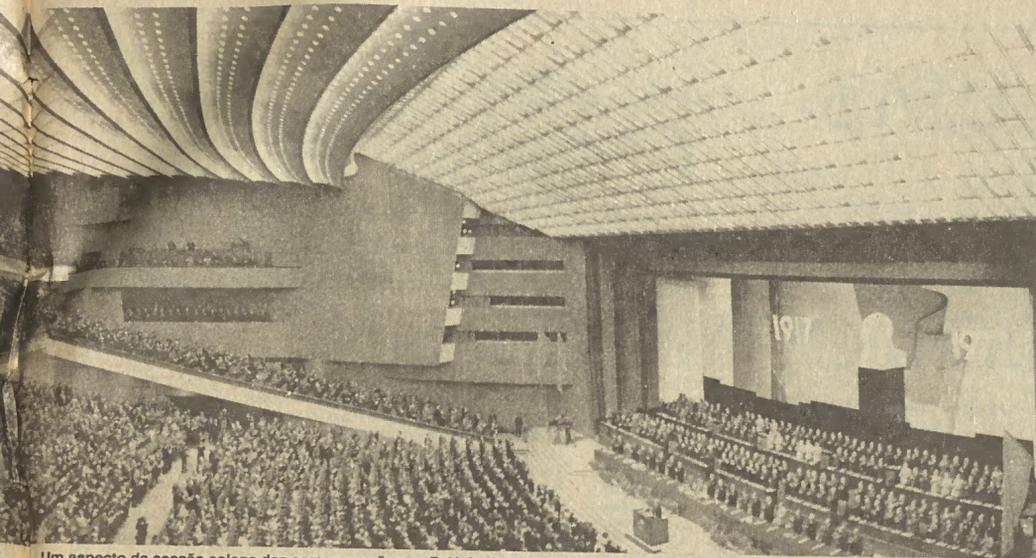
O discurso do camarada Leonid Brejnev foi pronunciado perante todos os membros do Comité Central do Partido de Lênine e membros do Soviete Supremo e do Governo da URSS e ainda perante os elementos das 123 delegações estrangeiras provenientes de 100 países, entre as quais se encontrava a delegação do Partido Comunista Português, chefiada por...



Troços das delegações



A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português



Um aspecto da sessão solene das comemorações no Palácio dos Congressos, em Moscovo.

SOVIÉTICO COMEMOROU OUTUBRO

secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal, durante a sessão solene das comemorações do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, pronunciou dois discursos, o primeiro em Moscovo durante a sessão efectuada no Kremlin, no passado dia 2 de Novembro e o segundo, em Leninegrado, no dia 5.

Palácio de Inverno até os nossos dias, incluindo o lançamento de naves espaciais. Entre as muitas iniciativas de carácter cultural promovidas no âmbito do 60.º Aniversário do Grande Outubro é de salientar a notável exposição fotográfica internacional subordinada ao tema "O Grande Outubro e o Mundo do Socialismo". Este certame foi organizado pela União das Sociedades Soviéticas de Amizade.

SOLIDARIEDADE PARA COM TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Uma das mais importantes cerimónias comemorativas do 60.º aniversário da Revolução de Outubro foi o desfile militar seguido de manifestação popular, realizado na passada segunda-feira, em Moscovo.

A tarde, no Palácio dos Congressos, as delegações de forças progressistas de todo o Mundo, incluindo representantes de 14 partidos socialistas, membros da Igreja Ortodoxa russa e movimentos pacifistas, reuniram com Leonid Brejnev, que declarou a dada altura: **No dia do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro declaramos a nossa solidariedade para com todas as forças progressistas e democráticas do Mundo. A paz e o socialismo são inseparáveis.**

UMA HISTÓRIA DE LUTA

no Palácio dos Congressos do Kremlin, em Moscovo, no intervalo da sessão, um grande espectáculo cultural no qual participaram cerca de dois mil bailarinos das repúblicas da URSS.

Entre os aspectos mais importantes deste espectáculo foi a fidelidade da coreografia da Revolução de Outubro desde o assalto ao



Os soldados desfilar durante a parada



do cruzador "Aurora". Em primeiro plano o canhão que arroubando a Insurreição armada.

Saudação do PCP ao PCUS

Queridos camaradas, Por ocasião do 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o CC do Partido Comunista Português envia ao CC do PCUS e a todo o povo da União Soviética as saudações calorosas e fraternais dos comunistas, da classe operária e do povo trabalhador de Portugal.

Saudando sessenta anos de poder soviético, os trabalhadores de todo o mundo comemoram a data heroica e inesquecível que iniciou uma nova época na História da Humanidade. Expressim, assim, a sua grande admiração pela criação do primeiro Estado de operários e camponeses que pelo seu exemplo, realizações e experiências, rasgou em cada país e para cada povo novos horizontes e perspectivas de luta para pôr fim ao capitalismo e avançar no caminho do progresso social.

A passagem do capitalismo ao socialismo, inaugurada pela Revolução de Outubro, prossegue há sessenta anos e transformou-se numa esperança luminosa numa realidade que determina já a evolução dos acontecimentos mundiais.

Depois da vitória de Outubro, a luta da classe operária dos países capitalistas intensificou-se, o socialismo triunfou em numerosos países, o sistema colonial desmoronou-se, um grande número de povos conquistou a independência, o movimento comunista internacional reforçou-se, o imperialismo perdeu a sua hegemonia e a correlação de forças no mundo mudou a favor do socialismo.

Os grandes êxitos alcançados na construção do socialismo na URSS forneceram aos povos do mundo inteiro o exemplo da luta vitoriosa contra as forças do velho mundo da exploração, do imperialismo, do colonialismo e da guerra, e demonstraram, na prática, o caminho que permite aos trabalhadores resolver os problemas legados pelo capitalismo, construir uma nova vida de liberdade, fraternidade e progresso social, numa sociedade cujo objectivo fundamental é a melhoria constante das condições de vida e a satisfação máxima das necessidades materiais e espirituais de todo o povo.

Durante os sessenta anos da sua História a União Soviética, sob a direcção do PCUS, sempre fiel aos grandes princípios do internacionalismo proletário, desenvolveu uma luta persistente pela paz e a amizade entre os povos, prestou sempre uma activa solidariedade à luta dos povos contra o fascismo, o colonialismo, pela democracia, a independência nacional e o socialismo, ganhando assim um grande prestígio no mundo inteiro.

Saudando nesta ocasião a aprovação da nova Constituição da URSS, os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador de Portugal vêem nela mais uma consagração dos objectivos da Grande Revolução de Outubro.

Queridos Camaradas, Ao comemorarmos o 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro é com profunda alegria que recordamos estar a criação do nosso Partido indissoluvelmente ligada a essa grande vitória histórica e às experiências do proletariado russo e do Partido de Lenine.

É com profunda emoção que recordamos a importância, durante os anos de ditadura fascista, da activa e constante solidariedade prestada à luta do nosso povo pela URSS e pelos outros países socialistas, em contraste com a ajuda dada pelos países capitalistas ao regime fascista em cumplicidade directa com uma política de violência, terror, repressão, miséria e guerra colonial.

Vencida a noite fascista com o 25 de Abril de 1974, e por acção conjugada das massas populares e das Forças Armadas, as liberdades democráticas foram instauradas no nosso país e o poder dos monopólios foi liquidado. Na vida nacional produziram-se profundas transformações, obtiveram-se importantes conquistas revolucionárias (as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário) que estão hoje consagradas na Constituição.

Nos últimos tempos, as forças reaccionárias e conservadoras têm procurado liquidar estas conquistas do povo português, lançando contra elas violentos ataques, animando a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo. Uma tal política impede e contraria a recuperação económica e financeira e, a prosseguir, conduziria o país à ruína e poria em risco a própria sobrevivência do regime democrático com a restauração do poder económico e político do capitalismo monopolista.

Esta ofensiva da reacção interna e externa para destruir as conquistas da Revolução de Abril põe também em confronto a atitude amiga, desinteressada e fraternal da URSS e dos países socialistas e a hostilidade e ingerência dos países imperialistas em relação à Revolução portuguesa, colocando em grave perigo a independência nacional.

A classe operária, o povo trabalhador do nosso país está firmemente decidido a não poupar esforços para derrotar os planos da reacção e para assegurar a defesa das conquistas da Revolução, das liberdades, do regime democrático, na perspectiva do socialismo consagrada na Constituição. Os comunistas trabalham sem descanso para a mais ampla unidade de todas as forças democráticas interessadas em defender e aprofundar as grandes transformações sociais que se deram no nosso país, consolidar o regime democrático e salvaguardar a independência nacional.

No 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador de Portugal exprimem a sua confiança no futuro da democracia e do socialismo na nossa pátria. Expressim ao mesmo tempo a confiança de que a grande amizade, compreensão e estima existentes entre o povo português e o povo soviético se fortalecerão na comunidade das grandes aspirações à paz, à segurança e à cooperação que hoje, no plano internacional e das relações entre os povos e os Estados, se desenvolvem com renovado vigor e autoridade.

VIVA A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO!

VIVA A AMIZADE ENTRE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E O PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA!

VIVA A AMIZADE ENTRE O POVO PORTUGUÊS E O POVO DA UNIÃO SOVIÉTICA!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

O Comité Central do Partido Comunista Português
6 de Novembro de 1977

ÁLVARO CUNHAL EM MOSCOVO E LENINEGRADO

O abraço fraterno e as saudações de combate dos trabalhadores portugueses ao Partido de Lenine e ao povo soviético

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, durante a estadia na União Soviética, por ocasião das comemorações do 60.º Aniversário da Revolução de Outubro, pronunciou dois discursos, o primeiro em Moscovo durante a sessão efectuada no Kremlin, no passado dia 2 de Novembro e o segundo, em Leninegrado, no dia 5.

As palavras do secretário-geral do PCP salientaram as relações de amizade que existem entre os dois partidos.

Camaradas:

Em nome do Comité Central e de todos os membros do PCP, transmito ao Comité Central e a todos os membros do PCUS e, por seu intermédio, ao povo soviético, as mais calorosas e fraternais saudações por motivo do 60.º aniversário da Gloriosa Revolução Socialista de Outubro.

Comemorar a Revolução de Outubro é comemorar o maior acontecimento histórico da época contemporânea, o longo caminho de lutas, vitórias e realizações do país dos soviéticos, o largo caminho de lutas e combates heróicos de outros povos. A Revolução de Outubro levou à transformação do movimento comunista e operário na mais poderosa força política do mundo contemporâneo.

Cada povo e cada partido revolucionário sente legítimo orgulho da sua própria luta e das suas próprias vitórias. Nós, os comunistas portugueses, orgulhamo-nos da luta da classe operária e do povo de Portugal, da luta do nosso Partido desde a sua criação em 1921, da resistência ao fascismo nas condições de clandestinidade, do seu papel importante nas transformações democráticas realizadas em Portugal desde o derrubamento da ditadura.

Mas salientamos sempre que os sucessos da luta do povo português e do nosso Partido, a expansão em Portugal das ideias do socialismo e do comunismo são inseparáveis das experiências da Revolução de Outubro e de todas as suas repercussões.

Ninguém hoje pretende que as revoluções se possam copiar ou que haja "modelos" de revoluções. A experiência histórica mostra que não só é legítimo como indispensável que cada partido comunista procure, na base da realidade do seu próprio país, descobrir o caminho para a libertação dos trabalhadores e para a vitória do socialismo. É isso que, pela nossa parte, procuramos em Portugal, onde a revolução democrática apresenta numerosas originalidades.

Mas, procurando abrir caminho para o socialismo, não esqueçamos que as revoluções socialistas têm necessariamente características essenciais comuns.

O caminho e os objectivos programáticos de um partido revolucionário, por muito grande que seja a novidade da situação e do processo revolucionário no seu próprio país, contrapõem-se, não às experiências vivas e vitoriosas das revoluções socialistas, mas às realidades da sociedade capitalista.

O conhecimento e a divulgação, nos países capitalistas e nos países libertados do colonialismo, do socialismo real é um dos mais poderosos factores da expansão dos ideais do socialismo e do comunismo e da confiança e determinação dos trabalhadores de lutarem por eles.

Para os trabalhadores dos países capitalistas o socialismo aparece como o único sistema que dá à democracia um conteúdo político, económico e social, inexistente em qualquer país capitalista, qualquer que seja o seu regime político.

No que respeita a Portugal, nas condições actualmente existentes, a luta pela consolidação da democracia portuguesa e das suas conquistas (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário) constitui a direcção fundamental da luta pelo socialismo, e a luta pela concretização da perspectiva socialista da revolução e parte integrante da luta pela defesa e consolidação do regime democrático.

O imperialismo e a reacção mundial desenvolvem esforços colossais para provocar ou estimular dificuldades e divisões entre as forças revolucionárias. O alvo fundamental desses esforços divisionistas, hoje como há 60 anos, continua a ser a URSS.

Nós, comunistas portugueses, conhecemos pressões diárias, campanhas, ameaças para que o nosso Partido se afaste das suas firmes posições internacionalistas.

É na luta constante e abnegada em defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdades e das outras conquistas da revolução, hoje ameaçadas, da independência nacional e na recusa a ceder às pressões da reacção do grande capital, dos agrários, do imperialismo, que o PCP demonstra a sua independência, a sua independência de classe, a sua capacidade de decidir por si, sem intervenções estranhas, internas ou externas, da sua orientação e da sua actividade para a construção de um Portugal democrático, livre e independente.

O PCP considera indivisíveis a sua política nacional e patriótica e as suas posições internacionalistas.

E por isso, no 60.º aniversário da Revolução de Outubro, ao trazermos ao país de Outubro, ao Partido e Pátria de Lenine, as calorosas saudações de combate dos comunistas portugueses, trazemos a confirmação de que o PCP, fiel ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, estará sempre solidariamente activo, ao lado dos partidos irmãos e dos povos em luta contra o imperialismo, de todos os que lutam pela liberdade e o progresso social, dos países socialistas, do PCUS, da gloriosa União Soviética, berço da grande Revolução Socialista de Outubro, cujo 60.º aniversário estamos comemorando.

Viva o ideal triunfante da Revolução Socialista de Outubro, o marxismo-leninismo, o internacionalismo proletário!

Queridos camaradas:

Aos comunistas e aos trabalhadores da cidade de Leninegrado, berço da Revolução que mudou a face da Terra, cidade onde foi instaurado o primeiro governo de operários e camponeses, «cidade dos heróis», transmito calorosas e fraternais saudações de combate do Partido Comunista Português, por motivo do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Se se quisesse traduzir numa curta expressão a síntese dos objectivos da Revolução Socialista, poder-se-ia dizer que ela foi realizada para assegurar os direitos do homem. O direito a não ser explorado, o direito a não ser oprimido, o direito a não ser tratado com discriminações e desigualdades resultantes da condição social, do sexo, da nacionalidade ou da raça, o direito a ser livre e a ser respeitado, o direito a viver numa sociedade em que o poder se exerce e a política se traça apenas para servir o bem do homem.

A nova Constituição da União Soviética, consagrando as conquistas e vitórias do povo soviético ao longo dos 60 anos decorridos desde a Revolução de Outubro e traçando as grandes linhas das tarefas futuras para a construção do comunismo, é um brilhante testemunho de que no país da Revolução, na Pátria de Lenine, esses direitos foram respeitados, assegurados, traduzidos na sociedade mais justa, mais democrática, mais avançada, que até hoje conheceu a História da Humanidade.

Nestas comemorações vivemos a alegria e a honra de nos encontrarmos lado a lado, não apenas com o genioso Partido de Lenine, mas com os representantes de outros países socialistas e de países libertados do jugo colonial, de partidos irmãos e de movimentos revolucionários vindos de todos os cantos da Terra.

Este grandioso encontro marca o reconhecimento e a gratidão dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo pela contribuição decisiva da Revolução de Outubro e das realizações e vitórias da URSS para a sua própria luta e as suas próprias realizações e vitórias.

Aqui vimos representantes de outros países socialistas, que, lado a lado da URSS, constituem exaltantes exemplos da construção da nova sociedade.

Aqui vimos representantes dos partidos da classe operária dos países capitalistas, que lutam em condições sociais e políticas muito diversas, em etapas diversas da Revolução, procurando os caminhos conformes com a situação dos próprios países, mas traduzindo todos como aspiração, o ideal libertador de Outubro.

Aqui vimos também representantes de povos libertados do colonialismo, aos quais a experiência vai mostrando que a via capitalista de desenvolvimento comporta o risco de submissão a novas formas de dominação imperialista e que o aproveitamento dos recursos próprios para o bem do próprio povo e a consolidação da independência nacional indicam a necessidade de uma via de desenvolvimento em direcção ao socialismo.

Outubro é o poder e a libertação dos trabalhadores. Outubro é a igualdade e independência das nações. Outubro é o socialismo e o comunismo, é o marxismo-leninismo, é o internacionalismo proletário. Outubro é o futuro de toda a Humanidade.

Camaradas:

Em Portugal, pensámos no que podíamos trazer ao PCUS como lembrança nesta data do 60.º aniversário da Revolução de Outubro. E resolvemos trazer uma lembrança que, à primeira vista, pode parecer estranha: trouxemos alguns punhados de grão de trigo.

Aparentemente é um trigo como qualquer outro. Mas para nós, portugueses, não o é. São grãos de trigo da colheita de 1976, a primeira colheita da Reforma Agrária de Portugal, o primeiro trigo semeado e colhido por trabalhadores portugueses em unidades colectivas de produção, onde não há exploradores nem explorados.

Por isso o trouxemos como lembrança dos comunistas e dos trabalhadores portugueses ao Partido de Lenine neste 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Vivam os ideais imorredouros da Revolução de Outubro!

Vivam o glorioso Partido de Lenine e o povo soviético construtor do comunismo!

Viva o internacionalismo proletário!



O camarada Álvaro Cunhal discursando na sessão efectuada no Kremlin.

Na Algot

O GOVERNO CONTINUA INDIFERENTE À SORTE DOS 1100 TRABALHADORES

Está inactiva há cinco dias a Algot Portuguesa. A maior empresa de vestuário instalada no nosso país foi seriamente atingida pela falência da multinacional sueca Algot Johanson, ocorrida em 13 de Junho findo. A empresa nórdica, além de deter 60 por cento do capital da sua associada portuguesa, comercializava a quase totalidade dos produtos manufacturados nas Fontainhas, Póvoa do Varzim.

Alertado desde o início do processo para as graves consequências que daí resultariam para as 1100 famílias que dependem da empresa e para a própria economia da região, o Governo da direcção do PS não mexeu uma palha para acautelar os interesses nacionais e garantir os postos de trabalho, como fizeram os governos sueco e finlandês, depois de tomarem conhecimento da falência da multinacional.

O que se passou nestes últimos cinco meses com os trabalhadores e dirigentes

sindicais da unidade industrial das Fontainhas, nas suas relações com os vários departamentos governamentais, é mais um dos muitos exemplos dos critérios e da ordem de preocupações que têm presidido à actuação do executivo: um alheamento quase total, uma indiferença preocupante, uma ineficácia verdadeiramente conflagradora.

Enquanto os responsáveis pelos Negócios Estrangeiros nunca compareciam nas reuniões realizadas, e para as quais eram sempre

convocados, os Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Trabalho, embora nelas participassem, ou demoravam tempo sem fim a concretizar as resoluções adoptadas, ou, o que é mais grave, manifestavam uma indiferença total.

Recorde-se que, na altura em que deslocou a Portugal o administrador da Algot Johanson, sr. Longparey, o MIT não compareceu a reuniões, embora fosse convocado pelos sindicatos, o mesmo sucedendo com o Ministério do Trabalho, que

foi convidado para o efeito pela administração da empresa.

É mais que tempo de o Governo modificar radicalmente a sua conduta em relação à Algot, como reclamam a comissão sindical e os sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa que, num telegrama dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro, pedem a marcação urgente de uma entrevista.

Entretanto, os representantes dos 1100 trabalhadores da Algot Portuguesa, ao informarem que a fábrica deixou de funcionar a partir de segunda-feira por falta de encomendas, acusam o Governo de assistir com indiferença à luta entre os vários capitalistas suecos pela posse da empresa.

AVISO CONTRA AS MANOBRAS PARA DESNACIONALIZAR A BANCA

Num comunicado sob o título "O banqueiro Pinto de Magalhães 'ponta de lança' do ataque à nacionalização da banca", o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, depois de

chamar a atenção para a intensa propaganda destinada "a conduzir os trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães a recusarem a fusão daquele Banco com os Bancos de Angola e da

Agricultura", alerta "todos os bancários para as manobras que possam vir a ser lançadas no sentido de dificultar a reestruturação da banca com o objectivo final de desnacionalizar o sector".

A movimentação do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, nomeadamente o beija-mão de Vigo, com a presença de destacados bombistas, figuras de proa do PPD/CDS e antigos locais do seu Banco, é sublinhada pelos bancários comunistas, referindo que "a manobra

antifusão tinha por objectivo pressionar o Governo PS no sentido de paralisar todo o processo de reestruturação da banca, medida indispensável para consolidar a nacionalização.

Concluindo, o comunicado apela para todos os trabalhadores bancários no sentido de desenvolverem cada vez mais a unidade na acção, formando uma sólida barreira capaz de se opor aos saudosistas dos monopólios financeiros.

DELEGAÇÃO SOVIÉTICA

Sindicalistas soviéticos, acompanhados por dois membros do secretariado da

CGTP-Intersindical Nacional, percorreram as instalações de Lisboa da Petrolgal e estiveram reunidos com os dirigentes sindicais e membros da Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da empresa, com quem trocaram impressões sobre assuntos de interesse para ambas as partes.

Recebida pela CCT e por funcionários superiores daquela unidade industrial nacionalizada, do ramo da refinação e comercialização de petróleos, a delegação do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos foi informada sobre o funcionamento da empresa e a organização interna dos trabalhadores.

Depois de uma troca de pontos de vista acerca do controlo de gestão, formação profissional, participação dos trabalhadores no plano de exploração, problemas de índole social e outras questões de interesse, um representante dos trabalhadores da Petrolgal saudou os trabalhadores soviéticos pela passagem do 60.º aniversário da Revolução de Outubro e referiu-se às lutas e conquistas dos trabalhadores. Agradecendo, o chefe da delegação soviética fez votos pela prosperidade do nosso povo e destacou a solidariedade dos trabalhadores da União Soviética para com os trabalhadores portugueses.

tem conduzido à degradação da situação económica das empresas, à diminuição do salário real e ao subemprego.

Além disso, como forma de combater as nacionalizações, verificam-se fortes tentativas para dificultar a fusão de algumas empresas e impedimento de reestruturação de outras, designadamente da Petrolgal. Realçando o grande espírito de luta e unidade existente entre os trabalhadores do sector, as conclusões da reunião sublinham «o aumento crescente do PCP neste sector» traduzido por adesões sucessivas no âmbito da Campanha «Promoção Conquistas de Abril».

No Porto

DEGRADA-SE A SITUAÇÃO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS

Nas empresas do sector dos serviços do Porto verifica-se uma má gestão da responsabilidade, de uma forma geral, de elementos ligados a partidos de direita e um empolamento da promoção de quadros técnicos na base de compadrios, de acordo com as conclusões a que chegaram camaradas de 12 empresas de serviços, que participaram numa reunião de quadros, realizada no passado dia 5 do corrente, no Centro de Trabalho de Aníbal Cunha.

Num documento divulgado pelo Comité dos Grandes Serviços do nosso Partido salienta-se que a análise da situação económica e social das empresas e o debate acerca do desenvolvimento da

organização partidária e unitária ocupou os camaradas responsáveis das células das seguintes empresas: Petrolgal, CP, TAP, Câmara Municipal do Porto, MAS, EDP, STCP, CTT, TLP, SMGE e Rodoviária Nacional.

Outras das conclusões apuradas detectou o agravamento da situação social em algumas empresas motivado pela reintegração de elementos comprometidos com o regime fascista e a sua posterior colocação em lugares de chefia, bem como pela perseguição e opressão dos trabalhadores mais combativos, tentativas de cortes de regalias sociais, dificuldades nas negociações e cumprimento dos ACT, o que

Apoio internacional

CGTP-IN E FEDERAÇÃO MUNDIAL ASSINAM DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Federação Sindical Mundial, visitada por uma delegação da CGTP-IN, renovou oficialmente à Central portuguesa o convite para participar no seu 9.º Congresso que decorrerá em Praga, no mês de Abril do próximo ano.

Numa declaração conjunta, assinada durante a visita, as duas organizações afirmam o seu apreço por este encontro e decidem renová-lo a pedido de uma ou outra parte.

delegação da CGTP-IN, de acordo com a sua decisão de se reunir com as diversas componentes do movimento sindical internacional, informou o secretariado da FSM sobre a evolução da situação política e social em Portugal.

Por seu turno, a delegação da FSM «apreciou os importantes esforços da CGTP-IN em favor da unidade do Movimento Sindical português, entre os quais se destaca a realização do

Congresso de Todos os Sindicatos» em fins de Janeiro deste ano.

A declaração conjunta realinha que é indispensável a mudança da política actual no nosso país. «Com o esforço criador e patriótico dos trabalhadores — acrescenta o documento — Portugal poderá ultrapassar as dificuldades encontradas, defender as conquistas fixadas pela Constituição da República e consolidar a democracia».

Jornada de luta no dia 19 A USL APELA À PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

A jornada de unidade e luta, convocada para o dia 19 do corrente com uma manifestação na capital a iniciar pelas três e meia, contava no princípio desta semana com a adesão de mais de cinquenta associações sindicais de Lisboa e Setúbal. A iniciativa pertence, como já foi amplamente divulgado, às União dos Sindicatos desses distritos (USL e USS), aos secretariados das comissões de trabalhadores das respectivas cinturas industriais (CIL e CIS) e aos secretariados das empresas intervencionadas e em autogestão.

Num comunicado distribuído à Imprensa na última segunda-feira, a USL divulgava uma moção aprovada num plenário com a presença de 36 sindicatos representando cerca de 70 por cento dos trabalhadores sindicalizados da capital. «Considerando que só com uma poderosa acção de massas conseguiremos os nossos objectivos», afirma o documento, os sindicatos que ratificaram a manifestação e a USL apelam a todo o Movimento Sindical e a todos os trabalhadores para que formem comissões de apoio a esta jornada de luta e tomem pública a sua adesão. Em todos os locais de trabalho, devem realizar-se plenários. Devem ser amplamente divulgados os objectivos da jornada, na qual todos os trabalhadores devem participar conscientemente.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



FERROVIÁRIOS PARALISAM — Noventa e oito por cento do total dos trabalhadores ferroviários paralisaram nas zonas norte, centro e sul do País, durante meia hora, em 4 do corrente, como forma de luta pela negociação do contrato. Num comunicado, os Sindicatos Ferroviários afirmam que a paralisação constituiu um verdadeiro êxito. A Comissão Sindical Negociadora continua a desenvolver todos os esforços para a negociação do ACT que abrange cerca de 27 mil trabalhadores. Apresentada em 15 de Abril do ano corrente, a proposta de revisão tem sido objecto de manobras dilatatórias. Até agora, apenas uma parte do calendário de negociações foi aprovada. Enquanto isso, o Governo autoriza o Ministério das Finanças a contrair um empréstimo de 600 mil dólares que, segundo os trabalhadores revelaram em conferência de Imprensa, «se destina a financiar despesas com técnicos estrangeiros que virão a Portugal aplicar métodos capitalistas no sector dos transportes ferroviários, isto quando no nosso país, e na CP em particular, existem técnicos suficientes, tanto em qualidade como em quantidade».

DIA 12: CONTRA OS DESPEDITOS — No próximo sábado, pelas 10 horas da manhã, no salão da «Voz do Operário», em Lisboa, dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores reúnem-se no âmbito da campanha contra os despedimentos, promovida pelo Movimento Sindical. Já aderiram ao plenário mais de cinquenta sindicatos de Lisboa e Setúbal, que estudarão acções a desenvolver para o reforço da unidade e organização, depois de um balanço da situação nas empresas e sectores dos dois distritos. Na segunda-feira seguinte, no Pavilhão dos Desportos a comissão coordenadora da campanha promove um espectáculo de apoio e solidariedade aos trabalhadores despedidos e em luta contra os despedimentos e o desemprego.

FUSÃO BANCÁRIA E INTERESSE NACIONAL — Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais dos Bancos da Agricultura, Angola e Pinto de Magalhães, reunidas no Porto, decidiram colaborar «num espírito construtivo para que a fusão daquelas três casas bancárias se processe em termos correctos e de molde a servir os interesses nacionais». Segundo aqueles trabalhadores, os gestores do novo banco resultante da fusão, além de possuírem «comprovada competência técnica», deverão «estar claramente identificados com os interesses dos trabalhadores e, consequentemente, com os objectivos nacionais, dando garantias de prosseguir uma política de crédito de apoio às actividades produtivas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz».

HOJE, AG DO COMÉRCIO — Pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, volta a reunir-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, na continuação da precedente, realizada na semana finda, e na qual foi aprovado o orçamento do 2.º semestre deste ano. Na sessão de hoje serão tratadas questões urgentes e do mais alto interesse, como os despedimentos, a contratação colectiva e o desemprego.

ENFERMEIROS PROTESTAM — Repudiando um despacho do ministro dos Assuntos Sociais que, abusivamente, proíbe os dirigentes sindicais de entrarem nos estabelecimentos hospitalares para assistirem a plênários, o Sindicato dos Enfermeiros do Norte lembra que, por ironia, isso acontece «numa altura em que a Imprensa portuguesa dá conta de que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recebeu do Governo português os documentos para a ratificação da Convenção 87.ª sobre a liberdade e direito do exercício sindical».

REÚNEM HOJE OS TÉCNICOS DE CONTAS — Numa reunião magna a nível nacional, os técnicos de contas, convocados pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, tratarão, hoje, na Rua do Alecrim, 46, 1.º, em Lisboa, da «exposição sobre o adiamento da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade, oportunamente requerido ao ministro das Finanças». Da ordem de trabalhos constam ainda «outras questões de interesse para os técnicos de contas».

OS BANCÁRIOS DO NORTE E O «BEIJA-MÃO» — Com dois «cartabertistas» demitidos e mais dois demissionários, a direcção reformista do Sindicato dos

Bancários do Norte ficou muito desfalçada depois de um dos seus elementos directivos se ter deslocado a Vigo para participar no «beija-mão» ao ex-banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, «o banqueiro burlão, que não quer entrar no País porque teme apresentar-se à justiça dos tribunais respondendo pelos seus actos», como o caracterizam num comunicado trabalhadores de várias tendências filiados naquele Sindicato, que a dada altura acrescentam: «Quando um membro da direcção que se diz reformista beija a mão do ex-banqueiro, os trabalhadores bancários estão a ser apunhalados. Tal atitude lembra os tempos do fascismo, quando os dirigentes sindicais impostos pelo Ministério das Corporações andavam aos abraços aos patrões. Esse dirigente do nosso Sindicato, em vez de se preocupar com o interesse dos trabalhadores pela revisão do CCT, prefere voltar-se para manifestações de apoio a ex-banqueiros sabotadores da economia nacional».

CTs DA AMADORA ELEGEM SECRETARIADO — Reunidas no último sábado, as Comissões de Trabalhadores da zona da Amadora elegeram o seu secretariado coordenador, organismo necessário para «enfrentar, com maiores possibilidades de êxito, a ofensiva reaccionária que se encontra na origem da grave crise económica e política que vivemos». Eleito por 33 Comissões de Trabalhadores e 17 Comissões Sindicais, o secretariado é composto por representantes da Sorefame, Cometa, Cabos Ávila, Laboratórios Azevedos, Cel-Cat, Sotano, Livraria Bertrand, Pereira & Brito e delegação do Banco Fonseca & Burnay. Entre as várias moções aprovadas na reunião contam-se a de apoio à manifestação do próximo dia 19 e a de saudação aos trabalhadores em luta contra o regresso dos patrões sabotadores.

NOVO SECRETARIADO NA UNIÃO DE SETÚBAL — Os Sindicatos setubalenses elegeram representantes de 13 associações sindicais do distrito para o novo Secretariado da União.

ENCANTO DE CTs NO PORTO — No próximo dia 12, sábado, reúnem-se, no salão do Sindicato dos Ferroviários, no Porto, as Comissões de Trabalhadores da região.

TRABALHADORES DA PREVIDÊNCIA EM SÃO BENTO — Em luta pela convenção colectiva de trabalho, cuja negociação se arrasta há meses, representantes dos trabalhadores da Previdência foram recebidos pelo Primeiro-Ministro. Da resposta, que o chefe do Governo prometeu dar às exposições que ouviu, dependerão formas de luta a adoptar futuramente, incluindo uma paralisação de duas horas já aprovada em plenário.

OURIVES EXIGEM PUBLICAÇÃO DA PRT — Concluída desde Junho findo, a Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para este sector ainda não foi publicada e não entrou, portanto, em vigor. Considerando «estranha» essa atitude do Ministério do Trabalho, o Sindicato do Porto responsabiliza o departamento do sr. Gonetela pela situação que «está a tornar-se insuportável e intolerável», ao mesmo tempo que o sector atravessa um bom momento, nada justificando o congelamento dos salários, situação de facto que se prolonga desde Setembro de 1974. A grande maioria dos trabalhadores está com salários da ordem dos 4 350 escudos mensais.

DESPEDITOS NA HOTELARIA — Entre Janeiro e Setembro do ano corrente, foram despedidos no sector hoteleiro mais de 900 trabalhadores, revelou a Federação dos Sindicatos da Hotelaria, que acusa o Governo e as associações patronais do Algarve de se prepararem para «armazenar» mais 1 300 trabalhadores. Os Sindicatos do sector estão na firme disposição de continuar a luta contra a vaga de despedimentos que afecta sobremaneira dirigentes e delegados sindicais, «perante a colaboração, nuns casos, e a passividade noutros, verdadeiramente escandalosa do Ministério do Trabalho, a coberto da legislação antitrabalhadores que os pacotes 1 e 2 vieram instituir».

ASSEMBLEIA DOS SEGUROS — Inicialmente marcada para a última quinta-feira, dia 3, na «Voz do Operário», em Lisboa, a assembleia geral extraordinária do Sindicato de Trabalhadores dos Seguros do Sul, foi adiada para data a anunciar.

FISTAV APOIA OS DESPEDITOS DA RÁDIO E TV

Com uma posição inequívoca de apoio à reintegração dos trabalhadores despedidos por motivos políticos da RTP e RDP, terminou na última

sexta-feira, em Cascais, a reunião de três dias para a preparação do Congresso da Federação Internacional dos Trabalhadores dos Meios Audio-Visuais (FISTAV), que agrupa os sindicatos do sector dos países do Mercado Comum, Japão, União Soviética, RDA, Polónia e Finlândia.

Apesar dos esforços do Comité Executivo da FISTAV, cuja reunião em Portugal teve o apoio da CGTP-Intersindical Nacional e do Sindicato das Telecomunicações, o Governo e os responsáveis pela Rádio e Televisão não aceitaram dialogar com os dirigentes daquele organismo internacional que, no seu próximo Congresso, com a presença de 114 sindicatos de 55 países, levantará o problema dos trabalhadores despedidos no sector dos meios audiovisuais em Portugal.

Numa declaração aprovada

logo no primeiro dia dos trabalhos, o Comité Executivo da FISTAV lamentava, entretanto, que as promessas feitas pelo então presidente da RTP, em Dezembro de 1976, não tivessem sido cumpridas no que respeita à reintegração dos despedidos, «apesar de ser evidente que são trabalhadores honestos e profissionalmente qualificados».

Depois de lembrar que «na Europa Ocidental, por exemplo, se conseguiu que não exista nenhum trabalhador despedido da Televisão por motivos de ordem política», o Comité Executivo da FISTAV, «certo de exprimir a opinião de todos os seus sindicatos, ficaria satisfeito se a Comissão Administrativa da RTP e o seu novo presidente tomassem rapidamente as medidas para a reintegração dos 23 trabalhadores

despedidos e se as mesmas disposições fossem tomadas pelos responsáveis da RDP em relação aos despedidos desta empresa pública. Se estas medidas de bom senso fossem tomadas, seriam acolhidas por todos os trabalhadores da Rádio e da Televisão do mundo inteiro com um grande alívio, como uma vitória da razão», conclui a declaração da FISTAV, que, segundo declarações do seu secretário-geral, René Jannelle, reconhece no Movimento Sindical português «uma grande e proveitosa actividade dentro de um espírito de unidade indispensável». «O vosso Movimento Sindical» declarou ainda aquele sindicalista — é um dos mais avançados que conheço. Aqui as direcções sindicais só são controladas pelos interesses dos trabalhadores».

EFI: ÀS PROVOCAÇÕES NÃO SE RESPONDE!

Na sequência da desintervenção estatal na empresa do ramo metalúrgico «Eduardo Ferreirinha & Irmão», ocorrida há quase meio ano, vive-se uma situação que se tem agudizado no plano económico e social. Alguns locais do patronato têm montado diversas provocações visando a instauração de processos disciplinares e posterior despedimento de trabalhadores.

Neste momento, está a ser vítima daquele processo miserável, um delegado sindical a quem foi enviada uma nota de culpa que aponta

para o seu despedimento na base do Decreto-Lei n.º 841-C/76, um dos muitos exemplos das leis antioperárias promulgadas pelo Governo da direcção do Partido Socialista.

Denunciando os objectivos da repressão, o executivo da célula da EFI do PCP divulgou um comunicado sublinhando que os trabalhadores não permitirão que se iniciem os despedimentos há muito tempo planeados pelo patronato. Além disso, o documento alerta os trabalhadores da empresa para não embarcarem nas provocações montadas por alguns «chefes».

NUM ÚNICO VOLUME

Encadernado



Este importante livro relata o e o campesinato trabalhador da Rússia realizaram em Outubro de 1917, sob a direcção do Partido Comunista, a mais grandiosa Revolução do mundo, a marcha triunfante do Poder Soviético e as primeiras transformações revolucionárias no país.

Com a distribuição 670 páginas apenas 180\$00

Edições Progresso

HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO



Eleitos da FEPU do Norte**AMPLO DEBATE SOBRE UM ANO DE EXPERIÊNCIAS**

O Grande Encontro de Eleitos da FEPU dos distritos do Norte, que se realiza nos próximos dias 10 e 11 de Dezembro, no Palácio de Cristal, no Porto constará de comunicações livres, mesas redondas, cursos, entrevistas com os eleitos, exposição fotográfica e documental, culminando com um comício-festa aberto à população da cidade e arredores, de acordo com as informações fornecidas à Imprensa, na passada segunda-feira, por membros da Comissão Executiva da importante reunião.

No Encontro participarão todos os que as populações elegeram, em Dezembro de 76, para os órgãos das autarquias locais, através das listas da FEPU ou de listas propostas por grupos de cidadãos eleitores integrados no mesmo espírito unitário. Como convidados poderão tomar parte nos trabalhos membros das comissões e organizações que apoiaram e apoiaram aquelas listas, os que não chegaram a ser eleitos, membros das organizações populares e todos aqueles que, lado a lado com os eleitos do Povo Unido, lutam pelo progresso das suas terras.

Divulgando alguns aspectos relacionados com esta iniciativa da FEPU, os elementos da Comissão Executiva revelaram que as comunicações a apresentar consistirão em relatos muito breves e não deverão versar necessariamente apenas as experiências positivas acumuladas nas autarquias e nas iniciativas populares visando superar problemas locais.

A título de orientação para os participantes foram sugeridos os seguintes temas:

1. Habitação; 2. Melhoramentos locais (abastecimento de água e luz, estradas e arruamentos, equipamentos, etc.); 3. Limpeza e higiene local; 4. Transportes; 5. Assistência à criança e à 3.ª idade; 6. Saúde; 7. Fiscalização de preços e abastecimento público; 8. Animação cultural e desportiva; 9. Alfabetização e ensino; 10. Autarquias e problemas dos camponeses; 11. Problemas de unidade com os outros eleitos das várias forças políticas; 12. Obstáculos e dificuldades à acção das autarquias e dos eleitos (políticas, financeiras, de legislação, etc.); 13. Participação das organizações populares (comissões e associações de moradores, colectividades, cooperativas, outras associações populares, conselhos de aldeia) e outras organizações locais (bombeiros, p. ex.) e da população em geral na resolução dos problemas locais.

Estão previstas duas mesas redondas sobre «habitação e problemas locais» e «animação cultural e desportiva» em que podem participar eleitos e convidados, bem como cursos sobre legislação e acerca do planeamento local e regional, que terão a duração de 90 minutos cada um. Visando possibilitar a discussão ampla de diversos problemas da administração local entre os eleitos e os convidados, prevê-se a realização de uma ou mais entrevistas, em função do tempo e espaço.

O Encontro terá cinco sessões, com intervalos para refeição e descanso, das 9 às 24 horas, no primeiro dia e das 9 às 18 e 30 horas, no segundo. Durante os trabalhos, funcionará um serviço permanente de secretaria para recepção, orientação e apoio dos participantes, devendo aqueles que se deslocam de fora da cidade contactarem a organização a fim de lhes ser arranjado alojamento na noite de 10 para 11. Na sede da FEPU, à Rua de Santa Helena, 86-A, telef. 499776, funciona um serviço de informações.

FEPU no Algarve**CÂMARAS MUNICIPAIS IMPEDEM PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS SESSÕES**

É preocupante o curso que parecem tomar as medidas em relação ao Gabinete de Planeamento do Algarve — afirmou a Comissão Coordenadora Distrital de Faro da FEPU, numa conferência de Imprensa realizada anteontem naquela cidade. Segundo a FEPU, tais medidas correm o risco de redundar na desarticulação daquele Gabinete quando, pelo contrário, deveria ser utilizada toda a sua experiência e promulgadas os diplomas que lhe atribuísem a competência de planeamento de que nunca realmente dispôs.

A conferência de Imprensa da FEPU de Faro teve como objectivo divulgar um comunicado onde se desenvolvem as conclusões de um recente encontro dos eleitos da Frente nas autarquias algarvias, onde para além do balanço da actual situação foram analisados diversos problemas com que se debatem os órgãos de poder local.

Após uma breve referência às grandes dificuldades de funcionamento dos órgãos autárquicos, manietados pela obsoleta legislação fascista, e à urgência cada vez maior de que a Assembleia da República discuta os diplomas que institucionalizem a descentralização administrativa e financeira consagradas na Constituição (finanças locais e regiões), a FEPU passou

a referir-se a problemas específicos do Algarve.

Preocupante, por exemplo, é o acentuar de práticas de tipo presidencialista que, segundo aquela organização, se vêm claramente manifestar nas Câmaras Municipais algarvias, num total desprezo pelo carácter colegial dos municípios. E não menos preocupante também é o que se está a passar na Câmara de Monchique, a única do Algarve em que o PSD obteve a presidência.

O presidente da Câmara — denunciou a FEPU — tem vindo a assumir posições prepotentes que se revestem de carácter ilegal e anticonstitucional. Como colarinho de tais atitudes, permitiu-se demitir os dois vereadores do PS por alegada falta de competência a duas reuniões da CM, para o que a lei não lhe confere quaisquer poderes.

A situação nesta Câmara — prossegue a Frente — e o que está a acontecer com as Assembleias de Freguesia do mesmo concelho, onde o PSD tem a maioria ou predomina, comprova que o Monchique este partido continua a recusar uma prática democrática.

A Comissão Coordenadora Distrital de Faro da FEPU exige que a legalidade democrática e o respeito pela Constituição sejam rapidamente repostos, para bem da população daquele concelho. Por outro lado, também não pode aceitar o comportamento das Câmaras algarvias que, na prática, continuam a impedir a participação popular nas suas reuniões públicas, seja pelos horários estabelecidos para as mesmas, seja não reservando nelas um período específico para a intervenção dos municípios.

Referindo-se à entrada em vigor da nova Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, a Frente salientou a importância da institucionalização dos Conselhos Municipais e Assembleias Distritais.

A Frente tudo fará — afirmou — para que os Conselhos Municipais traduzam o esforço conjunto de todos os trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais na resolução dos problemas concretos da colectividade. Da capacidade de diálogo e de entendimento das forças populares dependerá que em cada concelho o Conselho Municipal seja a expressão dos sectores actuais na construção do Portugal democrático.

Por outro lado, no que se refere à Assembleia Distrital, considera-se que, da fidelidade com que os seus membros forem capazes de transmitir quer os anseios da população quer as opiniões democraticamente discutidas nos respectivos órgãos,

dependerá que ela venha a ser um contributo vivo e autêntico para a solução dos problemas das populações do distrito e não apenas um local de confronto de interesses pessoais de qualquer tipo.

A situação da Comissão Regional de Turismo do Algarve (CRTA) é também analisada no comunicado apresentado pela FEPU. Nele se afirma que, sem prejuízo da reestruturação global da CRTA, que deve caber à Assembleia Regional, é urgente que as autarquias municipais tenham participação maioritária, através de representantes eleitos democraticamente, nas suas decisões, nomeadamente no que se refere à definição da política de turismo, das iniciativas próprias e dos subsídios a conceder.

Debruçando-se em seguida sobre a participação das organizações populares de base territorial nos órgãos autárquicos, a Frente compromete-se a desenvolver todos os seus esforços para que lhes sejam reconhecidos na prática os direitos que a Constituição e a lei determinam, nomeadamente a sua audiência nas decisões e participação em obras locais.

Muitos outros aspectos são ainda abordados no extenso documento: saneamento básico (com destaque para a importância de uma equilibrada gestão das águas, num momento em que o equilíbrio ecológico está em perigo); electrificação rural; urbanismo e política de solos; apoio a iniciativas populares, com especial relevo para a habitação; distribuição de pelouros e reestruturação dos serviços.

Em relação a este último aspecto, a FEPU avançou com a proposta de formação de diversos novos serviços, nomeadamente a criação de centros de contabilidade, serviço de património; serviços municipais de habitação; serviços de planeamento e ordenamento e ainda dos serviços de projectos e obras.

Contudo, como foi salientado, só com a manutenção do máximo número de vereadores a tempo inteiro será possível levar à prática o importante trabalho que as autarquias têm a realizar.

Realizou-se no passado sábado, em Portimão, um plenário de eleitos e candidatos da FEPU nas autarquias dos concelhos de Lagos, Portimão e Monchique. A ordem de trabalhos foi preenchida com o debate da metodologia dos planos de obras para 1978 e a reestruturação dos serviços das Câmaras Municipais.

A FEPU vai realizar novas reuniões dos seus eleitos e candidatos em Olhão e Faro, amanhã e sexta-feira, respectivamente.

Por proposta da FEPU**AMNISTIA PARA OCUPAÇÕES**

Por iniciativa da Frente Eleitoral Povo Unido, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou na sua última sessão pública uma proposta a apresentar à Assembleia da República solicitando uma amnistia para os casos de ocupação de habitações ocorridos entre Abril de 1975 e Dezembro de 1976.

A proposta, apoiada pelos vereadores socialistas, não encontrou contudo qualquer apoio por parte dos representantes do PPD/PSD e do CDS. O que não deixa de ser curioso, na medida em que estes dois partidos aprovaram por outro lado uma moção (subscrita pelo CDS) sobre o aumento da criminalidade em Lisboa, exigindo medidas adequadas por parte do Governo, para garantir condições mínimas de tranquilidade. Ocorre-nos

perguntar se os referidos partidos, que tão preocupados estão com a «tranquilidade», já alguma vez terão meditado na «tranquilidade» em que vivem milhares de famílias que não têm casa e na de outros milhares ameaçados de serem lançados à rua?

Mas o pedido de amnistia para os casos de ocupação de habitações foi aprovado. Esperemos agora que na Assembleia da República os deputados socialistas sejam coerentes e aprovelem esta

medida, a todos os títulos justa, que mais do que tranquilidade irá trazer a milhares de famílias o reconhecimento do direito à habitação, que a Constituição consagra.

Mas voltando à proposta do CDS e à instabilidade social motivada pelo aumento da criminalidade, não se poderá deixar o assunto sem sublinhar que o CDS se «esqueceu», como aliás frisou Silva Graça ao justificar a abstenção da FEPU, que a instabilidade se deve principalmente a actividades fascistas, proibidas pela Constituição, as quais já deveriam ter sido objecto de medidas por parte do Governo. E neste aspecto o CDS é o último a poder atrair pedras... Tem telhados de vidro!

Alinda durante o período de antes da ordem do dia, a FEPU apresentou uma outra moção em que alertava os responsáveis para a urgência da institucionalização, das regiões administrativas, que a Constituição consagra, e sem as quais não haverá uma efectiva descentralização. Verificando-se empate na votação, a moção viria a ser rejeitada através do voto de

qualidade do Presidente da Câmara, Aquilino Ribeiro. Atitude deveras estranha, na verdade, se tivémos em conta que Aquilino Ribeiro (Presidente da Câmara e deputado à Assembleia da República) é militante do PS, partido que aprovou a Constituição.

De salientar também a decisão, da maior importância, de destinar as verbas provenientes da utilização dos terrenos do Aeroporto da Portela ao realojamento condigno das famílias que vivem em barracas situadas ali próximo.

O acerto desta decisão viria aliás a ser confirmado pelas intervenções dos municípios, no final da reunião, que se centraram sobretudo em torno do direito à habitação. Falando das diversas questões relacionadas com a habitação, desde a (não) recuperação de fogos degradados até às carências habitacionais, passando pelos despejos, os municípios lisboetas deixaram bem claro a gravidade da situação a exigir cada vez mais imperiosamente medidas que não sejam remédios que já nada podem remendar.

CONTINUA A LUTA CONTRA OS DESPEJOS

A luta contra os despejos, pelo direito à habitação, continua.

Conseguida a prorrogação em noventa dias do Decreto n.º 294/77, uma das reivindicações do caderno reivindicativo aprovado no plenário realizado em Outubro, no Teatro Vasco Santana, em que participaram 34 comissões de moradores, 25 elementos de juntas e assembleias de freguesia e 140 «ocupantes», o processo passa agora a uma nova fase: conseguir a entrevista já por duas vezes pedida (sem qualquer resposta) ao ministro da Justiça.

Como se afirma no comunicado emitido pela Comissão de Luta contra os despejos, eleita no plenário do mês passado, a prorrogação do prazo previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto n.º 294/77 impunha-se, porque além de desumano e arbitrário ele era também injusto e não resolvia de forma nenhuma tão grave problema como o alojamento de milhares e milhares de famílias.

Contudo, sublinha o documento, esta vitória não

deve amolecer os ânimos dos ditos «ocupantes». A entrevista solicitada ao Ministério da Justiça, conforme foi aprovado no caderno reivindicativo, tem por objectivo apresentar um projecto-lei de alteração ao que actualmente vigora e foi prorrogado. Por que razão rejeita o titular do Ministério da Justiça ouvir os representantes das pessoas directamente atingidas por tal legislação?

Será que num Estado democrático não se reconhece às massas populares o direito de se pronunciarem sobre os problemas que as afectam?

Ou será que o famigerado decreto sobre os despejos é tão indefensável que nem os seus autores (ou os que o apoiam) têm quaisquer argumentos para o defender?

Mas as dificuldades que a Comissão de Luta contra os despejos enfrenta não conseguem fazê-la desistir dos justos objectivos que prossegue. O próximo passo será o contacto com os grupos parlamentares da Assembleia da República, que não poderão ficar alheados de tão grave problema.



É urgente pôr termo à vaga de despejos

Moita**COMBATE À HABITAÇÃO CLANDESTINA**

O município da Moita, à semelhança do que vem sendo feito em muitas outras autarquias de gestão democrática, está a dedicar a máxima atenção ao problema da habitação clandestina. Na última sessão da sua Assembleia Municipal, a respectiva Comissão Permanente do Planeamento e Habitação, Urbanismo e Ambiente apresentou um estudo sobre o assunto e avançou com propostas que estão já sendo levadas à prática.

Não obstante a consciência de que uma Câmara democrática, mesmo com o apoio de todos os seus órgãos autárquicos, não poderá por si só resolver tão grave problema, dada a extensão, complexidade técnica e exigência de recursos que o mesmo acarreta, a Assembleia da Moita considerou necessário criar condições que permitam uma intervenção directa das autarquias, ao abrigo das leis em vigor.

Assim, foi deliberado constituir o Corpo Técnico Camarário, que brevemente começará a funcionar em conjunto com a Comissão de Planeamento da Assembleia e o seu Grupo de Apoio, avançando imediatamente com a inventariação de todos os levantamentos topográficos e outros estudos existentes, relativamente aos bairros clandestinos.

Das decisões tomadas salienta-se também a de criar as condições necessárias para garantir uma fiscalização eficaz e constante, de modo a permitir o controlo das situações e a imediata intervenção da Câmara, actuando rigorosamente contra os loteadores clandestinos, na base das leis em vigor e em conformidade com cada caso, podendo mesmo a propriedade loteada vir a ser declarada de utilidade pública, expropriada ou tomada a sua posse administrativa.

Foi ainda aprovado fazer a inventariação de todos os terrenos com boas condições urbanísticas próximo dos bairros clandestinos e proceder à sua aquisição segundo as normas legais, com vista à criação de oferta a futuros interessados na construção de habitação própria em condições não especulativas e controladas pelos serviços camarários, com prioridade para as cooperativas de habitação.

A população do município da Moita não poderá alhear-se do esforço que os seus órgãos autárquicos estão a desenvolver para a resolução de tão grave problema. A sua participação activa é indispensável e fundamental para que o direito à habitação condigna seja mais alguma coisa do que um simples articulado da Constituição.

PCP propõe**BALDIOS GERIDOS PELAS POPULAÇÕES**

Considerando que a gestão directa e autónoma dos baldios pelas comunidades locais é uma das grandes e constantes reivindicações históricas dos povos, que o 25 de Abril permitiu transformar em importante conquista, consagrada na lei, reconhecida e garantida como o direito pela Constituição da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou na Assembleia da República um projecto de lei de revogação do artigo 109.º da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais.

Recorde-se que o articulado do referido artigo estabelece que a definição das coisas comuns, designadamente baldios e outros bens de logadouro comum, pertence à Assembleia Municipal ou à Assembleia de Freguesia, consoante se trata, respectivamente, de coisas municipais ou de coisas de freguesia, competindo a sua administração aos respectivos órgãos executivos autárquicos.

Conforme se salienta no preâmbulo do projecto de lei agora apresentado pelo PCP, o artigo da Lei 79/77, se levado

às suas últimas consequências, viria a retirar a gestão directa dos baldios a comunidades que a exercem desde tempos imemoriais e ainda a outras comunidades que tinham sido espolidos no tempo da ditadura fascista e que voltaram a exercê-la em aplicação dos Decretos-Leis 39/76 e 40/76.

Considerando que a discussão e votação do articulado do artigo 109.º se processaram praticamente sem debate (não obstante se tratar de uma opção de fundo que afecta os destinos de milhares de compartes), apresentada inesperadamente e pela primeira vez pelo PSD e o CDS, entre a votação das «formalidades dos requerimentos de convocação de sessões extraordinárias» das assembleias autárquicas e a definição da entidade a quem cabe, nas Regiões Autónomas, o desempenho das funções atribuídas aos governadores civis do Continente, o Grupo Parlamentar do PCP procura através deste projecto de lei de revogação salvaguardar os interesses dos povos, a cuja vontade organizada deve caber a gestão dos baldios.

CAMARADAS FALECIDOS

BERNARDINO GALVÃO

Foi com profundo pesar que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada Bernardino dos Santos Galvão, ocorrida no passado dia 31 de Outubro.

Contava 45 anos e pertencia à célula do PCP na Guérin. No seu funeral, que se realizou no dia 1, incorporaram-se, além dos familiares, vários companheiros de trabalho e militantes comunistas.

MARIA AFONSO

Faleceu recentemente a militante comunista Maria Teresa Afonso, mãe do camarada Flórida Afonso, membro da Comissão Concelhia de Portimão do PCP. No último adeus à comunista

desaparecida — impressionante manifestação de pesar — estiveram presentes dezenas de familiares, amigos e camaradas.

ANTÓNIA FARRACHA

Também recentemente, faleceu a camarada Antónia Farracha, companheira do camarada Joaquim Farracha, velho militante comunista, residente em Olhão.

Aos familiares e amigos dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todos os militantes comunistas, apresenta sentidas condolências.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL**Encontro da FEPU em Évora**

Realizar-se-á nos princípios do próximo ano, em Évora, um Encontro Regional dos Elementos da FEPU das Autarquias do Alentejo.

Num comunicado divulgado a propósito pela Comissão Organizadora, afirma-se que com o Encontro se pretende fazer um balanço da actividade desenvolvida desde as eleições e, criticamente, adiantar soluções para o aperfeiçoamento da intervenção da FEPU a fim de corresponder às aspirações das massas populares, nomeadamente através da reactivação da participação não só de todos os elementos afectos à FEPU em exercício nos diversos órgãos autárquicos, como também da população em geral.

Numa reunião preparatória efectuada no passado sábado, em Évora, a Comissão Organizadora decidiu condenar a ofensiva do Governo que, aliado às forças de direita, põe em causa a Reforma Agrária, a intervenção estatal nas empresas, o controlo operário e demais conquistas dos trabalhadores.

O desenfreio agravamento da repressão, através do ataque que tem vindo a ser feito à liberdade e integridade física dos cidadãos, foi igualmente repudiado por aqueles elementos da FEPU que sublinharam vigorosamente o seu empenhamento na defesa da Constituição e do ideal de Abril nela consubstanciado.

A unidade impera na Assembleia de Lagos

Por proposta da FEPU, aprovada por unanimidade, a Assembleia Municipal de Lagos vai proceder a um debate sobre a Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, antes da sua entrada em vigor.

Na moção aprovada foi igualmente decidido manifestar à Assembleia da República e ao Governo a necessidade da urgente discussão de diplomas legais visando a descentralização administrativa e financeira, locais e regionais, como consagra a Constituição.

Ainda por proposta da FEPU, a Assembleia deliberou por unanimidade requerer à Câmara Municipal informações sobre as diligências efectuadas, de acordo com uma resolução anterior, no sentido de apoiar energeticamente junto da Secretaria de Estado das Pescas, a concessão de financiamento e respectiva licença de pesca à Cooperativa de Pescadores Lacobrigense.

Também por unanimidade, foi aprovada uma outra moção, apresentada por um vereador socialista, exigindo solução imediata para a utilização e funcionamento da Escola Secundária de Lagos, com quatro salas de aulas destruídas pela chuva. A moção foi enviada à Direcção das Construções Escolares de Évora.

A Assembleia Municipal aprovou igualmente por unanimidade uma proposta da FEPU, manifestando o seu desacordo pela forma como organismos do Governo continuam a actuar sem consultar as populações e os seus órgãos autárquicos. A proposta vem no seguimento das obras que se estão a realizar na Estrada Nacional 125, de Lagos a Portimão, que deverá continuar a atravessar a povoação de Odeáxere; é precisamente este aspecto que merece a discordância daquele órgão autárquico pois, segundo afirma, os atropelamentos sucedem-se constantemente. A proposta exige o desvio da referida estrada, a fim de impedir a ocorrência de mais acidentes.

Vereadores de Coruche**abdancam de subsídios**

Todos os vereadores da Câmara Municipal de Coruche decidiram abdicar das verbas correspondentes às serinas de presença, entregando as respectivas importâncias para os bombeiros e obras municipais.

Também o presidente da Câmara e o vereador a tempo inteiro, ambos da FEPU, decidiram atribuir a diferença entre a importância que lhes cabe ao serviço do município e os salários que recebiam nas respectivas actividades profissionais, a obras a realizar no concelho, nomeadamente a electrificação das Escolas Primárias de Coruche, Couço e Sta. Justa.

Bombeiros de Agualva comemoram aniversário

Os Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém comemoram no próximo domingo, dia 13, o seu 46.º aniversário.

Das cerimónias, que contam com a participação de diversas corporações de bombeiros, destacam-se a romagem ao túmulo dos elementos mortos no cumprimento da sua missão e a sessão solene, onde serão distinguidos os associados com 25 anos de inscrição. As comemorações encerrarão com um baile de convívio para todos os sócios.

C. Moradores unitária no Bairro Janeiro

No Bairro Janeiro, na Amadora, realizaram-se recentemente eleições para a respectiva Comissão de Moradores, a que concorreu uma única lista, unitária, que veio a ser eleita por 206 votos de um total de 211 votantes.

Do programa de acção da nova Comissão de Moradores salienta-se a firme disposição de acompanhar e participar nas actividades dos órgãos autárquicos do concelho; de prosseguir na luta por uma habitação condigna para todos os moradores; de desenvolver todos os esforços para melhorar a rede de transportes e procurar resolver os graves problemas de saneamento básico.

A Comissão de Moradores do Bairro Janeiro propõe-se igualmente mobilizar a população para a prática do desporto e incrementar as iniciativas culturais e recreativas.

A ponte da Ameixoeira

Segundo informa o último número do Boletim da Lista Unitária da Ameixoeira, parece que nesta freguesia de Lisboa não se faz uma obra sem que fique alguma coisa por acabar. São as escadas de acesso que ficam por fazer, os tapumes que não se tiram, os previstos espaços ajardinados que o não são e se transformam em lixeiras, etc., etc. Caso flagrante deste estado de coisas é a existência de uma ponte (?) improvisada, de madeira, que há dez anos (!!) serve de acesso ao prédio 45. Para além do autêntico risco que a mesma representa para os moradores (e sobretudo para as crianças) involuntariamente transformados em «Tarzans» do século XX, regista-se que a tubagem da água e do gás da Companhia se encontra a descoberto debaixo da referida ponte, num perigo constante para todos os moradores. Quem são os responsáveis por este estado de coisas?

Mas nem tudo vai mal na Ameixoeira. Por iniciativa da Comissão de Moradores, que para além de denunciar os problemas existentes vai tentando resolver o que está ao seu alcance, estão já em fase de arranque os cursos de alfabetização e as turmas de 4.ª classe para adultos. Os resultados dos anos anteriores, mais concretamente dos dois últimos anos, são animadores. Assim, mais de duas dezenas de moradores puderam concluir com aproveitamento os seus exames de 2.º grau, graças a esta importante iniciativa. O interesse e entusiasmo de todos permitirão certamente alcançar este ano ainda melhores resultados.

E por que o convívio dos moradores é também uma forma de cimentar a unidade, a Comissão de Moradores vai realizar o tradicional magusto, no próximo fim-de-semana. Não é de faltar. O programa promete castanhas, água-pé e febras de porco limpinhas e sem osso!

SE NÃO É SABOTAGEM, ENTÃO O QUE É?

«Agrários absentistas?! É coisa que não existe no país! Terras, dadas como reservas, ao abandono? Quem afirma tal enormidade? Trabalhadores debatendo-se com diversas formas de sabotagem económica às UCPs? Outro disparate! Falta de sementes comprometendo o êxito das sementeiras? Quem inventou esta? Pequenos e médios agricultores em sérias dificuldades? Como é possível se o Governo PS e nomeadamente o MAP tem um carinho tão grande por esta classe...

Estes indignados protestos seriam a resposta, por exemplo, de um Seruca a quem se colocassem as interrogações expostas acima. Mas quem ler declarações do ministro Barreto, as notas do MAP, ou os discursos de determinados governantes nem sequer chega a colocar tais questões. Porque das duas uma: ou está minimamente esclarecido para saber que o que o MAP diz é letra morta em termos de verdade dos factos ou encontra-se tão alheio aos acontecimentos que acredita que no reino sob alçada do senhor Barreto tudo vai pelo melhor dos mundos: nem absentismos, nem terras ao abandono, as sementes foram distribuídas a tempo e horas, sabotagem económica foi coisa que já deu vuvas...

Tais certezas não resistem ao menor confronto com os factos. Vejamos:

Pois se não há agrários absentistas como se justifica a existência de tantas terras ao abandono? Se não há agrários absentistas porque razão em tantas terras dadas como reserva as colheitas não foram feitas, os alqueives não se encontram preparados? Fazendo-nos eco das informações dadas na II Conferência da Reforma Agrária já publicámos uma longa lista de terras em condições de total abandono ou de subaproveitamento. Para se ter ideia do nível que atinge esta situação (em si própria uma forma de sabotagem económica à produção agrícola e por isso mesmo à economia nacional) citemos o caso do concelho de Odemira onde se encontram as seguintes terras abandonadas:

- **Freguesia de Milfontes:** Aivados com 500 ha; **Freguesia de Vale de Santiago:** Courelas do Pardieiro com 200 ha, Água Branca com 700 ha cujo rendeiro aproveita apenas 30 ha, Casa Velha com 2 partes não ocupadas com 300 ha; **Freguesia de Colos:** Murteirinha com 500 ha, Viameiro

com 130 ha, Arrabaça com 130ha; Pego do Seix e anexas com 600 ha; **Freguesia de Relíquias:** Carrasqueira com 120 ha, Represa com 80 ha; **Freguesia do Salvador:** Fetais do Baixo e Ameixiais da Rocha com 320 ha; **Freguesia de S. Luís:** Vidigal com 450 ha, Valguilhão com 500 ha, Quintas com 370 ha, Vargérias com 700 ha, Despada com 150 ha, Cerro de Oiro com 170 ha, Descabelada com 470 ha, Reguengo com 900 ha; **Freguesia de S. Teotónio:** Moita Velha com 400 ha, Moinho Porto da Silva e Casas Novas com 100 ha. No total: mais de 10 000 hectares de terras abandonadas ou subaproveitadas.

Mas o MAP diz que não há agrários absentistas... Poder-se-á, de facto, chamar a estes agrários «intervencionistas» na gigantesca operação de sabotagem económica que desde o 25 de Abril de 1974, com menor ou maior intensidade, jamais deixou de estar em curso. Assim também o agrário Manuel Barbas de Campo Maior, proprietário da herdade do Monte da Eira, (junto à Barragem do Caia na estrada para Santa Eulália), que deixou estragar uma produção de dez hectares de girassol e que mantém as suas terras improdutivas há cerca de um ano, será um «intervencionista»... O mesmo se passará em relação ao agrário, sobrinho de Manuel Pereira Lopes, o maior latifundiário do concelho de Serpa, que, mandou largar as suas ovelhas numa cultura de feijão frade e herdade do Vale do Rei, que estava calculada numa produção de três mil litros.

Deste tipo de «intervencções» não são apenas réus os agrários sedentos de destruição das UCPs e do processo político-social que lhes deu origem. Sob o beneplácito do MAP, outras intervenções custam caro não apenas aos trabalhadores da Reforma Agrária mas a todo o povo trabalhador e à economia nacional. Como

por exemplo, a «intervenção» da Intendência da Pecuária de Serpa que não permite que 190 leitões da UCP «Estrela do Guadiana», (sem possibilidades de manter os leitões porque tem o crédito agrícola cortado há meses e não dispõe de farinhas), sejam transferidos para a UCP «Ou Vai ou Racha» que ofereceu as pastagens para a criação dos porcos. Ou, por exemplo, a «intervenção» dos veterinários da mesma Intendência que se negam a prestar assistência ao gado da herdade da Abóboda, Monte Novo e Anexas, integrada na UCP «Alvorada na Aldeia» da Aldeia Nova de S. Bento. E já agora como classificar o facto de 7300 toneladas de aveia para semente terem permanecido encaalhadas no Mar da Palha, em plena época das sementeiras, enquanto os trabalhadores nos campos aguardam as sementes? Como classificar a morosidade dos serviços do MAP, concretamente do Instituto de Cereais, em resolverem o problema de transporte e de armazenamento das respectivas sementes, sabendo-se, aliás, que um dos navios chegou há cerca de duas semanas e o outro há mais de oito dias, e que o Estado português terá de pagar 90 contos de indemnização por cada dia de atraso no descarregamento?

E como classificar o carinho que o MAP diz ter pelos pequenos e médios agricultores quando, por exemplo, os deixa à completa mercê dos intermediários permitindo que 2500 destes senhores se encontrem inscritos na lista de espera para abate de gado o matadouro do Porto com o único objectivo de obrigar os produtores impossibilitados de aguentar tais esperas, a venderem-lhes o gado a «tuta e meia»?

Depois destes exemplos, diga o leitor: se estas «intervencções» não são sabotagem económica, então como chamar-lhes?



Na 2.ª Conferência da Reforma Agrária, os trabalhadores agrícolas apontaram factos, deram exemplos, desmontaram a política do MAP e do Governo. Até à data, ninguém conseguiu desmenti-los. Nem conseguirá

A VOZ DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

A voz dos pequenos e médios agricultores fez-se ouvir, com insistência, na 2.ª Conferência da Reforma Agrária. Não se conteve no barracão onde decorriam os trabalhos da secção relativa à sua aliança com os trabalhadores das UCPs, mas transvazou para todas as outras secções, para além do período de trabalhos, fez-se ouvir, no terreiro, junto ao restaurante improvisado, fez-se ouvir nas ruas de Évora, cidade à qual grupos de trabalhadores deram, durante dois dias, uma fisionomia diferente, ecoou nas tabernas onde petiscaram depois das manhãs de trabalho e pelas sombras das árvores às quais se abrigaram os que tinhamido prevenidos com farnel.

Esta voz que assim se fez ouvir, sem tibiezas, cansada do silêncio de longos e duros anos, é cada vez mais uma voz que exprime a urgência da melhoria das coisas, uma voz que manifesta já o sentimento da necessidade vital da unidade com os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas.

Desta voz que se ouviu, desta voz que jamais se calará, ficam aqui alguns depoimentos:

Agricultores de Vale de Vargo não querem ser «enfeitados»...

«Onde estão as promessas feitas aos camponeses pelo PS durante a última campanha eleitoral? Se não fosse a ajuda da UCP «Flor do Alentejo», nós este ano ficaríamos sem trigo e sem adubo e já teríamos ficado este ano sem poderemos ceifar a seara se a UCP não nos tivesse emprestado as máquinas.

Onde está a garantia do Governo ao escoamento dos nossos produtos? Onde está o crédito a longo prazo? O Governo que encheu a boca com o nome dos pequenos agricultores para lhes caçar o voto, o que faz agora? Para o Governo os pequenos agricultores não passam de uns enfeitados. Se dissermos que 13 pequenos agricultores em conjunto vão semear este ano 6 280 kg de trigo e 2 240 kg de aveia e é com bastante sacrifício que o vão fazer, podemos perguntar onde estão as promessas do Governo. Por isso, nós exigimos, em primeiro lugar, a anulação da actual Lei do Arrendamento Rural e depois:

- Liberdade total para nos organizarmos e que sejam

expulsos todos os funcionários corruptos e reaccionários existentes nos grémios e departamentos oficiais ligados à lavoura;

- Que nos sejam facilitadas ao máximo as condições legais para nos organizarmos;

- Que sejam reduzidas as taxas de juros para os créditos de investimentos agrícolas e concedido indiscriminadamente o crédito agrícola a todos os pequenos camponeses;

- Que sejam atribuídas condições de formação e de desenvolvimento das cooperativas de pequenos agricultores;

- Que sejam transformados os ex-grémios em cooperativas de comercialização dirigidas por pequenos agricultores e trabalhadores rurais e que seja criado um seguro agrícola.

250 famílias da Amareleja querem semear e a terra não dá

«Na Amareleja, existem terras e vinhas abandonadas, no entanto, nós, pequenos camponeses, queremos semear e não temos terra. Sentimos vergonha quando olhamos para um governo que prometeu olhar um pouco por nós, quando afinal nos estava enganando, só para nos caçar o voto. Onde está o crédito a longo prazo e com juros baixos para podermos semear mais, para podermos comprar máquinas e fazer instalações? O que pensa o Governo das largas centenas de hectares de terras abandonadas? Onde estão os canais de escoamento para os poucos produtos que ainda conseguimos produzir? Será caso que os canais de escoamento que o Governo criou sejam, por exemplo, canais como o da Cooperativa Moura e Barrancos, (que roubou o ano passado cerca de 3\$00 em cada quilo de azeitona que comprou e se tivermos em conta que deve ter comprado mais de um milhão de quilos, podemos ficar com uma ideia de quanto este organismo da CAP embolsou à custa do trabalho dos camponeses)? Onde está a assistência médica e medicamentosa e a reforma tão prometida pelo Governo nas campanhas eleitorais? Quais as medidas que o Governo tomou nesse sentido? Ao menos senhor Mário Soares venha ver os camponeses a quem tão demagogicamente enganou,

A LUTA NOS CAMPOS

668 ovinos tirados à UCP «Catarina Eufémia»

O CRRA de Évora ordenou outro esbulho aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas. Desta vez foi atingida a UCP «Catarina Eufémia» de Portel à qual foram retirados 668 ovinos. A operação fez-se sob a cobertura de elementos da GNR transportados em nove viaturas. Este rebanho assim extorquido foi parar às mãos de um agrário, José de Matos Torres, outrora proprietário da Herdade do Marco integrada nesta UCP. A ilegitimidade salta de tal modo à vista que o próprio representante do agrário chamou a atenção para o facto de estar a receber animais mais novos do que os deixados pelo antigo proprietário. Ao representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora que compareceu no local foi vedada a participação nas conversações sobre a entrega do gado.

É esta a abertura ao diálogo do senhor ministro Barreto, é esta uma das manifestações da «boa vontade» do MAP?

A quem serve um lagar fechado?

Continua encerrado o lagar retirado à UCP «Alvorada na Aldeia», da Aldeia Nova de S. Bento, e entregue ao agrário Bartolomeu Louro Rodrigues, segundo ordens do MAP, executadas com o apoio da GNR. Este estado de coisas não prejudica apenas directamente os trabalhadores da «Alvorada na Aldeia» mas também os pequenos e médios agricultores, alguns dos quais têm o seu azeite armazenado no referido lagar, que utilizavam beneficiando de descontos concedidos pela UCP.

O lagar fechado serve apenas os desígnios da reacção e das forças com ela aparentadas. Mas, na medida que sofrem na sua luta por uma vida melhor os efeitos de mais esta medida injusta do MAP, os pequenos e médios agricultores compreendem com maior clareza até que ponto o ataque às UCPs representa piores dias para si próprios.

Preço da batata continua a dar que falar

Cerca de 80 agricultores da freguesia de Campeã convocados pela Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Vila Real reuniram-se recentemente e protestaram contra o preço de garantia fixado em 5\$20 por quilo de batata à produção, exigindo que o pagamento seja de 100\$00 por arropa. Pequenos e médios agricultores de outras zonas projectam reuniões sobre o mesmo assunto pois, na realidade, dado o grande aumento dos produtos fundamentais para a produção agrícola (desde o aumento do adubo, ao aumento do gasóleo) não consideram o preço fixado compensador.

Deixem cultivar as terras em paz!

O Grupo Unitário de Mulheres de Alfama numa moção enviada aos órgãos do Poder manifesta o seu protesto «contra a agressão feita pelas forças militarizadas aos trabalhadores da Reforma Agrária e contra a entrega ilegal de terras aos agrários absentistas» e termina apelando: «Deixem os trabalhadores cultivar as terras em paz, para que assim seja garantido a todos os portugueses o pão para comerem.»

Dois anos de vida da UCP «Muralha d'Aço»

«É motivo de grande orgulho para quem nela trabalha e para todos os que apoiam a política praticada no Alentejo, pelos obreiros da Reforma Agrária, a passagem do 2.º aniversário da UCP «Muralha d'Aço» de Marmelar, Vidigueira, que foi festejado nos passados sábado e domingo». Para a organização da festa foi constituída uma Comissão Nacional formada pelos trabalhadores da UCP e por trabalhadores de outros sectores. Assinalando a passagem do segundo ano da existência da UCP «Muralha d'Aço», os trabalhadores pensam ainda, e como sempre, levar à prática um projecto de cuja concretização resulte a melhoria das condições de vida da população rural: a construção de uma creche. Por isso, e porque as dificuldades com que se debatem são enormes apelam a todos os que possam colaborar que o façam com materiais, grupos de trabalho, dinheiro ou de qualquer outra forma.

Herdade da Abóboda devolvida ao Estado

Por decisão do MAP, passou para a administração do Estado a herdade da Abóboda, Monte Novo e Anexas, que pertenciam à UCP «Alvorada na Aldeia», de Aldeia Nova de S. Bento.

A herdade agora entregue ao Estado, por reivindicação deste, havia sido oferecida à UCP pelo Instituto de Reorganização Agrária, em Novembro de 1975. Aquando da devolução, a que presidiram cerca de 300 elementos da GNR com grande aparato bélico, os técnicos do CRRA pretendiam apenas conservar os trabalhadores que já eram efectivos na herdade em Novembro de 1975, deixando os restantes 103 (admitidos como eventuais pela UCP e mais tarde passados a efectivos) sem quaisquer garantias. A unidade dos trabalhadores não permitiu que tal acontecesse, após negociações com a Comissão Administrativa nomeada pelo Estado para a herdade, os 103 trabalhadores acabaram por ser readmitidos.

O QUE DIZ A REACÇÃO E O QUE DIZEM OS FACTOS

A reacção diz que nas mãos dos trabalhadores, o custo de preparação de um hectare de terra aumentou muito em relação ao tempo dos agrários.

A reacção diz e, pelo menos, por uma vez, as suas palavras correspondem aos factos. Só que a reacção, fiel ao seu papel, deixa no ar a ideia de

que este aumento de custo de preparação da terra seria devido à incompetência dos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas.

Os factos provam que o custo de preparação de um hectare de terra aumentou para todos: trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas, para pequenos

e médios agricultores e para os agrários. Só não aumentou para os agrários absentistas que hoje como ontem continuam deixando as terras ao abandono. Na realidade, o que se passa é que, no modesto prazo de um ano, o custo de preparação de um hectare de terra aumentou consideravelmente. A este respeito, declara um trabalhador da «Unidade Camponesa», União das Cooperativas de Setúbal:

«A política perfeitamente catastrófica seguida por este Governo motivou um aumento no gasóleo de 93\$00 em apenas 10 meses, um aumento de 5\$50 em saco de adubo de 50 quilos e um aumento em litro de óleo de 4\$90. No aumento do preço das máquinas nem é bom falar; bastará lembrarmo-nos que um tractor de 60 cav. custava há um ano 235 000\$00 e que neste momento ultrapassa os 400 000\$00. Para cúmulo todas estas medidas tendem a agravar-se pois, no passado dia 18 de Outubro, no Decreto-Lei n.º 203/77, dá-se mais um agravamento de 10% sobre a taxa de comercialização dos adubos em benefício dos comerciantes e já se fala insistentemente num terceiro pacote de medidas de austeridade, imposto pelo Fundo Monetário Internacional, com novo aumento de combustíveis.»

Quanto aos outros seis casos, quem quiser aproveitar um belo fim-de-semana e dirigir-se a Serpa, a Vila Alva e a Quintos pode perguntar à população como se encontravam a 27 de Setembro as reservas dadas a agrários há longos meses... Quem fizer esta pergunta ficará ainda a saber que poucos dias após as declarações de Álvaro Cunhal, os agrários das respectivas reservas devem ter recebido um sopro mágico pois caíram nas «suas» «terras» numa azáfama nunca vista... Ao que consta, o primeiro a «mexer-se» foi o reservatório da herdade do Corte Piominho que havia sido extorquida à UCP «Pioneiros da Reforma Agrária» em Quintos. Nesta herdade com 270 hectares, que o agrário não havia alqueivado, não havia cuidado da horta e onde se podia ver erva que subia por cima das árvores (apenas lá trabalhavam dois homens «metidos» há pouco tempo), aproximadamente no dia 30 de Setembro, agrário, «parentes» e «engajados» iniciaram um trabalho hercúleo de modo a ter as terras «apresentáveis» quando a nota oficiosa do MAP viesse a lume ou seja, repetimos, 31 dias após Álvaro Cunhal ter concedido a entrevista ao programa «Mosaico».

Mas, pelos menos desta vez, sucedeu esta maravilha sem par na história do MAP o senhor ministro Barreto pôs os agrários a trabalhar...

O MAP ATÉ PÔS AGRÁRIOS A TRABALHAR...

No dia 27 do passado mês de Setembro, o secretário-geral do PCP, o camarada Alvaro Cunhal, foi entrevistado no programa «Mosaico» na RTP. No passado dia 28 de Outubro, volvidos 31 dias sobre a entrevista de Álvaro Cunhal à RTP, o MAP sai com uma nota oficial em que desmente definitivamente as declarações do secretário-geral do Partido Comunista. E porquê «definitivamente»? Porque segundo afirma a nota oficiosa, «o MAP não voltará, a partir de agora, a desmentir ou a comentar quaisquer declarações do secretário-geral do PCP». Na realidade, muito trabalho deve ter dado o actual desmentido do MAP pois que levou 31 dias para debater algumas das declarações de Álvaro Cunhal à RTP realizadas no decorrer de uma entrevista que demorou pouco mais de uma hora...

Mas, com os diabos, o MAP precisava de tempo. Senão como haveriam os agrários de ir semear às pressas as terras das reservas que tinham abandonadas, deixadas ao deus — dará desde que o MAP lhes fez delas benesses? É que só com o prazo mínimo de um mês poderiam as terras, que Álvaro Cunhal declararam encontrarem-se abandonadas ou subaproveitadas, serem «alinhadas» pelos agrários.

Foram nove os casos apontados pelo secretário-geral do PCP. O MAP, mesmo volvidos um mês, continua a desconhecer três casos.

AMANHÃ
SESSÃO DE LANÇAMENTO DAS
Obras Escolhidas de Lênine
(em português)
LISBOA
NO MERCADO DO POVO
PORTO
NA COOPERATIVA ÁRVORE
SETÚBAL
NO SALÃO RECREIO DO POVO

«Para a Unidade e o Desenvolvimento»

III CONGRESSO DO PAIGC

De 15 a 20 do corrente mês irá realizar-se o III Congresso do PAIGC, cujos trabalhos decorrerão em Bissau. Um conjunto de seis teses já começaram a ser discutidas em toda a Guiné-Bissau, com vista a este III Congresso, que decorrerá sob o lema "Congresso da Independência, para a Unidade e o Desenvolvimento".

Nas primeiras três teses o PAIGC é definido como "Movimento de Libertação no Poder" que tem por objectivo a "liquidação da exploração do homem pelo homem", determinando que "para a consolidação da independência" ter-se-á de praticar uma política de democracia nacional revolucionária.

As restantes teses, "elaboradas em função das perspectivas abertas pela conquista da independência", têm por objectivo definir "a via do desenvolvimento económico, indicar os passos para a materialização da Unidade e traçar a orientação da política externa da Guiné-Bissau".

Numa análise mais pormenorizada sobre cada uma das teses afirma-se na primeira, nomeadamente, que a luta anti-imperialista, após a liquidação do colonialismo português, ocupa lugar de primeiro plano no programa de acção do PAIGC, o que requer a unidade de todas as forças objectivamente interessadas na consolidação nacional; na segunda tese define-se o PAIGC como o motor de todo o processo, continuando

a exercer o seu papel de vanguarda dirigente; na terceira aponta-se para a necessidade de mobilizar todo o país para a construção nacional, "no quadro duma democracia que estimule e garanta a participação de todas as camadas sociais", já que "no estágio actual de desenvolvimento das nossas sociedades, objectivamente nenhuma das classes reúne condições para assumir isoladamente a direcção do processo revolucionário"; a quarta aponta para a realização do progresso e da justiça social e a construção duma economia nacional independente, para o que concorrerá determinadamente a planificação económica, consagrando a quinta tese a unidade política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde; finalmente na sexta e última tese define-se a política externa do país como de não-alinhamento, o que afirma independência de pensamento e acção.

Neste III Congresso do PAIGC serão aprovados também os novos estatutos do Partido, encontrando-se já o projecto distribuído aos militantes, para discussão.



O «apartheid» tem os dias contados. O embargo decidido na ONU é uma decisão significativa do recuo do imperialismo

EMBARGO DE ARMAS À ÁFRICA DO SUL — UMA DERROTA QUE É UM SÍMBOLO

«Uma decisão histórica» — assim classificou Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, a decisão unânime do Conselho de Segurança de embargo total e ilimitado de armas à África do Sul. Trata-se de facto de uma decisão histórica. Pela primeira vez, nos seus 32 anos de existência, a ONU decide uma sanção deste tipo contra um seu membro. E esta decisão surge com o acordo de alguns países que de facto nela não estão interessados.

Face ao conhecimento da decisão do embargo de armas, Pretória esforçou-se por aparentar despreocupação. O ministro dos Assuntos Económicos do governo racista sul-africano, Chris Heunis, declarou que as empresas estrangeiras com sucursais na África do Sul poderão ser obrigadas a reverter a sua actividade e passarem a produzir material bélico. Por outro lado a África do Sul produz 60% ou mais do armamento que utiliza, e dado que os países capitalistas desenvolvidos se opuseram a um embargo económico, muitos auxílios poderão ser canalizados para o regime racista da África do Sul, ajudando, de alguma forma, a superar as dificuldades que a suspensão do fornecimento de armas virá obrigatoriamente acarretar. Nos cálculos dos Estados Unidos, da França, da Grã-Bretanha, da RFA, ao recuarem na sua posição inicial de vetar um embargo total e ilimitado de armas, sem dúvida que estas considerações entram em linha de conta.

Mas, apesar das possibilidades que a África do Sul mantém para prosseguir a sua criminosa política, apesar de os apoios do imperialismo continuarem a ter muitas vias de concretização, nomeadamente através de Israel — o embargo decidido pelo Conselho de Segurança da ONU, representa uma grande vitória das forças progressistas mundiais, uma derrota da política imperialista, uma grande derrota

internacional para a África do Sul. Recentes declarações do presidente do Comissariado para a Energia Atómica Sul-Africano, sobre as possibilidades da África do Sul produzir o seu próprio urânio enriquecido, caso Washington «decida não o fornecer», acentuam a importância da decisão do Conselho de Segurança da ONU.

O desenvolvimento de uma indústria nuclear própria, na África do Sul, o fabrico de armamento nuclear, constitui uma séria ameaça que de há muito tem vindo a ser denunciada pelas forças progressistas mundiais, em particular pela URSS e toda a comunidade socialista. Esta força nuclear tem vindo a ser criada com o auxílio determinante dos países capitalistas, com destaque para a França, os EUA e a RFA. Todo o obstáculo ao seu desenvolvimento constitui um passo importante contra a ameaça nuclear no continente. Como se vê, a decisão unânime do Conselho de Segurança levou a RSA a temer a suspensão de matéria-prima, e não só, para o seu armamento nuclear. Claro que técnicos e material poderão ser canalizados de forma mais ou menos clandestina, mas a sua acção estará dificultada e consequentemente limitada.

O PASSADO E O FUTURO

Por outro lado, há já muitos anos que potências dirigentes

da NATO como os EUA, a França e a RFA, em colaboração com o regime de Vorster, desenvolvem, ensaiam e produzem mísseis militares no continente africano.

Trata-se de uma actividade que vem desde a década de 60: em Setembro de 1960, os EUA e os racistas sul-africanos estabeleceram um acordo sobre a instalação de três bases militares norte-americanas na África do Sul para «observação de voos espaciais». Os EUA forneceram à RSA 200 mísseis do tipo «Sidewinder»; em Agosto de 1964, o jornal francês «Combat» revela que a RFA apoia a África do Sul no desenvolvimento de mísseis; em 1965 a RSA compra à França mísseis terra-ar do tipo «AS.20» e «AS.30»; a 10 de Maio de 1967, o «Neue Zürcher Zeitung» informa que o Prof. Hermann Oberth, da RFA, realizou uma viagem secreta à RSA para discutir os novos projectos de mísseis e inspecionar os trabalhos de desenvolvimento de mísseis; em 1971, a RSA lança, a partir da base militar de Santa Luzia, no Natal, tecnicamente equipada pela RFA, o primeiro míssil ar-ar de sua própria produção; em 1972 a RSA inicia a produção em série de mísseis militares de fabrico próprio. Estes alguns dados dispersos que permitem avaliar da envergadura da ameaça militar que a RSA constitui para todo o continente. E simultaneamente da

importância da decisão do embargo de armas.

A decisão do Conselho de Segurança constitui uma derrota-símbolo: o racismo, os regimes de apartheid, de minoria branca, já não têm lugar no actual contexto internacional. O imperialismo, que o apoia e fomenta, é de certo modo obrigado a reconhecer-lo, desde o momento em que não só é forçado a avançar com uma condenação pública, mas também a reduzir e clandestinizar os seus apoios. O que hoje se passa com a RSA, também outrora se passou com o colonialismo português, universalmente condenado, mesmo por aqueles que lhe forneciam os apoios económicos e bélicos.

Então, o colonialismo estava condenado. Era uma questão de tempo, a sua total eliminação do planeta. O mesmo se passa hoje com os regimes de apartheid. O seu desaparecimento está na ordem do dia. Por isso o imperialismo não deseja comprometer-se ainda mais, ficando publicamente ligado a uma causa perdida. Por isso se esforça por enveredar por um caminho que ainda lhe parece viável — a democratização de fachada, encobrindo o prosseguimento de uma situação de exploração das massas trabalhadoras negras. Caminho em que Vorster, como Smith, também já não acreditam. E com as suas razões. Em África vive-se a revolução. Vive-se o desmantelamento das estruturas da exploração. As tentativas de se furar a essa realidade não poderão ser coroadas de êxito. A implantação de governos fantoches já fez o seu tempo.

Greves e manifestações em Israel

A vaga de greves que, na semana passada, agitou Israel de um modo praticamente generalizado, foi sublinhada com manifestações nas ruas de diversas cidades do país, onde milhares e milhares de trabalhadores protestaram contra as medidas económicas do Governo.

Todavia os trabalhadores não se limitaram a protestar contra o brutal aumento dos preços (entre 15 e 30 por cento, segundo dados oficiais); exigiram também a demissão de Menahem Begin, actual chefe de fila do governo sionista e um conhecido chefe terrorista, no passado.

Curiosa foi a reacção do referido «caudilho» da extrema-direita judaica: sublinhando que «estava mandatado» pelo povo, não ficaria assustado com ameaças vindas «de fora ou de dentro», que aquelas agitações «desapareceriam depressa» e que manteria «uma calma total»...

Curiosa mas não original, como é evidente.

As multinacionais no México

Não é segredo para ninguém que as multinacionais norte-americanas são os «braços visíveis» do imperialismo, não só como presença física do mesmo mas, e sobretudo, como as executoras práticas da exploração capitalista, onde quer que se encontrem.

Também não é segredo para ninguém que a América Latina, na sua quase totalidade, é hoje, a «quinta» privilegiada destas sugadoras de povos, praticando ali, e muitas vezes a coberto de variadas ditaduras fascistas, um verdadeiro saque das suas riquezas naturais e humanas.

O que já não está tão visível aos olhos de toda a gente são muitos dos pormenores dessa exploração e que se traduzem em termos percentuais, quantitativos e de média.

É assim que, ao analisar-se mais detalhadamente a presença ianque no México, se chega à conclusão que a sua participação na economia deste país cresceu de 63%, em 1960, para 72,2% em 1970, o que significa, nomeadamente, e de acordo com dados oficiais, que enquanto em 1957 cada dólar investido no México enviava 87 centavos de lucro para os Estados Unidos, a partir de 1970, esse mesmo dólar já arrancava ao povo mexicano 1,74 dólares de lucro que, logicamente, saía do país para entrar direitinho na pátria dos «direitos humanos»...

Todavia, se se descer um pouco mais em pormenor, verificamos ainda que o «investimento» das multinacionais no México, é maioritário em 5 ramos que constituem uma quinta parte da produção manufactureira do país: 84,2% na borracha, 79,7% no tabaco, 79,3% na construção de maquinaria não eléctrica e 67,2 na indústria química.

De assinalar que, de acordo com cálculos do Banco do México, nos primeiros seis meses deste ano saíram do país 400 milhões de dólares «furando» as leis normativas que regulam os investimentos estrangeiros no país.

OIT — Preocupações do Chile

A saída dos EUA da OIT, que corresponde de facto a uma tentativa de chantagem económica que não resultou, não encontrou muitos apoios internacionais, antes somou múltiplas críticas, nomeadamente do director da OIT, o francês Francis Blanchard, que considerou tal actuação como injustificada.

Houve entretanto quem considerasse tal atitude dos Estados Unidos como o início de um processo de desagregação da OIT. O advogado chileno Manuel Balmaceda, que participa no conselho de administração deste organismo da ONU, informou que o Chile observará atentamente as consequências deste abandono e avança a hipótese de, o Japão, a RFA e outros países, particularmente os latino-americanos, poderem vir a seguir o exemplo dos EUA.

Uma afirmação que sabe a ameaça e que é, simultaneamente, significativa, não podendo deixar de estar ligada ao enfundamento real da economia e da política chilena aos interesses dos monopólios norte-americanos, a despeito das críticas públicas ao regime chileno que Carter se compraz em fazer, para cobrir a sua política de «direitos humanos», e renovar a credibilidade



Não é só a repressão das armas que se abate sobre o povo chileno

— profundamente abalada — dos fundamentos «democráticos» da sociedade norte-americana.

Segundo dados publicados na imprensa chilena, os EUA e a RFA são os principais parceiros comerciais da junta fascista. As importações provenientes dos EUA atingem 500 000 milhões de dólares no ano passado enquanto os monopólios oeste-alemães ocupam o primeiro lugar na importação de matérias-primas chilenas. Apenas a sociedade alemã «Ferrostaal» compra todos os anos cobre chileno no valor de 50 milhões de dólares.

Números que não se podem desligar das preocupações chilenas em relação à presença dos EUA na OIT.

O conclave dos «dissidentes»

Essa fauna bizarra mundialmente conhecida por «dissidentes» resolve, de vez em quando, promover o seu «espectaculozinho» pois, mau grado a campanha maciça que, regularmente, os meios de informação capitalista reactivam em seu nome, pode muito bem acontecer que as pessoas se esqueçam mesmo deles, já que o desemprego, o aumento do custo de vida, na «Europa livre», não são brincadeira nem ficção.

Vai daí, toca a arranjar qualquer coisa para chamar as atenções — uma conferência, um colóquio, um protesto, um piquenque, uma constipação, sabe-se lá enfim, qualquer coisa, desde que chame as ditas atenções.

Desta vez a coisa passou-se em Berlim Ocidental, na República Federal Alemã (e por mera «acaso» coincidindo com o 60.º Aniversário da Revolução de Outubro). Durou três dias e chamou-se «Conferência», sendo definida como «uma das maiores reuniões de dissidentes soviéticos exilados». Apoiando a campanha dos «Direitos Humanos» — do presidente Carter», especificava-se.

«Até aqui tudo muito bem — já sabemos que um dos «Direitos Humanos» do mundo capitalista é cada um governar-se como pode, porque os respectivos governos não têm nada com isso, tal como não têm nada a ver com a assistência à velhice, ao Ensino, à Saúde, ao emprego, à segurança social, etc. etc.

Mas considerar «uma das maiores reuniões» um conclave com 12 (doze!) solitários participantes «dissidentes»... é, no mínimo, pouco lisonjeiro e nada razoável em termos de representatividade...

A CLAREZA E A VERDADE DE UMA POLÍTICA



O processo revolucionário português. Problemas económicos e sociais. Política externa e Independência Nacional. Política de unidade. Papel, força e vida do PCP

ALVARO CUNHAL

UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DO POVO

Um novo livro das

À VENDA NAS LIVRARIAS Preço 90\$00

CDL a distribuição

TRABALHADORES ARGENTINOS CONTRA POLÍTICA DO FMI

Regista-se neste momento na Argentina a maior ofensiva dos trabalhadores à política do governo de Videla. Greve na empresa «Ferrocarriles Argentinos», do sindicato dos ferroviários, greve dos trabalhadores da construção civil e energia eléctrica de Rosário, greve dos armazéns e escritórios da empresa «Yacimientos Petrolíferos Fiscales», de Buenos Aires, greve no metro de Buenos Aires.

Esta grande vaga de greves considerada ilegal. Apesar da teve lugar, apesar da greve ser intervenção policial.

nomeadamente na fábrica Renault, perto de Cordova. Apesar de uma nova legislação de «segurança social», mediante a qual os grevistas podem ser despedidos sem qualquer indemnização e mesmo condenados até dez anos de prisão.

As ofertas do governo de aumentos salariais de 34 a 43 por cento, foram rejeitadas pelos trabalhadores, que exigem 80%.

A que se deve esta grande vaga de greves dos trabalhadores argentinos?

A economia argentina tem-se vindo a regular por um plano económico (que tem naturalmente profundos reflexos sociais), denominado o plano Martínez de Hoz (ministro da Economia). Este plano corresponde, no fundamental, às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), conhecido pela sua capacidade e poucos escrúpulos na ingerência na vida interna dos países que, desta ou daquela forma se colocam na sua dependência, e aponta para a existência da mão-de-obra barata, a compressão do capitalismo nacional (pela falência das pequenas empresas), uma produção alheia aos interesses do país e sujeita aos ditames do capital internacional.

A situação actual é de dependência da produção em relação às exportações, contracção do mercado interno, um alto índice de inflação (125 por cento nos dez primeiros meses de 1977), uma deterioração constante das condições de vida dos trabalhadores, acompanhada do inevitável cerceamento das

liberdades.

A política do FMI, que deu toda a América Latina, não serve para deter a inflação (como se afirma sempre nos programas económicos elaborados na base dessa política), nem para assegurar o desenvolvimento independente da economia nacional. Tendê a transformar a Argentina numa dependência dos EUA, como é o caso do Brasil, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, reduz drasticamente o nível de vida do povo, ao atacar a raiz das conquistas sociais e sindicais, provoca um descontentamento crescente da classe operária e dos sectores mais pobres da população. Os operários que não estão desempregados vivem com salários de miséria enquanto, no outro polo, os latifundiários, os capitalistas e os monopólios estrangeiros, aumentam os seus lucros.

A política do FMI não conduz, em qualquer caso, a resultados muito diversos daqueles que hoje se estão a registar na Argentina. E não se limita ao campo económico (o que aliás não seria possível). Atrás das limitações salariais, do sacrifício dos interesses nacionais em função dos interesses do capital internacional, vem a repressão para tentar impor as medidas que lhe correspondem, forçosamente antipopulares.

Na batalha entre um poder que se apoia no FMI e a força do movimento popular, a actual vaga de greves é um dado que o governo não pode ignorar.



O JORNAL DOS TRABALHADORES DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO

edições de segurança Preço: 50\$00

70 reproduções de 1.ª páginas do «Avante!» desde o n.º 1 (1931) até aos nossos dias

Uma colecção de documentos de grande valor histórico acerca da vida do PCP e dos 46 anos de actividade do seu órgão central

Uma viva e impressionante panorâmica da luta do Povo português na resistência ao fascismo e no avanço e consolidação da democracia rumo ao socialismo

OS NÚMEROS DA CAMPANHA

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL

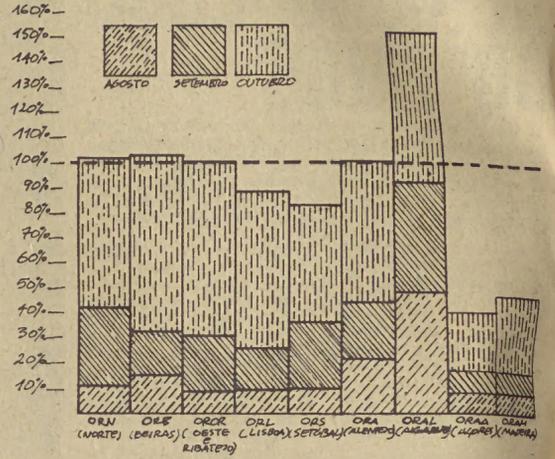
**ADERE
AO
PCP**



PROMOÇÃO «CONQUISTAS DE ABRIL»

| Organizações regionais ou de Região Autónoma | Agosto | Setembro | Outubro | Soma | Meta estabelecida |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Norte | 187 | 553 | 1137 | 1877 | 1800 |
| Beiras | 89 | 141 | 502 | 732 | 700 |
| Oeste e Ribatejo | 63 | 158 | 486 | 707 | 700 |
| Lisboa | 269 | 497 | 1624 | 2390 | 2750 |
| Setúbal | 183 | 493 | 840 | 1516 | 1800 |
| Alentejo | 383 | 375 | 1045 | 1803 | 1800 |
| Algarve | 147 | 129 | 185 | 461 | 300 |
| Açores | 7 | 7 | 16 | 30 | 75 |
| Madeira | 7 | 7 | 21 | 35 | 75 |
| TOTAL | 1335 | 2360 | 5856 | 9551 | 10000 |

O quadro e o gráfico juntos documentam a evolução da Campanha, desde Agosto até Outubro, tanto no que se refere aos números absolutos (quadro) como às percentagens relativas à meta estabelecida para cada organização regional (gráfico). Verifica-se o grande avanço registado em todas as organizações no mês de Outubro e o facto de a maioria das organizações regionais terem já ultrapassado a meta prevista para toda a Campanha. Praticamente, alcançámos os 10 mil. Até onde chegaremos? Sim, porque a Campanha ainda não acabou...



INICIATIVAS

O volume de iniciativas não abranda, mesmo nas organizações onde as metas foram atingidas. Continuar, avançar na Promoção das Conquistas de Abril, ganhar para o reforço do Partido muitos mais militantes é tarefa que ganhou os comunistas.

Na região da DORL, relembramos que, no próximo dia 17 do corrente, o Sector Industrial de Queluz de Baixo promove, na Colectividade, uma sessão de esclarecimento que terá lugar pelas 18.30.

No dia 11 de Novembro, em Porto Salvo, e no dia 18, na Lage e ainda em 25 de Novembro na Vila Fria, sessões de esclarecimento na Freguesia de Oeiras.

Por seu lado, o Sector Público prevê, para o dia 19, uma sessão com a participação de um camarada do Comité Central. O tema: "O Partido, Programa, Estatutos e funcionamento interno". No dia 10 de Dezembro, o mesmo Sector promove uma sessão com "slides" sobre a História do Partido.

No concelho de Cascais, passagem de um documentário "Os Comunistas de Portugal", no dia 18, em Murches, na Sociedade, acompanhado de sessão de esclarecimento, pelas 21.30 horas. No dia 19 o mesmo programa será apresentado em Cobre, ainda no concelho de Cascais.

Ainda na região da DORL, na Brandoa, prepara-se uma iniciativa que levará o camarada Bianqui Teixeira a fazer uma intervenção política, no dia 26 do corrente. Na festa que se seguirá haverá Canto Livre e uma Noite de Fado.

No próximo dia 12, na Apelação, realiza-se uma festa popular. De manhã haverá venda de produtos da Reforma Agrária no Largo 1.º de Maio. Depois anuncia-se matança de porco e mais tarde um desfile com banda. A partir das 21 horas, no Grupo Recreativo Apelaçonenso, naquela localidade do concelho de Loures, haverá um comício em que participa um membro da Direcção do Partido. A terminar haverá Canto Livre e Baile Popular com o conjunto "Os Cosmos".

Ainda no dia 12, desta vez no Centro de Trabalho de Moscavide, prevê-se uma reunião com os novos militantes. Será apresentada a Comissão de Freguesia e seguir-se-á um debate sobre a Organização, o Centralismo Democrático e o Papel dos Comunistas. Depois serão projectados filmes.

Entretanto a Organização dos Professores da ORL prepara para o dia 11 de Novembro, pelas 21.30 uma sessão que decorrerá no Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras de Lisboa. Os camaradas Abolm Inglês, membro do CC e Manuel Gusmão, deputado, debaterão com os professores a posição do PCP face à crise que o país atravessa.

Realiza-se no dia 16 de Novembro, promovida pela célula dos Investigadores Científicos da ORL, pelas 21.30, no Centro de Trabalho Vitória, uma sessão orientada pelo camarada Vasconcelos Costa, subordinada ao tema "Ciência e Socialismo". Seguidamente uma intervenção política do camarada Abolm Inglês terá lugar nesta iniciativa também integrada na Campanha.

Na região da DORS, é o concelho do Barreiro que vem relembrar as suas iniciativas programadas para os tempos mais próximos: No dia 25, pelas 21.30, em Palhais, com a participação dos camaradas E. Santo e S. Alves.

No mesmo dia, em "Os Vermelhos", pelas 21.30, no Bairro das Palmeiras, sessão que conta com a participação dos camaradas C. Humberto e Reis. No dia 26 de Novembro, pelas 16.30, na Sociedade "Os Leões", sessão de esclarecimento com Georgete Ferreira e Hermenegilda Pereira. Esta sessão dedica-se especialmente a mulheres. No mesmo dia 26, pelas 21.30, no Palvese, haverá uma sessão de esclarecimento com José Castanheiro, Álvaro Monteiro e Ercília Talhadas, todos da Comissão Concelhista do Barreiro.

Finalmente os camaradas do Barreiro anunciam para Dezembro: no dia 9, pelas 21.30, na freguesia de Palhais, uma sessão especialmente dedicada a pequenos agricultores; no dia 10 de Dezembro, sessão nos Penicheiros.

Do Alentejo recebemos informações que prevêem para os próximos dias, no Distrito de Évora: no dia 10, em São Romão; no dia 12, em São Bento do Cortiço, Estremoz; no dia 19 em Bencatel, Vila Viçosa, com a presença do camarada António Gervásio; e no dia 25, em Granja, Mourão, sessões de esclarecimento integradas na Campanha.

Na região da DOROR temos: no distrito de Santarém, para o dia 11, em Salvaterra, pelas 21.30, sessão de esclarecimento especialmente dedicada a mulheres; no dia 12, em Santana do Mato, Coruche, pelas 16.30, sessão com a participação do camarada Vítor Louro; no dia 13, em Alcanena, na sede do Sindicato de Curtumes, uma sessão especialmente dirigida a mulheres.

No distrito de Leiria prevê-se para o dia 12 um baile na Marinha Grande, pelas 21.30 no Sport Marinhense.

No Bombarral, ainda no dia 12, haverá também uma sessão de esclarecimento.

Os camaradas da UJC informam:

No concelho de Barreiro, no dia 11, sessão com Teatro, na Colectividade "Os Penicheiros".
Em Almada, no dia 12, Canto Livre e Baile.
Em Aljustrel, no dia 19, uma Festa convívio.
Em Beja, também uma Festa convívio no dia 20.
Em Cucujães, Avelro, no dia 19, Canto Livre.
Em Lordele, convívio no dia 13.
Ponte, Rio Tinto, magusto no dia 27.
Em São Martinho do Campo, no dia 13, também um magusto.

Todas estas iniciativas da União da Juventude Comunista são abertas à participação e ao convívio de todos os jovens.

Finalmente, na região da DORN, relembramos que o camarada Ângelo Veloso usará da palavra no decorrer de um comício, em Matosinhos, nas instalações do Liceu, junto do Tribunal, no próximo dia 12 do corrente, pelas 21.30 horas.

ESTÁ QUASE!

Está quase! O objectivo, a meta nacional dos 10 mil novos militantes está quase atingida. Mais uma vitória, que se pode festejar, e que não fará abrandar o ritmo e o esforço que todas as organizações e militantes têm empenhado na tarefa de alargar e reforçar o Partido!

Pelo contrário, o anúncio desta vitória ao alcance da mão e que se vai concretizar a breve prazo, vem incentivar um maior esforço, como tem acontecido em tantos organismos cujas metas vencidas apontam para um novo salto, um estímulo que se comunica aos trabalhadores e que os faz aderir à proposta que a Campanha apresenta: Adere ao PCP, vem defender Abril!

Muitas metas, entretanto, por esse país fora, faltam vencer. Muitas metas foram consideradas, pelos próprios camaradas, modestas demais para as possibilidades reais das respectivas organizações. Pois é preciso preencher os objectivos, preencher as

possibilidades que se adivinham, trazer ao PCP os democratas que reconhecem — eles — e reconhecemos — nós — ser aí o seu lugar de combate na defesa das conquistas de Abril. E quantas novas possibilidades não se abrem, com quanta compreensão não foi este apelo do Partido recebido em sectores e regiões onde se poderia pensar ser mais difícil avançar com a Campanha!

O mês que decorre, Novembro, é fundamental. Já em Outubro se verificou um grande salto nas adesões obtidas, pois as tarefas que as organizações tiveram em mãos, o próprio preparar da Campanha, fizeram de Setembro e principalmente de Agosto, os meses em que o Partido avallou na prática a capacidade de levar por diante uma orientação que se revelou justa e que alcança rapidamente os seus objectivos.

Entretanto, no esforço que o Partido ainda espera de todos nós, é de ter em atenção

a experiência destes meses de Campanha, reforçar o trabalho organizativo, dirigir e orientar melhor a Promoção, criar as condições de melhor acolher os novos camaradas.

Nesta atenção redobrada aos problemas da organização é necessário ter em conta as eventuais disparidades nas adesões obtidas. Saber porque, por exemplo, a Campanha tem obtido resultados mais significativos nas organizações locais, bairros, freguesias, que nos próprios locais de trabalho onde a influência do Partido mais se faz sentir. Corrigir e dar mais força ao recrutamento nas empresas, ao mesmo tempo que se reforça a Campanha na direcção dos concelhos que dispõem de pouca implantação partidária, é um dos objectivos imediatos a levar à prática.

Neste momento em que os resultados obtidos anunciam uma grande vitória política, mais estas tarefas nos entusiasmas e nos ganham para um esforço redobrado!

A CAMPANHA É UMA REVELAÇÃO!

A Campanha tem revelado, no seu decorrer, no dia a dia dos contactos que se estabelecem e se reforçam, no andamento dos trabalhos que visam trazer mais camaradas à luta organizada, que a decisão de a promover foi absolutamente justa e necessária e que as previsões iniciais se mostrarão aquém das possibilidades do Partido.

Muitos militantes que a princípio hesitaram neste esforço, que prudentemente mas com pouca confiança, hesitaram em abrir a novos camaradas a possibilidade de vir ao Partido, reconhecem hoje, com os êxitos do seu próprio trabalho, que a Campanha abriu novas possibilidades, revelou novos quadros, está neste momento já a reforçar o PCP com a contribuição inestimável dos já milhares de novos militantes.

O Partido lançou-se ao trabalho. Discutindo, planificando, esclarecendo,

demonstrando. Camaradas excepcionalmente aptos para a ligação com as massas se revelaram. Exemplos não faltam de camaradas que só por si trouxeram 20 e 30 e mais novos militantes.

E esses novos militantes, muitos que já eram simpatizantes do Partido há longo tempo, outros que só há pouco descobriram a verdade e a esperança no seu Partido, têm ajudado já na dinamização de novas tarefas, têm mesmo contribuído já para a própria Campanha que os trouxe até nós. Por exemplo em Aveiro, os novos camaradas, só no mês de Outubro, trouxeram mais 20 inscrições!

A Campanha tem revelado, entretanto, onde são mais fáceis e mais difíceis, para além do já conhecido, as relações que possam permitir um alargamento da influência dos comunistas. Tem revelado que, em muitas regiões consideradas difíceis, em muitos sectores considerados

ainda pouco permeáveis, se tem avançado. Tem revelado ainda que as possibilidades de trabalho unitário existem e alargam-se. E cumpre aqui sublinhar que a Promoção Conquistas de Abril, campanha que o Partido conduz para reforçar uma influência que é determinante no país, não substitui o trabalho unitário com as forças democráticas ou mesmo com os democratas. Antes pode e deve alargar as possibilidades de contactos. Assim, não se pode esperar que todo o antifascista honesto, todo o democrata, mais ou menos próximo do Partido Comunista, que seja abordado para vir ao Partido, o aceite. Nem por isso devemos deixar de nos aproximarmos dele, de em conjunto procurarmos, nas lutas do dia-a-dia, sermos companheiros.

A Campanha avança, a Campanha descobre, a Campanha leva mais longe a voz dos comunistas.

UM GRANDE ÊXITO «NO CAMINHO DE ABRIL»

O espectáculo itinerante deu os seus primeiros passos "No Caminho de Abril". Com efeito, já milhares de pessoas tiveram oportunidade de assistir, diremos de participar, neste espectáculo que revive Abril e as lutas que o fizeram possível, que aponta com alegria os caminhos do futuro.

Na passada semana já o Tramagal, Leiria, Pombalinho, Almeirim, na região da DOROR, e ainda esta semana Vila Velha de Rodão, Alcains e Tortosendo) viram o espectáculo que leva a Campanha pelo país fora, com os seus artistas Maria do Amparo, Samuel e Carlos Moniz.

Os primeiros espectáculos constituíram um grande êxito, que certamente se irá repetir noutros pontos do país. Em Leiria, por exemplo, cerca de 800 a 900 pessoas estiveram lá, no Pavilhão da Feira, na Festa que acolheu o espectáculo. Uma verdadeira festa que trouxe ao convívio dos comunistas muitas e muitas pessoas que vieram ouvir — e cantar — as palavras de Abril.

"No Caminho de Abril" iniciou assim uma longa viagem. Brilhantemente assinalada em Leiria onde teve lugar um comício em que tomou a palavra o camarada Carlos Brito. Uma banca

esperava novos camaradas que quisessem aderir ao PCP.

A festa encerrou já passava das 3 da madrugada, pois o baile popular prolongou-se pela noite dentro.

Voltamos a publicar o calendário, na parte que respeita aos espectáculos que ainda falta realizar pelo país.

AS MULHERES ORGANIZAM-SE

A adesão de mulheres ao nosso Partido, no decorrer da Campanha, é significativa em quase todas as regiões do país. A Promoção das Conquistas de Abril, visando, na generalidade, chamar ao Partido mais 10 mil novos militantes, reforçando o PCP e alargando a sua influência, não deixou de apontar objectivos que não são menos importantes. Entre eles contam-se o esforço a desenvolver para aumentar a percentagem de mulheres nas fileiras do nosso partido, aumentar o número de jovens aderentes ao PCP, aumentar o número de camponeses — pequenos e médios agricultores.

Se, em relação a estes últimos, muito há ainda a fazer, se, quanto aos jovens, se mantém a necessidade de ajudar intensamente a entrada de jovens para as nossas fileiras e para as organizações autónomas da juventude comunista, pode

lembramos mais uma vez que este calendário pode ser alterado por motivos imprevistos.

Dia 10: 21.30 horas, em Manteigas; dia 11, pelas 21 horas em Canas de Senhorim; dia 12, pelas 16 horas em Gouveia; e no dia 13, pelas 16 horas em Avôes, Lamego.

afirmar-se que já se nota uma melhoria na percentagem de adesões de mulheres ao Partido.

O Alentejo vem à frente. Nos meses de Setembro e Outubro, a percentagem de mulheres, que aderiram ao PCP representam um terço da totalidade dos recrutamentos obtidos naquela região! Por outro lado, na DORL essa percentagem eleva-se a mais de 28 por cento. E mesmo em regiões mais difíceis a percentagem de mulheres é superior à média actualmente existente no Partido.

Intensificar o trabalho no sentido de aumentar ainda mais a participação de camaradas mulheres nas fileiras do PCP continua a ser importante, chamar à luta organizada as mulheres portuguesas que tão grande peso têm e tão grande influência podem ter nos mais variados ramos da actividade do país, é um dever.

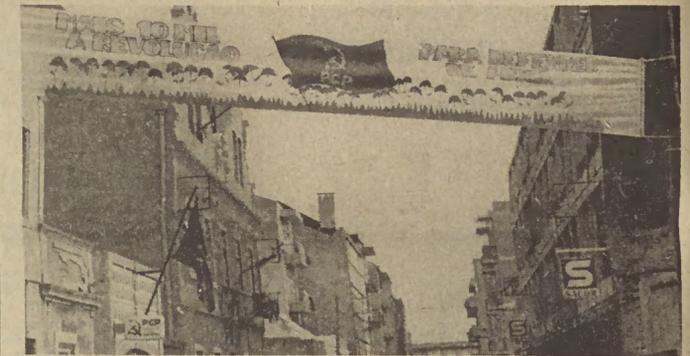
A CAMPANHA EM MARCHA!

E continua!

Metas ultrapassadas, desejo e determinação de continuar. É o que se passa um pouco por toda a parte e nomeadamente em várias freguesias do concelho de Loures. Assim em Odivelas, Bucelas e Canaças apontam-se já números superiores. Também em Moscavide a meta foi vencida e é de salientar que mais de 58 por cento das novas adesões vêm da parte de mulheres!

Também o comité local da Brandoa, no concelho de Oeiras, anuncia a adesão de mais de 60 novos membros. E continua!

Têm sido várias as iniciativas que, na região de Lisboa, chamam no Partido muitos mais militantes. Festas e comemorações têm permitido trazer ao convívio e ao esclarecimento pessoas que se aproximam do Partido. Assim, por exemplo, o almoço comemorativo que reuniu, no passado sábado, 120 pessoas no Mercado do Povo, por iniciativa da Célula da Imprensa Nacional — Casa da Moeda. Fernando Farinha e trabalhadores da empresa cantaram o Fado. E falou-se da situação política actual e da Campanha das Promoções de Abril nesta iniciativa que comemora o 60.º aniversário da Revolução de Outubro.



Divulgar experiências

No Barreiro uma experiência. Notou-se que a aceitação dos desdobráveis da Campanha era muito boa da parte das mulheres que, no sábado, faziam as suas compras no mercado daquela localidade. Decidiu-se portanto estender essa distribuição a todos os postos de abastecimento. Estes e outros aspectos do trabalho organizado no âmbito das Promoções de Abril, foram analisados numa reunião da Comissão Concelhista do Barreiro. Do Barreiro ainda nos chegam números. Que permitem dizer que as metas propostas estão perto de ser alcançadas. E que é nas diversas Comissões de Freguesia que foram já vencidas. Um exemplo é a da Fonseca de Palhais que já obteve 195 por cento da sua própria meta!

Aderir ao PCP é...

No seu boletim "Hélice" a célula da Setenave do PCP dedica um artigo à Campanha Promoção das Conquistas de Abril. «Aderir ao PCP — lê-se a dado passo — significa não querer assistir e sofrer passivamente os acontecimentos e os seus efeitos, escolher a forma mais segura de influenciar o curso dos acontecimentos, participar activamente na construção de uma sociedade nova». «Aderir ao PCP — diz ainda — significa optar por um Partido onde se vive uma vida intensa, verdadeiramente democrática, onde se debatem profundamente todos os problemas, fraternalmente, com integridade moral e política».

Lutando

Uma outra edição, desta feita publicada pela Célula da Rodoviária Nacional — Laranjeiro — apelando aos trabalhadores que reforcem o seu partido, diz:

«Lutando contra a desintervenção das empresas e a sua devolução ao patrão; lutando contra os ataques do sector nacionalizado, incluindo a RN; lutando contra as indemnizações ao grande capital, aos Mellos, aos Champalimauds; lutando contra as entregas das terras das UCPS dos trabalhadores alentejanos aos agrários; lutando contra a restrição dos direitos dos rendeiros; lutando contra a lei dos despedimentos que permite ao patronato despedir os trabalhadores sem qualquer justificação (...) o PCP demonstra a fidelidade aos seus princípios e ao seu programa, o respeito pelos seus compromissos assumidos com o povo português, e a vida vem confirmando a justeza das suas posições».

Ponto obrigatório

Ponto obrigatório para muitas organizações, a Campanha foi também objecto de análise na reunião do Secretariado da Comissão Distrital de Santarém. Para além de decisões de carácter organizativo, com o fim de melhorar o trabalho na continuação da Campanha, registou-se a passagem das metas nos concelhos de Alpiarça e de Chamusca.

Ainda da DOROR damos conta de dois apelos publicados em Peniche pelas células das Conservelras e dos Pescadores, cujo teor se centra na necessidade de os trabalhadores se organizarem no Partido para defender os seus direitos e conquistas.

Até espontaneamente

As iniciativas continuam nas Beiras. As adesões continuam também. Até espontaneamente novos camaradas procuram o Partido nos Centros de Trabalho, informam-se de como funciona o Partido, pretendem juntar as suas à nossa voz. Enquanto novas iniciativas se preparam, reuniões voltadas para a Campanha são levadas a efeito, tal como aconteceu há dias na Figueira da Foz.

A primeira semana de Novembro foi entretanto profícua no Alentejo. E de várias localidades, como Évora, Viana, Alandroal, Odemira, Ervidel, Moura e Cabeça Gorda, recebemos notícias de várias adesões, no decorrer das sessões e reuniões alargadas realizadas entretanto. De Beja, o mês de Novembro trouxe ao distrito mais 200 militantes, em apenas uma semana!

A Juventude vem ao Partido!

A juventude continua a vir ao Partido! A tal não é alheio, é determinante, o esforço organizado que, nomeadamente a UJC, tem vindo a desenvolver. Muitas realizações, abertas a jovens não comunistas, têm dado os seus frutos. Num convívio são e franco, por todo o país os jovens se aproximam dos comunistas. Por exemplo em Palhais, Barreiro, onde no dia 4 mais de 120 jovens conviveram. Ou em Pedrógão, no baile do dia 5, onde participaram 200 jovens. Ou em Viana do Castelo, no magusto realizado no dia 6, em que participaram 800 jovens. Ou ainda em Braga, em que 50 jovens se reuniram num convívio realizado no passado dia 6 de Novembro.